



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
Centro de Estudos de Geografia do Trabalho – CEGeT**

**COOPERATIVISMO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO:
UM ESTUDO APLICADO NA COOPERATIVA RECICLA CONQUISTA
EM VITÓRIA DA CONQUISTA – BA**

ADMA VIANA SANTOS

Presidente Prudente/SP
2015

ADMA VIANA SANTOS

**COOPERATIVISMO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO:
UM ESTUDO APLICADO NA COOPERATIVA RECICLA CONQUISTA
EM VITÓRIA DA CONQUISTA – BA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista ‘Júlio de Mesquita Filho’ – FCT/UNESP – Campus de Presidente Prudente, como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia. Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Dornelis Carvalhal

Presidente Prudente/SP
2015

FICHA CATALOGRÁFICA

S233c Santos, Adma Viana.
Cooperativismo e precarização do trabalho: um estudo aplicado na
Cooperativa Recicla Conquista em Vitória da Conquista/BA / Adma Viana
Santos. - Presidente Prudente: [s.n.], 2015
178 f.

Orientador: Marcelo Dornelis Carvalho
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de
Ciências e Tecnologia
Inclui bibliografia

1. Precarização do trabalho. 2. Cooperativismo. 3. Políticas públicas. I.
Carvalho, Marcelo Dornelis. II. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de
Ciências e Tecnologia. III. Título.

BANCA EXAMINADORA

Marcelo Dornelhis Carvalho

PROF. DR. **MARCELO DORNELHIS CARVALHAL**
ORIENTADOR

Antonio Thomaz Junior

PROF. DR. **ANTONIO THOMAZ JUNIOR**
(FCT/UNESP)

Marcelino de Andrade Gonçalves

PROF. DR. **MARCELINO DE ANDRADE GONÇALVES**
(UFMS)

Adma Viana Santos

ADMA VIANA SANTOS

Presidente Prudente (SP), 23 de outubro de 2015.

RESULTADO: *Aprovado*

A minha mãe Miralva e aos meus avós Valdomiro (in memoriam) e Joana, pelo apoio incondicional, me ajudando e dando-me forças, carinho e coragem nos momentos em que mais precisei.

OFEREÇO

As minhas irmãs Suzy e Bruna, pois o apoio, carinho e amizade de vocês são imprescindíveis.

AGRADEÇO

Ao meu esposo Lucas pelo grande incentivo, companheirismo, amor e compreensão em todas as situações. Obrigada por acreditar sempre em mim.

DEDICO

AGRADECIMENTOS

O agradecimento primordial não poderia deixar de ser a Deus, Aquele que me permitiu sonhar de uma forma que alargasse meus horizontes, bem como a viver a concretização de mais este sonho.

À Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT/UNESP) e ao Departamento de Geografia, pela oportunidade de realização do curso. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de estudo.

Ao Professor Dr. Marcelo Dornelis Carvalho, pelo norteamento de todo processo de elaboração da pesquisa em questão, dando-me as orientações necessárias, além de me auxiliar nas atividades e discussões sobre o andamento e a normalização desta dissertação de mestrado. Suas críticas, observações e sugestões foram de fato imprescindíveis na evolução desta pesquisa.

Agradeço ainda a todos os demais professores do curso de mestrado em Geografia, pois os mesmos muito contribuíram para minha formação, principalmente aqueles cujo auxílio e dedicação permearam o bom desenrolar do curso concluído.

Sou muito grata aos meus amigos e colegas de curso, pelo companheirismo, apoio e solidariedade; principalmente os colegas de turma, pelos momentos inesquecíveis e pela amizade que certamente perdurará.

Aos companheiros do CEGeT, em especial ao Prof. Dr. Antônio Thomaz Júnior, ao Guilherme, João, Tássio e Fernando, pelas calorosas discussões em torno da Geografia do Trabalho.

A minha amiga Lara e a toda a sua família (Regina, Hamilton e Helena), que tão afetuosamente me acolheram. Com vocês aprendi valores basilares para a vida.

Ao meu companheiro Lucas pela contribuição na revisão da pesquisa, no tratamento dos dados e pelas muitas discussões teóricas.

Por fim, não poderia deixar de agradecer afetuosamente aos cooperados da Cooperativa Recicla Conquista; sem a atenção e colaboração dos mesmos, essa pesquisa não teria sido possível. Minha admiração pela história de vida e de lutas de cada um deles.

Enfim, aos que de alguma forma fizeram-se presentes nesta minha jornada, a todos vocês, minha gratidão!

“A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu, mas pensar o que ninguém ainda pensou sobre aquilo que todo mundo vê.”

Arthur Schopenhauer

SANTOS, Adma Viana. **Cooperativismo e precarização do trabalho: um estudo aplicado na Cooperativa Recicla Conquista em Vitória da Conquista – BA**. Presidente Prudente: FCT, UNESP, 2015. 178 f. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, 2015.

RESUMO

De um modo geral, verifica-se que a dimensão real/concreta do processo de exploração do trabalho, se apresenta como um fenômeno central e bastante complexo na sociedade capitalista contemporânea, expressando-se por meio da atividade dos catadores de materiais recicláveis, por exemplo, na medida em que esses acabam por ser necessários para o processo de reprodução do capital, representando mão de obra barata e precária. Os mesmos vêm organizando-se em cooperativas/associações, considerando que essas podem significar, além da renda, um “lugar social” de menor degradação; porém, o cooperativismo apresenta suas contradições. Mediante o exposto, objetivou-se com esta pesquisa entender a organização e territorialização do trabalho precário realizado na catação de resíduos sólidos urbanos e sua condição estrutural para o circuito econômico da indústria recicladora, tendo como base empírica a Cooperativa Recicla Conquista, localizada na cidade de Vitória da Conquista/BA. Observou-se ainda os elementos constitutivos da trajetória profissional dos catadores, suas formas de resistência e organização coletiva materializada por esta cooperativa. Assim, numa perspectiva mais ampla, esta dissertação visou contribuir com o debate sobre a centralidade da categoria trabalho, a produção do circuito econômico da reciclagem, as formas de organização e reprodução dos trabalhadores catadores frente à crise do sistema capitalista, bem como a atuação do Poder Público sobre a atividade de catação. Para o desenvolvimento dos objetivos propostos e seguindo a orientação teórica, a pesquisa empírica foi desenvolvida com a realização de entrevistas e aplicação de questionários aos 54 cooperados e realização de entrevistas junto às lideranças da Recicla Conquista, aos representantes do poder público municipal, e aos principais compradores diretos (atravessadores) dos materiais dessa cooperativa, com um mapeamento das rotas e destino da produção e comercialização dos recicláveis. No caso específico da pesquisa, as categorias de análise foram território e trabalho, entendendo-se que um estudo mais profundo dessas categorias, foi necessário para uma maior compreensão da temática em questão. Além da importância do papel das Políticas Públicas para os empreendimentos econômicos solidários relacionados à atividade de catação, esta pesquisa mostrou o papel desses empreendimentos no contexto social e econômico atual, por meio da compreensão das condições/relações de trabalho presentes nos processos organizativos do trabalho nas cooperativas de catadores de resíduos sólidos, demonstrando a realidade vivenciada pelos catadores, na condição de trabalhadores precarizados e informais.

Palavras-chave: Precarização; Territorialização; Cooperativas; Atividade de catação; Circuito econômico.

SANTOS, Adma Viana. **Cooperative and work precarious: an applied study on the Cooperative Recicla Conquista in Vitória da Conquista - BA**. Presidente Prudente: FCT, UNESP, 2015. 176 f. Dissertation (Master's degree) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, 2015.

ABSTRACT

In general, it appears that the actual extent / Concrete labor exploitation process, presents itself as a central phenomenon and quite complex in contemporary capitalist society, expressing itself through the activity of collectors of recyclable materials, for example , insofar as these turn out to be necessary for the reproduction process of capital, representing cheap and poor hand piece. They have organized themselves into cooperatives / associations, considering that these may mean in addition to income, a "social place" minor degradation; however, the cooperative has its contradictions. Through the above, the aim of this research was to understand the organization and territorial precarious work in the grooming of municipal solid waste and its structural condition for economic circuit of the recycling industry, based empirically on the Cooperativa Recicla Conquista, located in Vitoria da Conquista / BA. There was also the evidence of the professional career of collectors, their forms of resistance and collective organization materialized by this cooperative. Thus, in a broader perspective, this work aimed to contribute to the debate on the centrality of class work, the production of the economic circuit recycling, forms of organization and playback of workers collectors front of the capitalist system crisis and the role of the Government on the scavenging activity. For the development of the proposed objectives and following the theoretical orientation, empirical research was conducted with interviews and questionnaires to 54 cooperative members and interviews next to the Recycle Conquest leaders, representatives of the municipal government, and the main direct buyers (middlemen) of this cooperative materials with a mapping of routes and destination of the production and marketing of recyclable. In the specific case of research, the analysis categories were territory and work, it being understood that a deeper study of these categories, it was necessary for a better understanding of the subject in question. In addition to the important role of public policy for solidarity economic enterprises related will scavenging activity, this research showed the role of these enterprises in the current social and economic context, through the understanding of the conditions / labor relations present in the organizational processes of work in solid waste recycling cooperatives, demonstrating the reality experienced by collectors, provided precarious and informal workers.

Keywords: Precarization; Territorialization; Cooperatives; Scavenging activity; Economic circuit.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Carrinho de mão utilizado na realização da coleta porta a porta – 2014.....	57
Figura 2 - Prensa hidráulica utilizada no Galpão 1 da C. Recicla Conquista – 2014.....	59
Figura 3 - Cooperados da Recicla Conquista sem o uso de equipamentos de proteção/segurança – 2014	60
Figura 4 - Cooperados em atividade de triagem na esteira – 2014	62
Figura 5 - Ponto de apoio da Recicla Conquista (Bairro Patagônia) – 2014.....	63
Figura 6 - Sede administrativa da Cooperativa Recicla Conquista (Galpão 1) – 2014.....	79
Figura 7 - Cooperativa Recicla Conquista (Galpão 2) – 2014	79
Figura 8 - Despejamento do material trazido pela empresa Torre na esteira, para a realização da triagem no Galpão 2 da C. Recicla Conquista – 2014	80
Figura 9 - Materiais recicláveis doados à Cooperativa Recicla Conquista – 2014	83
Figura 10 - Fluxograma com rotas e destino da produção dos recicláveis da Cooperativa Recicla Conquista – 2015	93
Figura 11 - Categorias dos Planos de Resíduos Sólidos Urbanos – 2012	131
Figura 12 - ligações entre a Logística Reversa, a Responsabilidade Compartilhada e o Acordo Setorial - 2014.....	135
Figura 13 - Responsabilidade de gerenciamento dos resíduos sólidos, segundo a Política Nacional de Resíduos Sólidos – 2014	141
Figura 14 - Responsabilidade pelo gerenciamento dos resíduos sólidos, na prática – 2014..	142
Figura 15 - Pesagem do material coletado pelo caminhão da Torre, na balança rodoviária do aterro sanitário de Vitória da Conquista – 2014	144
Figura 16 - Deposição do lixo no aterro sanitário de Vitória da Conquista – 2014.....	144
Figura 17 - Drenos verticais com tambores para drenagem do gás metano – 2014.....	145
Figura 18 - Área da atual vala do aterro – 2014.Vista interna da área do aterro (A); Detalhe da rampa que dá acesso a valeta (B); Caminhão descarregando lixo (C) e Trator compactando o lixo depositado (D).....	146
Figura 19 - Estação de tratamento biológico – 2014.....	148
Figura 20 - Estação citoquímica – 2014.....	149

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Trabalhadores da Cooperativa Recicla Conquista (origem) - 2014.....	51
Gráfico 2 - Trabalhadores da Cooperativa Recicla Conquista (faixa etária) - 2014	51
Gráfico 3 - Trabalhadores da Cooperativa Recicla Conquista (estado civil) -2014.....	52
Gráfico 4 - Trabalhadores da Cooperativa Recicla Conquista (grau de escolaridade) -2014	52
Gráfico 5 - Ocupação anterior ao trabalho na Cooperativa Recicla Conquista – 2014.....	54
Gráfico 6 - Tempo de permanência no trabalho dos trabalhadores da Cooperativa Recicla Conquista – 2014.....	55
Gráfico 7 - Opinião dos cooperados concernente as principais vantagens na realização do trabalho de catação – 2014	56
Gráfico 8 - Distribuição dos cooperados nos Ecopontos e demais Pontos de apoio da Cooperativa Recicla Conquista – 2014	66
Gráfico 9 - Brasil: reciclagem de papel, alumínio e plástico (PET) - 2007/2012	88
Gráfico 10 - Concepção dos trabalhadores cooperados com relação à gestão administrativa da Cooperativa Recicla Conquista – 2014	120

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Locais de atuação dos cooperados dentro da organização do trabalho da Cooperativa Recicla Conquista – 2014	66
Quadro 2 - Distribuição dos cooperados nos Ecopontos da Cooperativa Recicla Conquista – 2014	82
Quadro 3 – Esquema de estratificação da Política Nacional de Resíduos Sólidos em 5 eixos – 2014	136

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Renda média mensal dos cooperados, 2014.....	68
Tabela 2 - Tabela comparativa referente a redução dos custos de produção, a partir da utilização do material reciclado	87
Tabela 3 - Demonstrativo de vendas da Cooperativa Recicla Conquista (Jan. 2014).....	94
Tabela 4 - Demonstrativo de vendas da Cooperativa Recicla Conquista (Jan. 2014).....	94
Tabela 5 - Demonstrativo de vendas da Cooperativa Recicla Conquista (Mar. 2014)....	95
Tabela 6 - Demonstrativo de vendas da Cooperativa Recicla Conquista (2005/2011) ...	96
Tabela 7 - Tabela comparativa dos preços praticados (janeiro a março, de 2014).....	99
Tabela 8 - Distribuição do cooperativismo no território nacional.....	110
Tabela 9 - Distribuição das sociedades cooperativas no território nacional.....	110

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Mapa de localização da cidade de Vitória da Conquista.....	29
Mapa 2: Mapa de influencia de Vitória da Conquista.....	31
Mapa 3: Localização dos pontos de atuação da Cooperativa Recicla Conquista – 2014.....	84
Mapa 4: Fluxo externo dos recicláveis da Cooperativa Recicla Conquista – 2015.	100

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADTR - Agência Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Renda

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CCQ - Círculos de Controle de Qualidade

CESOL - Centro de Economia Solidária

CLT- Consolidação das Leis de Trabalho

CNCOOP - Confederação Nacional das Cooperativas

COAMARI - Cooperativa de Materiais Recicláveis de Itapeva

COOCASSIS - Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Assis

COOPCAR - Cooperativa dos Carroceiros de Vitória da Conquista

COOPERITA - Cooperativa de Reciclagem de Itapetininga

COOPERLIX - Cooperativa dos trabalhadores de Produtos Recicláveis de Presidente Prudente/SP

EPIs - Equipamentos de Proteção Individual

FRENCOOP - Frente Parlamentar do Cooperativismo

FUNASA - Fundação Nacional de Saúde

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

MNCR - Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis

OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras

OCEs - Organizações das Cooperativas Estaduais

OSCIP – Organização da Sociedade Civil para Interesse Público

PETROBRÁS - Petróleo Brasileiro S/A

PMVC - Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista

PNRS – Política Nacional dos Resíduos Sólidos

SEMTRE - Secretária Municipal do Trabalho, Renda e Desenvolvimento Econômico

SESCOOP - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo

SINIR – Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos

SSP - Secretaria de Serviços Públicos

UESB - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

UFBA - Universidade Federal da Bahia

APRESENTAÇÃO

Esta dissertação é a continuação de um conjunto de preocupações adquiridas durante a graduação, no desenvolvimento de uma pesquisa monográfica intitulada ‘Da informalidade a precarização: o trabalho na era do desemprego estrutural’¹, realizada sob a orientação do Prof. MSc. Sócrates Oliveira Menezes. No decurso da mesma, pudemos levantar questões emblemáticas referentes ao processo de precarização do trabalho a que se encontram submetidos os trabalhadores informais, na especificidade do comércio ambulante no centro comercial da cidade de Vitória da Conquista/BA.

Pôde-se notar relação imbricável entre os processos de precarização do trabalho, da informalidade e do desemprego, conferindo aos mesmos certa complexidade, de modo a se pensar na necessidade da continuidade do estudo desses fenômenos que caracterizam a atual configuração do mundo do trabalho, no sentido de aprofundar sua compreensão.

Assim, considerando-se os processos que marcam a reprodução social no capitalismo, na medida em que utiliza e explora o trabalho como fonte primária de sua acumulação, pensou-se na abordagem das relações supracitadas também no circuito da reciclagem, com a especificidade de que neste setor é explícita a presença do trabalho informal, desprovido das garantias trabalhistas, na medida em que os catadores são alvos da precariedade de suas formas e relações de trabalho.

O ingresso no Programa de Pós Graduação em Geografia (PPGG/FCT/UNESP), como aluna do mestrado, coadunou com a ânsia de continuar a desvendar e analisar o assunto. Desse modo, encaramos a realização de tal pesquisa como uma ótima oportunidade de contribuir para a compreensão do processo de territorialização do trabalho precário realizado na catação, bem como das formas de organização/estruturação do circuito econômico da indústria da reciclagem e o caráter fundamental do trabalho precário para a continuidade da acumulação de capital no setor. Como corolário de nossas preocupações enseja-se a trajetória dos trabalhadores catadores, sobretudo pela experiência de organização na cooperativa Recicla Conquista.

¹ BEZERRA, A. V. Da informalidade a precarização: o trabalho na era do desemprego estrutural. 2010. 118 f. Trabalho de Conclusão do Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2010.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
O tema da pesquisa: relevância e problematizações	19
Objetivos da pesquisa	22
Objetivo geral	22
Objetivos específicos	23
Metodologia	23
Caracterização do local de estudo: localização e organização espacial de Vitória da Conquista/BA	27
Cooperativa Recicla Conquista: aspectos gerais	30
OSCIP Pangea: breve descrição	31
1- CAPÍTULO I: CONTRADIÇÕES E PRECARIIDADE DO TRABALHO NA CATAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	33
1.1- O trabalho enquanto categoria ontológica central	34
1.2- A precarização do trabalho: expressão da exploração intensa dos trabalhadores e da alienação dos mesmos	40
1.3- A face perversa da reciclagem	47
2- CAPÍTULO II: RECICLA CONQUISTA - QUESTÕES, DESAFIOS E POSSIBILIDADES	72
2.1- Trajetória histórica da Cooperativa Recicla Conquista	73
2.2- Dinâmicas geográficas da organização do trabalho da Recicla Conquista	75
2.3- A reciclagem sob uma perspectiva econômica	83
2.4- A Cooperativa Recicla Conquista na cadeia produtiva da reciclagem	88
3- CAPÍTULO III: COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA (FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DE CATAÇÃO)	101
3.1- Histórico do movimento cooperativista no Brasil e no mundo	102
3.2- Elementos de teorização acerca da economia solidária e da autogestão: apontamentos para uma análise crítica	109
3.3- Aspectos legais das sociedades cooperativas no Brasil	112
3.4- Cooperativas de trabalho: temas atuais e aspectos jurídicos	121
4- CAPÍTULO IV: O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS	127
4.1- A Política Nacional de Resíduos Sólidos	128
4.2- Políticas Públicas estaduais e gestão de resíduos sólidos urbanos na Bahia	138
4.3 - Gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos em Vitória da Conquista/BA	139
5- CONSIDERAÇÕES FINAIS	148
6- REFERÊNCIAS	152
APÊNDICES	163

INTRODUÇÃO

De modo geral, considera-se que as formas de reprodução da classe trabalhadora estão condicionadas às suas inserções na dinâmica social. Isso implica considerar que o sujeito trabalhador deve ser entendido por meio de seu contexto social e histórico, bem como da sua dinâmica espacial. Acredita-se na necessidade dessa análise mais profunda, devido, sobretudo, às intensificações das transformações socioespaciais, econômicas e políticas que caracterizam a sociedade contemporânea e que repercutem profundamente na atual configuração do mundo do trabalho, por meio do agravamento dos processos de precarização, da informalidade e do desemprego nesse atual estágio de acumulação capitalista (MENEZES, 2007).

Desse modo, verifica-se que a dimensão real/concreta do processo atual de exploração do trabalho se apresenta como um fenômeno central e bastante complexo na sociedade capitalista contemporânea. Entretanto, é importante que se compreenda o fato de que esse fenômeno expressa-se também por meio de formas atuais da informalidade, como a atividade dos catadores de material reciclável, por exemplo, na medida em que esses trabalhadores acabam por ser necessários para o processo de reprodução do capital.

É interessante pensar que tais trabalhadores também são “atraídos” pela catação, devido à falta de alternativas, e que as cooperativas talvez sinalizem certa melhora, já que podem significar, além da renda, menor degradação nas condições de trabalho.

Marcada pela informalidade, bem como pela precariedade das relações de trabalho, a atividade da catação apresenta-se como forma de organização do trabalho desenvolvido pelos sujeitos no intuito de superar as dificuldades de sobrevivência, ao mesmo tempo em que contribuem para a reprodução do capital, possibilitando a continuidade do ciclo acumulativo das relações capitalistas e isso em escala cada vez mais ampliada (PAZ, 2010).

Assim, acredita-se ser de fundamental importância a busca pela compreensão dos processos de precarização e territorialização do trabalho de catação e sua condição estrutural para o circuito econômico da indústria recicladora, observando os elementos constitutivos da trajetória profissional dos catadores, suas formas de resistência e organização coletiva materializada pela cooperativa Recicla Conquista, localizada na cidade de Vitória da Conquista/BA. Para tanto, é necessário esclarecer que tal objetivo se desdobra em questões mais específicas, que seguem por três dimensões analíticas que se interrelacionam para uma melhor compreensão.

A primeira dimensão da análise diz respeito às questões objetivas que envolvem a atual configuração do mundo do trabalho. Isso significa considerar o processo da precarização, do desemprego e da informalidade como condição estrutural do capitalismo, revelando, assim, a incapacidade desse sistema de gerar emprego em número suficiente de modo a atender a demanda do mercado de trabalho (MENEZES, 2007). Significa contextualizar o momento histórico de crise do capitalismo que, de acordo com Mészáros (2002), trata-se de uma profunda crise com dimensões jamais constatadas até então, sendo, por isso, considerada como uma verdadeira crise estrutural.

Segundo Durães (2007), foi somente com a reestruturação produtiva do capital que se verificou a ampliação do grau de precarização do mercado de trabalho brasileiro (a partir da década de 1990), com a intensificação da subcontratação e da terceirização da força de trabalho e da transferência de plantas e unidades produtivas. Pôde-se também observar, nesse período, o crescimento do desemprego estrutural e o aumento da informalidade, devido à escassez de empregos ditos regulares ou formais.

A importância dessa observação, tanto histórica quanto teórica é tida como central na análise, podendo-se ainda observar que o subemprego, o trabalho precário e informal são maneiras encontradas por grande parte da classe trabalhadora para garantir a sua sobrevivência, num período marcado pelas inovações tecnológicas e de intensificação da circulação mundial do capital (GONÇALVES, 2001).

Nessas circunstâncias, a intensificação desses processos que caracterizam a atual configuração do mundo do trabalho torna-se irreversível, em virtude do próprio caráter estrutural da crise capitalista atual, realidade essa que se historiciza na existência da superpopulação relativa, se espacializa como expressões geográficas da atual configuração do mundo do trabalho e se materializa, como no caso específico desta pesquisa, por meio da territorialização do trabalho precário realizado na catação de materiais recicláveis no espaço urbano de Vitória da Conquista/BA. Nesse sentido, é importante pesquisar as condições/relações de trabalho a que estão submetidos os trabalhadores catadores no atual estágio de acumulação capitalista, bem como a lógica de inserção dos mesmos no processo de realização do capital, buscando-se compreender a sua importância para a exploração capitalista na contemporaneidade.

A segunda dimensão de análise destina-se a compreender o funcionamento do circuito econômico da indústria recicladora, através do trabalho realizado pela Cooperativa Recicla Conquista, buscando-se identificar a relação entre a atividade de catação e o processo de

acumulação de capital relacionado com o setor da reciclagem. Para tanto, é necessário analisar a produção desse circuito econômico, bem como a sua natureza referente à distribuição da renda entre os trabalhadores catadores e, principalmente, a forma como o sistema capitalista se apropria do trabalho desses, por meio da subordinação da atividade de catação ao capital.

A outra dimensão de análise segue no sentido de compreender a participação do poder público na organização territorial do trabalho dos catadores. Foi ainda contemplado na análise o conjunto de políticas públicas voltadas à reciclagem, e que tem priorizado o trabalho nas cooperativas (vide Plano Nacional de Resíduos Sólidos). Tudo isso foi feito para entender a atuação do Estado enquanto agente regulador e, ao mesmo tempo, legitimador do trabalho informal, por meio de seus variados instrumentos de controle. Considera-se que a importância dessa análise justifica-se no fato do Estado ser um dos componentes básicos da sociedade capitalista, juntamente com o capital e o trabalho, mas, principalmente, porque o mesmo constitui-se em uma estrutura totalizadora de comando político, de modo a dar subsídio ao processo de acumulação e garantir a reprodução do capital (MÉSZÁROS, 2002).

Assim sendo, com o intuito de facilitar o entendimento e as reflexões sobre tal temática, essa dissertação foi estruturada em quatro capítulos, além da introdução e das considerações finais.

No capítulo I, abordamos os sentidos e significados do trabalho, enfatizando-se a análise sobre a categoria trabalho como base ontológica central para o homem em sociedade. Buscou-se ainda um maior entendimento dos processos que caracterizam a sua atual configuração (desemprego, precarização e informalidade), bem como a percepção da face perversa da reciclagem por meio da análise das contradições e precariedade do trabalho na catação de resíduos sólidos, através do trabalho realizado pela Cooperativa Recicla Conquista.

No capítulo II foi abordada a cooperativa Recicla Conquista por meio do entendimento da sua infraestrutura, corpo administrativo, condições de funcionamento e, sobretudo, da realidade vivenciada pelos trabalhadores cooperados, na condição de trabalhadores precarizados e informais.

No capítulo III, foram realizadas discussões voltadas para o cooperativismo e economia solidária, visando compreender as condições/relações de trabalho presentes nos processos organizativos do trabalho nas cooperativas de catadores de resíduos sólidos, bem como o papel desses empreendimentos no contexto social, político e econômico atual.

O capítulo IV foi dedicado às Políticas Públicas em âmbito nacional e municipal, pensadas a partir dos princípios cooperativistas. Nesse capítulo, voltou-se também para a

questão do gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos, procurando evidenciar como esse ocorre na cidade de Vitória da Conquista/BA, base empírica da presente pesquisa.

O TEMA DA PESQUISA: RELEVÂNCIA E PROBLEMATIZAÇÕES

Temas tais como: precariedade das relações de trabalho, informalidade, desemprego, reciclagem, atividade de catação de resíduos sólidos, cooperativismo e economia solidária, são estudados por várias áreas das ciências sociais, comum a diversidade de abordagens metodológicas e conceituais para a sua compreensão. Contudo, na Geografia ainda é incipiente a abordagem de tais questões, voltadas para a compreensão e explicação desses processos.

Desse modo, a importância da realização dessa pesquisa, justifica-se mediante a proposta de compreensão dos processos de precarização e territorialização do trabalho de catação de resíduos sólidos, e sua condição estrutural para o circuito econômico da indústria recicladora, no sentido de contribuir para o conjunto de pesquisas voltadas para a abordagem das relações supracitadas, também sob o viés da ciência geográfica.

É preciso considerar que a reestruturação produtiva do capital, que afetou e ainda tem afetado qualitativa e quantitativamente a exploração do trabalho, acaba repercutindo nas formas de organização e expressão territorial do trabalho na sociedade capitalista. Assim, é possível afirmar que a precarização, a flexibilização e o crescente número de trabalhadores informais nas cidades, são fenômenos territoriais e expressões geográficas da dinâmica do trabalho sob o capital, cabendo, portanto, também ao geógrafo compreender essa configuração (CONCEIÇÃO, 2005).

De modo geral, pode-se dizer que a reestruturação produtiva se caracteriza por um processo intenso de inovações tecnológicas e científicas utilizadas, sobretudo, para aumentar a produtividade e reduzir os gastos com força de trabalho, possibilitando, ainda, novos procedimentos de controle do trabalhador dentro e fora do local de trabalho. Para tanto, se pôs em prática novas formas de regulamento e flexibilização da legislação trabalhista: contratos de trabalho em tempo parcial, temporários (flexíveis), terceirização, etc., fato que contribuiu para acentuar o crescimento do desemprego de forma progressiva, denotando um aumento ainda maior dos mecanismos de extração do sobretrabalho. Pochmann (1999), salienta que toda essa flexibilização favorece a ampliação das formas de precarização e destruição dos direitos sociais que foram conquistados pela classe trabalhadora.

Assim, pode-se dizer que esse processo gerou impactos diretos na forma de utilização e exploração da mão de obra por parte dos capitalistas, em função, sobretudo, da exploração intensa dos trabalhadores e da alienação dos mesmos. Tudo isso ocorre principalmente através da intensificação dos ritmos de trabalho, da redução aos salários reais e do aumento da carga horária de trabalho, o que torna a situação desses trabalhadores ainda mais vulnerável.

Verifica-se que os trabalhadores ficam a mercê do capital, aceitando qualquer forma de emprego, com pouca ou nenhuma proteção social, sem carteira assinada, sem garantias, entre outros prejuízos e, segundo Soares (2008), principalmente em virtude das necessidades desses trabalhadores (liberados, afastados do mercado de trabalho) que se veem submetidos a elevados níveis de exploração de sua força de trabalho.

Em vários casos, essas ocupações exigem dedicação total do trabalhador para que possa conseguir atingir um ganho mínimo para o seu sustento e de seus familiares. Em outros casos, há realização de mais de uma atividade no dia pelo mesmo trabalhador para conseguir atingir ganho para sua manutenção (LESBAUPIN, 2002).

Entretanto, nesta pesquisa a abordagem do processo de precarização das condições de trabalho, está voltada de forma mais específica para o trabalho dos catadores de resíduos sólidos. Verifica-se que o mesmo se realiza, de acordo com Paz (2010), geralmente à margem de regulamentações trabalhistas, sob condições precárias, resultando no máximo de trabalho possível (pois, em geral, a jornada dos catadores é longa e pesada) e com um acúmulo mínimo de renda mensal, dentro de uma jornada flexível não remunerada por salário. Contudo, cabe averiguar se a situação é relativizada ou não pela presença da cooperativa, mediante algumas garantias trabalhistas.

Observa-se ainda que a realização desse tipo de atividade vem expandindo, acentuadamente, desde meados dos anos de 1990. Sicoli (2007) acredita que esse crescimento se dá em decorrência das mudanças recentes no mundo do trabalho, estando relacionado com os resultados perversos da reestruturação produtiva, da ampliação das formas de trabalho degradado e da expansão do mercado informal no estágio atual do capitalismo. Assim sendo, cabe então refletir se a atividade de catação de resíduos e o mercado informal constituem-se de fato em uma alternativa, que mesmo permeada pela precarização pode transformar-se num trabalho digno, ou ela só é possível pela falta de opções para os trabalhadores, que se submetem a tais condições?

Atualmente, pode-se perceber ainda certa tendência à organização desses trabalhadores em cooperativas, associações, sendo, pois, incentivados a fazê-lo pelo poder

público, bem como por algumas empresas, como foi o caso da Cooperativa Recicla Conquista, no período de sua implantação em 2004. Do ponto de vista social da problemática do lixo, alguns teóricos chegam a afirmar que a organização de associações e cooperativas acaba por criar a possibilidade de trabalho e renda para os setores mais excluídos da sociedade (CARTA DE CAXIAS DO SUL, 2003).

Como exemplos de estímulos à formalização, mediante campanhas/programas de incentivo às cooperativas de catadores de material reciclável, pode ser citada a Lei Ordinária 2913/2009 do município de Diadema – SP, e os Projetos de Lei n°. 0036/2011 da cidade de Fortaleza – CE, e o n° 1223/2007 do município do Rio de Janeiro – RJ. Todos eles visam promover a formação de cooperativas de trabalho, incitar a geração de emprego e renda, bem como o resgate da cidadania por meio do direito básico ao trabalho. Neste sentido a Política Nacional de Resíduos Sólidos também contribui bastante ao priorizar a formação de cooperativas/associações.

Entretanto, resta saber se o fomento à formação de cooperativas condiz de fato com melhorias das condições de vida e de trabalho para os catadores, ou se tão somente se configuram na criação de novas formas de exploração do trabalho. Ao se organizarem sob a forma de cooperativas, o trabalhador pode ampliar a renda? Ou ainda continuarão na condição de trabalhadores instáveis, precarizados, estigmatizados, submetidos a um processo excludente, em meio a esta sociedade capitalista em qual se impera o preconceito, a discriminação, a desvalorização da atividade e, conseqüentemente, da remuneração pelo tipo de trabalho desempenhado?

Outra questão que se pode aqui levantar com relação ao trabalho dos catadores é a percepção do mesmo como um trabalho por conta própria, autônomo, informal, não subordinado diretamente à empresa ou a um patrão. Algumas dessas abordagens quando lidam com o trabalho dos catadores organizados sob a forma de cooperativas, chegam a conceituá-lo como alternativo à economia de mercado e à lógica da produção capitalista, enxergando-o como uma nova expressão da resistência e da sobrevivência de uma numerosa população trabalhadora socialmente excluída e que vive na informalidade (RODRIGUEZ, 2002). No entanto, o que pode ser observado por trás do trabalho realizado pelos catadores, seja esse organizado sob a forma de cooperativas ou não, é a existência de uma engrenagem muito mais ampla e complexa que é a indústria da reciclagem. Essa organização é composta por uma série de outros participantes que desempenham atividades e papéis dos mais diferenciados, compondo o circuito espacial produtivo ligado à reciclagem, em que o catador

de material reciclável participa como elemento base, ocupando um lugar de relevante importância (LEAL et al, 2002 *apud* PAZ, 2010).

Assim sendo, cabe então averiguar de que modo o trabalho realizado nas cooperativas de catadores se encontra subordinado à lógica de acumulação do sistema capitalista, pressupondo-se que se trata de um tipo de trabalho que gera mais-valia. Tal questionamento conduz, assim, a necessidade de um maior entendimento sobre o funcionamento do circuito econômico da indústria da reciclagem (através do trabalho realizado pela cooperativa Recicla Conquista), de modo a compreender qual a relação entre esse tipo de trabalho considerado informal e o processo de acumulação de capital associado com o setor de reciclagem.

A proposta desta pesquisa justifica-se nos desdobramentos apresentados, considerando que a abrangência e complexidade da temática abordada, reforça a importância da percepção da realidade vivenciada pelos catadores de resíduos sólidos, bem como o papel dos mesmos diante da ordem social e econômica existente.

OBJETIVOS DA PESQUISA

- Objetivo geral

Objetivou-se por meio desta pesquisa, analisar a territorialização do trabalho precário realizado na catação e sua condição estrutural para o circuito econômico da indústria recicladora, observando os elementos constitutivos da trajetória profissional dos catadores, suas formas de resistência e organização coletiva materializada pela cooperativa Recicla Conquista.

- Objetivos específicos

*Analisar as condições de trabalho dos catadores de material reciclável da cooperativa Recicla Conquista, considerando-se principalmente a jornada de trabalho, a remuneração e os agravos à saúde;

*Traçar o perfil socioeconômico dos trabalhadores catadores de resíduos recicláveis, buscando identificar e problematizar as razões que definem o trabalho de catação como alternativa para os catadores (lógica de inserção no processo de realização do capital);

*Entender o funcionamento do circuito econômico da indústria recicladora, através do trabalho realizado pela cooperativa Recicla Conquista, de modo a identificar a relação entre a atividade de catação e o processo de acumulação de capital relacionado com o setor da reciclagem;

*Compreender as principais formas de atuação do poder público sobre o trabalho dos catadores de recicláveis, em relação à organização administrativa e territorial do trabalho, inclusiva nas formas organizativas destes trabalhadores.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento da pesquisa, considerou-se de suma importância estabelecer e analisar a categoria que sustenta o entendimento do objeto de estudo proposto. No caso específico, as categorias de análise são território e trabalho, ressaltando a relação contraditória existente entre elas. Sabe-se que são diversas as formas de abordagem metodológica e conceitual para a compreensão do território, sendo, portanto, campo de amplos debates. Contudo, na presente pesquisa, a análise dessa categoria geográfica restringe-se às relações de poder entre capital e trabalho, que se estabelecem no território.

Ainda que a precariedade e informalidade do trabalho não sejam condição exclusiva do espaço urbano conquistense, e ainda que a pesquisa em questão não tenha como objetivo analisar as condições de trabalho de todos os trabalhadores informais que se encontram nessa localidade, em virtude da ampla diversificação dessa esfera, entende-se que uma análise das categorias, território e trabalho, se faz necessária para um melhor entendimento da territorialização do trabalho precário realizado na catação, no caso, em Vitória da Conquista, e sua condição estrutural para o circuito econômico da indústria recicladora.

Para a realização da presente pesquisa, considerou-se como sendo mais adequado o uso principalmente de procedimentos qualitativos, visando-se, também, enfatizar os significados e as qualidades dos processos que não podem ser mensurados em termos de quantidade, partindo-se do pressuposto de que a realidade é socialmente construída. Levou-se em conta, ainda, tanto as limitações situacionais que influenciam a investigação, bem como as relações entre o pesquisador e o objeto de estudo (DENZIN et al, 2006).

Visando-se melhor entendimento das condições/relações de trabalho a que estão submetidos os catadores de resíduos sólidos recicláveis - entendidos como os principais

sujeitos sociais desta pesquisa - bem como o perfil socioeconômico dos mesmos, foram realizadas entrevistas e aplicados questionários aos 54 cooperados da Recicla Conquista, correspondendo a totalidade de trabalhadores da Cooperativa. Esses procedimentos foram realizados com o objetivo de identificar e problematizar as razões que definem a atividade de catação como alternativa para os catadores, verificando a lógica de inserção no processo de realização do capital e, ainda, os principais conflitos que permeiam esse tipo de atividade.

Foram também realizadas entrevistas (voltadas para as questões organizacional e política) junto às lideranças e dirigentes da Cooperativa: o representante da Organização da Sociedade Civil para interesse Público (OSCIP) Pangea, coordenador geral responsável pela organização administrativa da Cooperativa (funcionário público municipal); a presidente; tesoureiro e secretário (integrantes do conselho administrativo); os representantes dos Conselhos de Ética e Fiscal.

Para o desenvolvimento dos objetivos propostos e seguindo a orientação teórica, a pesquisa empírica foi ainda estabelecida com a realização de entrevistas junto aos principais compradores diretos (atravessadores) dos materiais da cooperativa Recicla Conquista, com um mapeamento das rotas da geração e comercialização dos recicláveis, de modo a compreender a lógica mercantil desse tipo de atividade (a natureza do processo referente, sobretudo, a coleta, processamento e distribuição dos materiais recicláveis, bem como a distribuição da renda entre os trabalhadores).

Foram realizadas ainda entrevistas junto aos representantes do poder público municipal, mais precisamente, com a coordenação da Secretaria de Serviços Públicos. Atendendo a orientação de Thompson (1998), entende-se que em casos específicos de entrevistas a pessoas públicas, geralmente manifesta uma maior rigidez no sentido da não abertura para maiores informações e questionamentos, de modo que o pesquisador deve apresentar certa habilidade em técnicas de entrevista para conseguir romper com tais barreiras estabelecidas.

A escolha da entrevista como um dos instrumentos metodológicos propostos ajudou a elucidar questões, uma vez que com tal perspectiva não se objetivou apenas atingir uma amostra estatística significativa com base na coleta de dados, mas visou à produção e análise de informações (TURRA NETO, 2012a), considerando-se que “as informações sobre as quais se pauta são produzidas na interação entre sujeitos – pesquisador/a e informantes” (TURRA NETO, 2012b, p. 243).

Tendo como base a metodologia proposta por Colognese e Mélo (1998), as variações das entrevistas desta pesquisa foram classificadas sob quatro aspectos principais: referente à padronização, as mesmas foram semiestruturadas. Ao que diz respeito à natureza das informações, as entrevistas foram orais, de modo que os discursos foram registrados através da gravação do áudio, vindo a ser, posteriormente, transcritos. Foram ainda realizadas individualmente com cada informante, em horário e local previamente combinado. Quanto ao nível de controle, as entrevistas foram formais, visando-se testar as hipóteses formuladas.

Ao que refere ao tratamento das entrevistas, estas foram submetidas a um processo de fragmentação por temas, utilizando-se das estratégias de codificação (lembrando que os códigos foram retirados das próprias entrevistas) e comparação (no sentido de se buscar evidências necessárias às interpretações).

Outro instrumento metodológico foi o levantamento documental junto a órgãos públicos, tais como: Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista; Agência Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Renda (ADTR); Secretaria de Serviços Públicos (SSP); etc.

Mais um procedimento metodológico utilizado, foi a observação não participante, pressupondo-se que a realidade possa ser refletida através desse instrumento de pesquisa, uma vez que considera que o conhecimento dos processos/relações sociais nem sempre deve fundamentar-se nas nossas proposições de lógica, mas sim na realização de investigações detalhadas e na experiência, por meio das quais podemos gerar nossos conhecimentos (MAY, 2004).

Tal observação foi feita nos locais de atuação da cooperativa Recicla Conquista, levando-se, preliminarmente, em conta: a) forma de distribuição dos cooperados dentro da organização do trabalho da cooperativa; b) infraestrutura do local de trabalho; c) condições de trabalho na cooperativa; d) condições de trabalho nas ruas; e) relacionamento com colegas cooperados; f) relacionamento com catadores não cooperados e g) uso de equipamentos de proteção/segurança. Tais considerações foram anotadas em um diário de campo para a transcrição das observações, sendo esse considerado um instrumento importante para o registro de informações, uma vez que permite que as conclusões do trabalho sejam baseadas, sobretudo, em evidências, e não somente em impressões. Igualmente como nas entrevistas, as informações oriundas das observações foram codificadas de acordo com os temas que surgiram ao longo das transcrições que, por sua vez, foram realizadas de forma sistemática.

Concluído o processo de coleta de dados e informações, a pesquisa teve continuidade com o mapeamento das rotas dos recicláveis da cooperativa Recicla Conquista, dando-se ênfase à localização dos principais pontos de coleta de materiais recicláveis em Vitória da Conquista. A importância desse mapeamento se deve à necessidade de maior entendimento das formas de territorialização da atividade de catação nessa cidade. É interessante pensar que o conceito de territorialização possibilita entender o circuito econômico, em sentido restrito, combinado as articulações políticas, tanto na relação dos catadores *versus* poder público, quanto na relação catadores cooperados *versus* catadores individuais.

Foram elaborados gráficos, tabelas, figuras e mapas, contendo informações extraídas por meio do levantamento/pesquisa documental junto a órgãos públicos, e as organizações políticas coletivas de trabalhadores, e também por meio da realização de entrevistas e/ou da aplicação de questionários aos cooperados da Recicla Conquista; às lideranças e dirigentes da Cooperativa; aos representantes do poder público municipal e aos principais compradores diretos dos materiais da cooperativa Recicla Conquista.

Posteriormente, foram sintetizadas as principais formas de atuação/intervenção (direta ou indiretamente) do poder público sobre o mundo do trabalho, garantindo as condições gerais de extração do sobretrabalho excedente, de modo a permitir que o capital explore e continue a explorar a classe oprimida (HARVEY, 2005). Isso foi feito com o objetivo de entender como a cooperativa Recicla Conquista se estabelece na condição de atender às necessidades de expansão do capital no território.

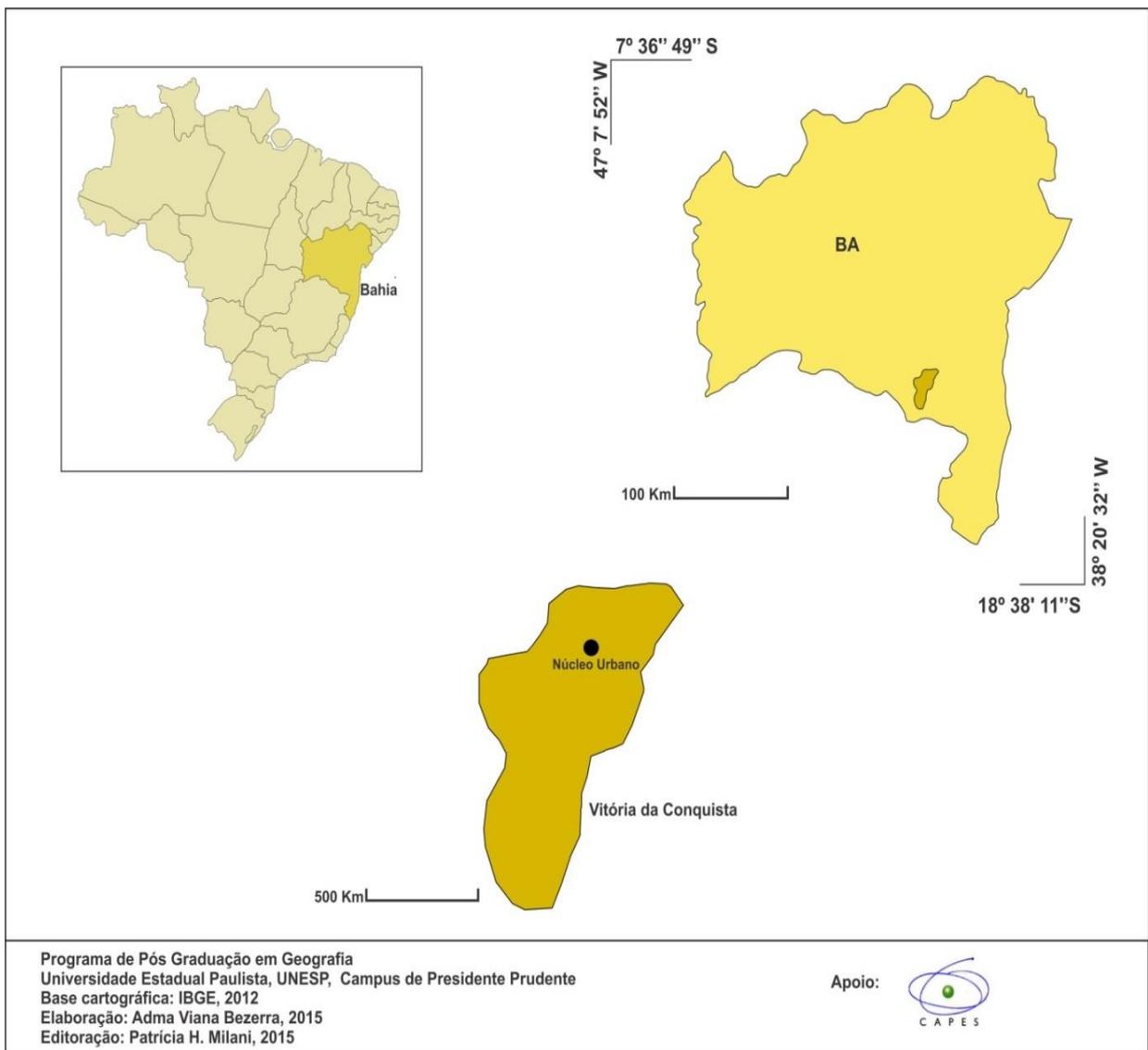
Esta pesquisa esteve amparada pelo movimento indissociável de observações em campo, análise dos dados obtidos, leituras e discussões, isso porque teoria e prática da pesquisa caminharam juntas no processo de construção desse estudo, tendo sempre como direcionamento o entendimento da totalidade das relações que determinam o problema.

O método de investigação é o materialismo histórico e dialético, uma vez que a análise se estabeleceu pelo posicionamento crítico no levantamento das contradições do processo histórico de desenvolvimento da precarização das condições de trabalho, sua capacidade de resistência, do setor informal na cidade de Vitória da Conquista, bem como a sua intrínseca relação com o circuito econômico da indústria da reciclagem.

Caracterização do local de estudo: localização e organização espacial de Vitória da Conquista/BA

O município de Vitória da Conquista (MAPA 1), está localizado em um planalto com uma altitude média entre 800m a 1000m, nas coordenadas de 14°52' de latitude Sul e 40° 50' de longitude a Oeste. Está inserido na mesorregião Centro Sul Baiano e microrregião de Vitória da Conquista (MAIA, 2005).

Mapa 1: Localização da cidade de Vitória da Conquista/BA.



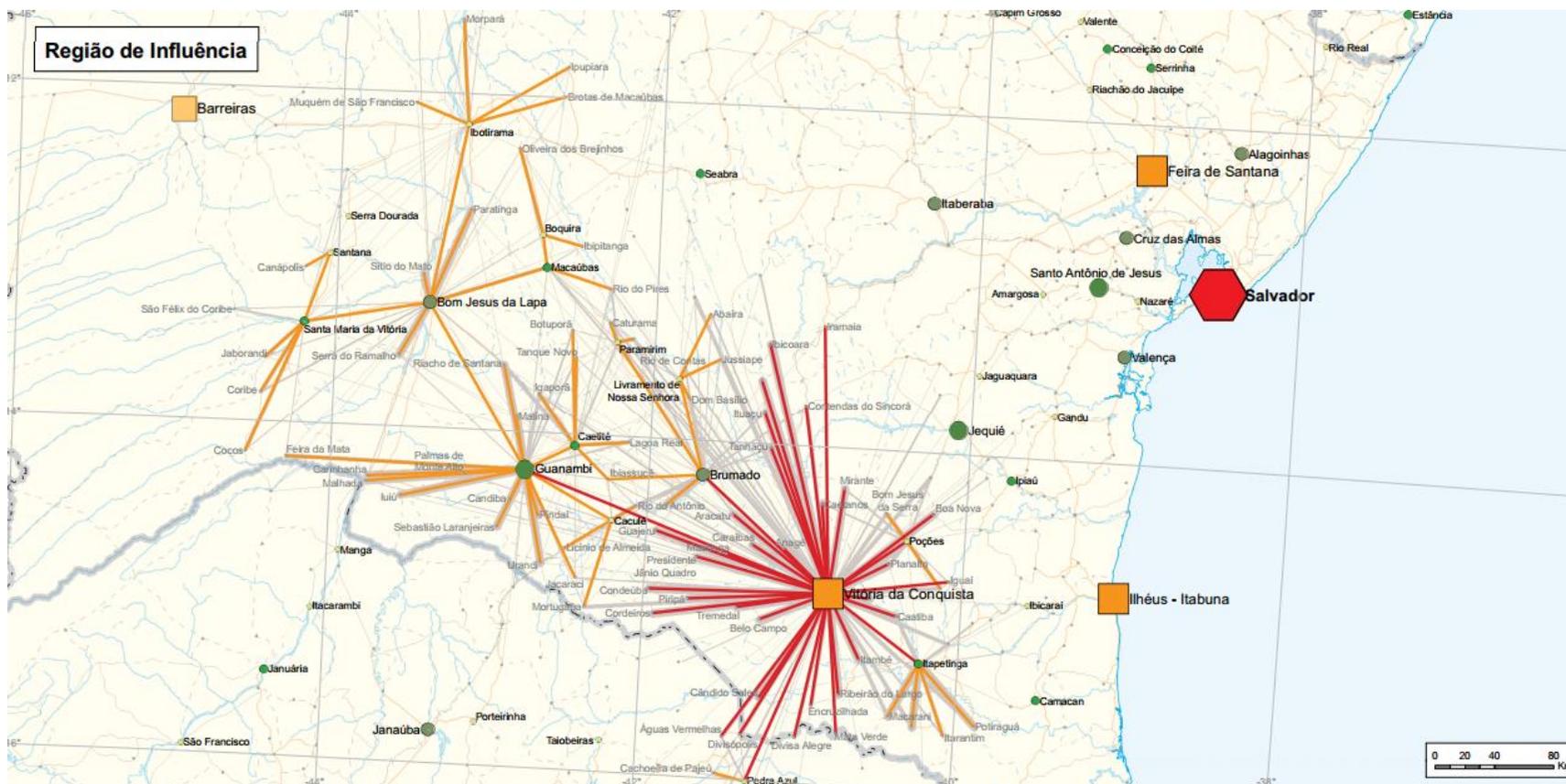
Esse município encontra-se atualmente dividido em 12 distritos, tendo por sede a cidade de Vitória da Conquista. A mesma é constituída por vinte e três bairros, sendo eles: Lagoa das Flores, Distrito Industrial, Nossa Senhora Aparecida, Zabelê, São Pedro, Campinhos, Jatobá, Bateias, Brasil, Ibirapuera, Guarani, Jurema, Centro, Patagônia, Recreio, Alto Maron, Felícia, Primavera, Boa Vista, Espírito Santo, Cruzeiro, Candeias e Universidade. Salienta-se que nestes bairros estão inseridos loteamentos ou conjuntos habitacionais que são considerados bairros dentro do território de outro bairro, pois o processo de ocupação urbana no município em questão vem ocorrendo de forma tanto ordenada quanto desordenadamente (FERRAZ, 2001).

É importante ainda ressaltar que Vitória da Conquista abrange uma área de 3.704,018 km² com uma população estimada de 340.199 habitantes em 2014, sendo a terceira maior cidade do estado, atrás de Salvador e Feira de Santana, e a quarta do interior do Nordeste (IBGE, 2014). No período compreendido entre 2005 a 2014, o PIB de Vitória da Conquista cresceu vertiginosamente, mais de 340%, levando o município a tornar-se a sexta maior economia da Bahia, com participação de 2,29% no PIB do estado (LUZ, 2014).

Vitória da Conquista se estabelece ainda como principal centro regional, polarizando mais de 40 municípios na Bahia e no norte do estado de Minas Gerais (MAPA 2). Acredita-se que isso decorre, principalmente, do grau de especialização de serviços e atividades produtivas concentradas em seu tecido urbano, tendo no setor de comércio e de serviços suas principais atividades econômicas, estando entre os 100 maiores centros urbanos do país (ABREU, 2011). Sua economia tem ainda uma significativa contribuição do segmento industrial, principalmente com a indústria de transformação e extração mineral (PMVC, 2012). Vitória da Conquista influencia, assim, uma população aproximada de 2 milhões de pessoas, representando 17% da população baiana (LUZ, 2014).

Toda essa dinâmica econômica da cidade acaba repercutindo na grande geração de resíduos sólidos pela população, corresponde atualmente a uma média de 200 toneladas diárias, segundo informações do coordenador de limpeza pública da Secretaria de Serviços Públicos da cidade. Grande parte desses resíduos é encaminhada para o aterro sanitário municipal, porém, outra parte é destinada para a reciclagem através do trabalho realizado pelos catadores de resíduos sólidos, a exemplo dos cooperados da Recicla Conquista.

Mapa 2: Região de influência de Vitória da Conquista/BA



Fonte: IBGE, 2007.

Cooperativa Recicla Conquista: aspectos gerais

Fundada em novembro de 2004, a Cooperativa Recicla Conquista foi fruto de um Projeto de intervenção da Organização da Sociedade Civil para o Interesse Público (OSCIP) Pangea, cuja equipe técnica desenvolveu uma série de ações com o objetivo de organizar, em uma cooperativa, dezenas de famílias que trabalhavam no antigo lixão da cidade de Vitória da Conquista. Com isso pretendia-se realizar a inclusão social e econômica desses catadores de materiais recicláveis, sendo uma alternativa de trabalho e geração de renda. Segundo o coordenador geral da cooperativa e representante da OSCIP Pangea, outro objetivo era o de implantar a coleta seletiva no espaço urbano conquistense, visando-se dar uma destinação adequada aos resíduos sólidos gerados no município.

Durante o processo de sua implantação, a Recicla Conquista recebeu apoio da Fundação Banco do Brasil; do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista (PMVC); da OSCIP Pangea e da Petróleo Brasileiro S/A (Petrobrás), dispondo presentemente de um patrimônio estimado em R\$ 4 milhões, de acordo com a atual presidente da Cooperativa.

A Recicla Conquista possui 3 galpões, sendo que a quantidade mensal de resíduos que processa gira em torno de 640 toneladas - 10,6% do lixo total gerado mensalmente na cidade. Mas o trabalho desenvolvido não se restringe a esses espaços físicos, visto que há presença de cooperados em locais chamados de Ecopontos, que se configuram em pontos de entrega voluntária do material. Os cooperados dessas localidades realizam também o sistema de coleta denominado 'porta a porta', onde os trabalhadores percorrem diversas ruas e avenidas da cidade. Além de fazer a coleta nas residências, os cooperados também recolhem materiais recicláveis em empresas, além de espaços de festas e eventos da cidade, conforme declaração do coordenador geral, responsável pela organização administrativa da Cooperativa.

Entretanto, além desses, ainda há a presença de outros pontos de apoio da Cooperativa, localizados no interior de grandes empresas presentes na cidade, as quais se encontram distribuídas em uma série de bairros conquistenses, onde são gerados um grande volume de resíduos.

Na Cooperativa é realizada apenas a triagem, classificação e prensagem do material coletado, sendo em seguida encaminhados para os atravessadores que, por sua vez, os conduzirão para as indústrias.

No que diz respeito à forma organizacional e administrativa, verificou-se a existência de um Conselho Administrativo composto pela presidente, vice-presidente, tesoureiro e secretário, e do Conselho de Ética e Conselho Fiscal, segundo informações da atual presidente da Cooperativa.

Com relação aos sujeitos sociais que a compõem, é válido ressaltar que, atualmente, trabalham na Recicla Conquista 54 pessoas que desempenham as atividades e processos de trabalho necessários ao funcionamento da Cooperativa. Esses cooperados afirmaram que o principal fator que os impulsionaram na realização desse tipo de atividade, bem como a manter-se ligado à atividade da catação, foi a condição de desemprego por longo tempo.

OSCIP Pangea: breve descrição

Dado a acentuada importância da Pangea na organização da Cooperativa Recicla Conquista, considera-se interessante fazer uma breve descrição da mesma de modo a melhor compreendê-la enquanto organização.

A Pangea é uma Organização da Sociedade Civil para o Interesse Público (OSCIP), tratando-se de um centro de estudos socioambientais fundado em 1996 na cidade de Salvador/BA. Esta organização apresenta como proposta o desenvolvimento de programas de caráter socioambiental em áreas urbanas e rurais, podendo-se destacar em sua área de atuação os programas de economia solidária e cooperativismo; de conservação e desenvolvimento sustentável; de educação ambiental e desenvolvimento comunitário; de protagonismo juvenil e de turismo sustentável.

No intuito de fortalecer e ampliar sua área de atuação, houve o estabelecimento de parcerias desta OSCIP por meio de convênios firmados com instituições de ensino e pesquisa (Universidade Federal da Bahia – UFBA, Universidade de Salvador - UNIFACS, entre outras); entidades nacionais e locais (UNIBANCO, Instituto CREDICARD, etc.); Entidades internacionais (ONG ambientalista Italiana LEGAMBIENTE; ONG da Cooperação italiana TERRA NUOVA) e com o Governo Federal, a exemplo da Agência de Desenvolvimento do Nordeste e da Secretaria municipal de Educação e Cultura de Salvador.

Observa-se que esta se trata de uma organização de ampla abrangência e atuação, cujo apoio foi fundamental na constituição da Cooperativa Recicla Conquista, com intervenção direta na organização administrativa, financeira e de capacitação técnica do corpo de cooperados. O coordenador local do Pangea na cidade de Vitória da Conquista, declara que

alicerçar a cooperativa em princípios cooperativistas consiste no objetivo primordial da Pangea para a Recicla Conquista, de modo que seja conquistada pelos cooperados a autonomia, intrinsecamente associada a capacidade de autogestão dos mesmos.

CAPÍTULO I

CONTRADIÇÕES E PRECARIIDADE DO TRABALHO NA CATAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

1.1 O trabalho enquanto categoria ontológica central

Na busca do entendimento dos significados e sentidos do trabalho na sociedade capitalista atual, acredita-se ser necessário considerar que o mesmo resulta e constitui como parte das relações sociais em diferentes épocas históricas, tendo suas variações de significação marcadas pelo desenvolvimento histórico-cultural, por tradições, valores, disputas sociais e concepções ideológicas. Desse modo, verifica-se que o sentido do trabalho (expresso pelo pensamento e pela linguagem), só pode ser efetivamente real no campo contraditório da práxis, e isso em um dado contexto histórico (FRIGOTTO, G., 2009). Tendo como base tal pressuposto, na presente pesquisa serão evidenciadas algumas das principais abordagens/análises realizadas em torno do trabalho no decorrer do processo histórico de desenvolvimento humano.

Segundo Dias (2007), o trabalho ao longo da história da humanidade, apresentou dois significados, sendo eles contraditórios e dominantes. De um lado, aparece como maldição, apresentando um sentido de penosidade, podendo-se observar que, na Antiguidade e Idade Média, era tido como atividade depreciada, não nobre, inferior, significando sujeição às necessidades de sobrevivência destinada às mulheres e aos escravos, que eram considerados como não cidadãos.

É válido ressaltar o fato de que a cultura judaico-cristã acabou por trazer modificações nessa significação, uma vez que a mesma traz o entendimento de igualdade entre as pessoas, promove uma oposição entre o conceito de ociosidade (considerada como ‘inimiga’ da alma) e o de trabalho, valorizando, ainda, o trabalho como forma de servir a Deus. Assim, constata-se que “[...] a Reforma Protestante muda mais radicalmente esse significado, levando o trabalho a um pleno reconhecimento: ‘ora e trabalha’, dizia Lutero.” (DIAS, 2007, p. 39).

Dias (2007) ainda chama atenção para outro sentido atribuído ao trabalho - pelo seu caráter de atividade criativa - que é o de satisfação, mesmo embora essa possa ser tida como alienada. Sob essa perspectiva, é visto como fator de identidade social, socialização, obrigação moral e vocação, capaz de dignificar o homem.

Assim sendo, pode-se então verificar certa contradição na significação do trabalho, denotando uma ambivalência histórica do mesmo, que por um lado é indesejável pela sua penosidade e, por outro lado, é considerado necessário para a reprodução tanto social, quanto biológica do ser humano (MULLER, 2005).

Sob uma visão histórica mais geral, pode-se ainda verificar que a categoria trabalho assume uma significação de tripálio - sob o plano das relações sociais da sociedade tribal, antiga e feudal - de labor e de poiesis, no contexto da sociedade capitalista e da utopia socialista/comunista, respectivamente (NOSELLA, 1987).

Assim, observa-se que no mundo antigo, onde imperaram relações escravocrata e servil (NOSELLA, 1987), o trabalho era tido como uma maldição, uma punição, baseando-se na exploração brutal dos escravos, necessários em vários ramos da produção, sendo em sua maioria utilizados como força muscular, principalmente em trabalhos físicos pesados. Nesse período histórico, a dedicação à ciência, à arte e a direção do Estado, cabiam somente aos representantes da classe dominante (SAVTCHENKO, 1987). Surge aí a oposição entre o trabalho intelectual e o manual, que veio a se agudizar com as contradições antagônicas inerentes à sociedade feudal, onde o caráter da exploração do trabalho era condicionado pela forma social de trabalho baseada na propriedade feudal sobre a terra e na dependência pessoal dos camponeses servos.

Foi no seio desse sistema feudalista que posteriormente veio a surgir o modo de produção capitalista que, por sua vez, baseia-se na exploração do trabalho assalariado e na propriedade capitalista privada, conforme ressalta Nosella (1987). O operário surge nesse processo não exercendo controle sobre seu trabalho, e sim o capitalista, a quem pertence o produto do trabalho, bem como os meios de produção.

Tudo isso era necessário uma vez que esse modo de produção necessita, no plano ideológico (com os ideários de igualdade, liberdade e fraternidade) e no plano das relações econômicas (compra de força de trabalho), de trabalhadores que não mais sejam propriedade de outrem (escravos) e que também não possuam propriedade, sendo por isso chamado por Nosella (1987), de trabalhadores duplamente “livres”.

Já o caráter do trabalho no socialismo, propõe-se a ser livre de todas as formas de exploração, assentando-se nos princípios do coletivismo, da cooperação fraterna e ajuda mútua. O mesmo caracteriza-se ainda pela socialização e planificação no processo de produção à escala social, sendo que a propriedade socialista dos meios de produção se constitui na base econômica mais importante do caráter socialista do trabalho (SAVTCHENKO, 1987). Sobre o trabalho comunista, Lenin (1986), por sua vez, apresenta-o como um trabalho não remunerado em benefício da sociedade, fora das normas, voluntário, para o bem comum de todos, o qual não visa recompensas.

Mediante o exposto, observa-se que o trabalho fica subordinado a determinadas formas sociais historicamente limitadas e a correspondentes organizações técnicas, o que caracteriza o chamado modo de produção, de tal maneira que:

[...] o escravismo, feudalismo e capitalismo são formas sociais em que se tecem as relações que dominam o processo de trabalho, a forma concreta do processo histórico sob determinadas condições que cria essas relações fundamentais. O processo histórico é compreendido, portanto, pela forma como os homens produzem os meios materiais, a riqueza (OLIVEIRA, C. R., 2001, p. 6).

Desse modo, se constata a reafirmação da forte influência do contexto histórico, social, econômico e cultural sobre os sentidos e significados do trabalho. Contudo, enfatizou-se nesta pesquisa a dialética presente na categoria trabalho sob o viés marxista, de modo que foi colocada em evidência a explicitação das categorias de apreensão do real na perspectiva do método materialista histórico dialético.

De um modo geral, verifica-se que, na concepção marxista, o trabalho é condição para a existência humana como ser social. Pode-se dizer que tanto Marx quanto Engels deram ao trabalho rigor científico com base no materialismo histórico e dialético e da concepção histórica da realidade social e isso mediante pesquisas meticulosas (FRIGOTTO, F., 2000).

De acordo com Marx (1999), por trabalho se entende o intercâmbio orgânico do ser humano com a natureza e a atividade que transforma a matéria natural. Em continuidade a sua discussão, esse autor prossegue afirmando que o trabalho trata-se de:

[...] um processo de que participam o homem e a natureza; processo em que o ser humano com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza: Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo [...] a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza (MARX, 1999, p. 211).

Observa-se que Marx aponta o trabalho como sendo uma categoria que possibilita ao homem a transformação simultânea tanto do meio em que vive como também de si próprio. O trabalho ainda é tido como algo intrínseco ao homem, sendo esse capaz de realizá-lo independente de qualquer que seja o período histórico determinado ou o modo de produção vigente. É importante ainda enfatizar o fato de que Marx é considerado como sendo o

instituidor da análise sobre a categoria trabalho na condição de base ontológica central para o ser humano em sociedade (SOUZA, 2008).

Assim sendo, tendo por base o aporte teórico de estudos desenvolvidos por Marx, considera-se que é por meio do trabalho que o ser humano torna-se capaz de desenvolver as suas formas de agir, pensar e sentir, consolidadas tanto na apropriação daquilo que foi culturalmente produzido ao longo da história da humanidade, bem como na exteriorização em sua produção (VALE et al., 2009).

É preciso ainda que se compreenda que, para Marx (2004), é somente por meio do trabalho não alienado que o ser humano conquista a sua auto realização, ao expressar todo o seu potencial criativo. Contudo, o que se pode observar sob o modo de produção capitalista é a não exteriorização das potencialidades dos sujeitos, uma vez que os mesmos são privados dos frutos de seu trabalho (em função, sobretudo, da divisão do trabalho) como se lhes fosse algo alheio (VALE et al., 2009). Tudo isso acaba por caracterizar o trabalho alienado, entendendo que o mesmo:

[...] corresponde ao trabalho explorado pelos detentores da riqueza socialmente produzida e dos meios de produção sobre os proprietários da força de trabalho. A partir do momento em que os trabalhadores não possuem controle do processo produtivo e do produto de seu trabalho, eles sofrem um processo de alienação. Assim, estudar o trabalho alienado é diferente de estudar o trabalho em sua forma mais pura e primária e, portanto, ontologicamente criador do homem como um ser em sociedade (SOUZA, 2008, p. 10).

Verifica-se, assim, que essa se trata de uma questão contemporânea, relevante, visto que sob o modo de produção capitalista o trabalho constitui-se em um agente de alienação, na medida em que, sob a sociedade da propriedade privada, regida pela lei do mercado, os indivíduos se separam do trabalho (dos meios de produção social) e dos resultados dele. Tudo isso acaba por limitar a capacidade do ser humano de se reconhecer na atividade que realiza, não conseguindo refletir sobre aquilo que produz e muito menos sobre as conquistas feitas pela humanidade em sua totalidade (VALE et al., 2009).

Associada à alienação, há ainda o processo de estranhamento do trabalhador no seu cotidiano que, segundo Ranieri (2001), possui principalmente quatro características: o estranhamento no interior da sua própria atividade; em relação ao produto do seu trabalho; com relação a si mesmo e no que diz respeito ao outro homem. Por essa razão, esse autor

acredita que por meio do processo do estranhamento seja negada ao trabalhador a essência humana.

Thomaz Júnior (2012, p.16), por sua vez, considera que:

Sob a vigência e mando do capital o trabalho estranhado é, por consequência, (des)efetivação, (des)indentidade, e (des)realização, especialmente nos últimos tempos com a crescente e intensa mobilidade de formas de expressão e da plasticidade do trabalho vivenciadas pelo trabalhador diante dos signos imperantes do século XXI.

Assim, considera-se que a vigência do trabalho estranhado seja consequência da reafirmação e intensificação da lógica destrutiva do sistema produtor de mercadorias (ANTUNES, 2002). Thomaz Júnior (2012) acredita que seja preciso ainda compreender que o que assume um caráter estranhado sob o poder do capital, é o trabalho abstrato, de modo que é a crise deste que aparece como consequência da repercussão da forte crise que abate sobre o capital. Desse modo, ao se falar da crise da sociedade do trabalho, é preciso qualificar de que dimensão se está versando, se é uma crise da sociedade do trabalho abstrato ou se trata da crise do trabalho também em sua dimensão concreta (ANTUNES, 2002).

É mediante esses processos de alienação e estranhamento que permeiam o mundo do trabalho, que se observa que sua abordagem como categoria ontológica vem sendo severamente questionada por autores, tais como Habermas (1987) e Offe (1989), entre outros, que acreditam que a chamada ‘sociedade do trabalho’ já não mais corresponda às novas dinâmicas sociais produzidas na atualidade.

Filósofo identificado com a Escola de Frankfurt, Habermas (1987) questiona a concepção de Marx quanto à centralidade do trabalho, afirmando que o mesmo apresenta-se como sendo ineficaz, uma vez que não mais atende aos anseios da sociedade atual. Ele traz consigo uma nova discussão ao tentar substituir o trabalho pela esfera da comunicação, apontando ainda para o que se pode chamar de uma nova hegemonia cultural fundamentada na ação solidária e na cooperação, visando-se alcançar um consenso e um entendimento mútuo. Para esse autor, são referências como espaço vital, modo de vida e vida cotidiana que determinam a vida social e não mais a produção, de modo que os indivíduos, a sociedade e o Estado, já não teriam no trabalho a principal referência para a sua existência.

Offe (1989), sociólogo alemão também vinculado à Escola de Frankfurt, igualmente proclama o fim da sociedade do trabalho, apontando para a necessidade do desenvolvimento de uma teoria sociológica que seja explicativa das mudanças sociais. Segundo o mesmo, é da

crise da sociedade do trabalho que deriva a perda de sua centralidade enquanto categoria explicativa da vida social, uma vez que as modificações ocorridas na sociedade trazem consigo o surgimento de uma heterogeneidade prática do trabalho, fato que acaba por ser um empecilho a uma homogeneização de seu conceito. Segundo esse autor, essas modificações expressam-se por meio dos novos e diferentes tipos de racionalidade do mundo do trabalho: diferenças de renda, de salário, de qualificação, de carreira, bem como as diferenças entre os trabalhos produtivos e de serviços.

Vale enfatizar o fato de que é a teoria da ação comunicativa de Habermas que se constitui na nova base conceitual apontada por Offe, considerando-se que a mesma “[...] satisfaz a necessidade de buscar, além da esfera do trabalho, as categorias e os conceitos capazes de catalogar as esferas da realidade social, suas estruturas, campos de ação e relações de sentido.” (FRANCO; FRIGOTTO, 1993, p. 542).

Contudo, ao analisar o discurso da não centralidade da categoria trabalho proclamado por Offe, Franco e Frigotto (1993) afirmam que as teorizações propostas na verdade encobrem a realidade concreta, na medida em que se situa tão somente no plano interpretativo de concepção da realidade histórica, o que contribui para o abandono das relações sociais de produção material da existência e, desse modo, o trabalho em sua dimensão ontológica.

Em defesa do trabalho enquanto categoria ontológica central, Thomaz Junior (2012), por sua vez, considera equivocada a declaração de que o trabalho está diminuindo ou de que esteja caminhando para o seu fim, por meio de afirmações assemelhadas ao fim do proletariado e da centralidade do trabalho. Esse autor acredita que o que se apresenta é o emprego em estado moribundo, uma vez que se está em questão a precarização/eliminação das garantias dos postos de trabalho, colocando-se em risco o reconhecimento dos direitos sociais e trabalhistas, portador de seguridade previdenciária e social.

Desse modo, pode-se inferir que o trabalho, em sua generalidade e essência – que se apresenta como uma relação filosófica do ser humano com a natureza, caracterizado como expressão da naturalização do ser humano, ao mesmo tempo em que também se constitui como um processo de humanização da natureza (NETO, 2009) – não se constitui em emprego, tido como sendo uma mera relação funcional na vida das pessoas e sob determinadas relações de dominação e de controle.

Neto (2009) acredita que se possa, de certo modo, aceitar o questionamento em torno da centralidade do trabalho relativa ao cotidiano, ao ponto de vista sociológico ou ao próprio campo do trabalho assalariado, que se constituem em questionamentos em torno de outras

categorias, tais como do emprego, da profissão (que não mais necessariamente caracteriza o indivíduo), da perspectiva sociológica do trabalho ou mesmo da configuração de classe social. Mas, para esse autor, a condição do trabalho como elemento central na vida humana não deve de modo algum ser questionada, uma vez que se compreende que as transformações nele recorrentes só vem a reforçar a sua centralidade, entendendo-se que sem o mesmo não há humanização e nem riqueza – material e espiritual –, sendo a atividade emancipatória por excelência do ser genérico do homem (MARX, 2013).

A compreensão é de que mesmo que a morfologia do trabalho tenha se alterado profundamente na sociedade contemporânea e se verifique que sob o modo de produção capitalista o mesmo se constitua em um agente de alienação e estranhamento, se entende que a abordagem da centralidade do trabalho para a explicação da sociedade contemporânea apresenta-se como pressuposto para a construção de uma sociedade anticapital, focando-se, assim, na potência emancipadora do trabalho enquanto ator-sujeito transformador.

1.2 A precarização do trabalho: expressão da exploração intensa e da alienação dos trabalhadores.

Mediante um cenário de profundas transformações sociais, políticas e econômicas que caracterizam a sociedade atual, questões concernentes à precarização das condições de trabalho vem sendo amplamente abordadas por várias áreas das ciências sociais, entendendo-se que o estudo e a análise dessa problemática contribuem para ampliar a capacidade de compreensão da atual configuração do mundo do trabalho, por parte dos sujeitos na atualidade.

Contudo, para uma melhor compreensão do processo de precarização das condições de trabalho, é necessário que se perceba que é sob o contexto do desemprego estrutural, bem como da reestruturação produtiva do capital, que esse processo se realiza de forma cada vez mais acentuada.

De um modo geral, pode-se dizer que a reestruturação produtiva é caracterizada, entre outras coisas, por um forte processo de inovações tecnológicas e científicas (pela presença da automação, da microeletrônica, da robótica, entre outros) utilizadas principalmente para aumentar a produtividade e reduzir os gastos em força de trabalho. A mesma fora desencadeada, sobretudo, nos anos 1970 em um “[...] cenário de baixas taxas de crescimento econômico, com desregulada concorrência e profundas incertezas na economia mundial.” (POCHMANN, 1999, p. 47).

Durães (2007), por sua vez, afirma que a adesão a esse novo padrão de produção, o regime de acumulação flexível, foi uma resposta a uma série de crises presenciadas nos anos 1970, período que foi marcado por uma queda do ritmo de produção e de produtividade, pela crise inflacionária em alguns países, bem como pela crise do petróleo. Assim, observa-se que o sistema capitalista se reestrutura justamente para tentar recuperar e manter suas taxas de lucro, intensificando a produtividade e aumentando as formas precárias de exploração da força de trabalho.

Todas essas inovações acabaram sendo absorvidas e utilizadas em praticamente todos os setores sociais, inclusive no universo das fábricas e de serviços, intensificando profundamente as formas de produção já existentes. Uma forte evidência desse fato revela-se por meio da gradativa substituição do padrão rotulado de Fordismo (caracterizado pela linha de montagem, pela produção em massa e produtos mais homogêneos) pelo Toyotismo (onde se produz o necessário, em menor tempo, em que o trabalhador opera com várias máquinas) exigindo-se, assim, um trabalhador cada vez mais polivalente, qualificado para atuar nesse novo cenário (ANTUNES, 2002). Assim, o que se observa são novas formas organizacionais de controle dos trabalhadores, introduzidas para atender a demanda de acumulação capitalista.

No caso do Brasil, foi no contexto das décadas de 1980 e 1990 que ocorreram importantes mudanças produtivas. Para Busnello (2000), o processo de reestruturação produtiva no país teve origem, principalmente, nas reformas implantadas ao longo da década de 1990, que marcou a introdução de um projeto neoliberal no país, possibilitando as condições fundadas em uma política econômica de inserção subordinada à globalização:

A maior exposição da economia à concorrência internacional induziu à reestruturação produtiva das empresas brasileiras, até então voltadas especialmente para o mercado local. Essa tendência, no entanto, só foi reforçada com o plano de estabilização dos preços adotado em 1994 (Plano Real), que ao valorizar a moeda nacional de frente às moedas dos nossos parceiros comerciais e ao manter elevadíssimas taxas de juros no mercado doméstico, reforçou as tendências de reestruturação produtiva. Como parte da nova política econômica, o governo Fernando Henrique Cardoso propôs mudança do sistema nacional de relações de trabalho, a fim de permitir maior liberdade e autonomia no estabelecimento das condições de trabalho. O conjunto das medidas adotadas e propostas contém uma alteração significativa dos direitos inscritos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e em outras leis trabalhistas, possibilitando assim que os mesmos sejam objeto de negociação entre as partes (os atores sociais) envolvidas (BUSNELLO, 2000, p. 25-26).

Busnello (2000) prossegue afirmando que, diante desse cenário, o Brasil passou a absorver o novo modelo produtivo caracterizado por novas formas organizacionais, pela acelerada incorporação de novos equipamentos informatizados e flexíveis ao processo produtivo, e pela subcontratação de produtos e serviços. Durães (2007), por sua vez, se direciona de forma mais enfática para a questão da intensificação da subcontratação e da terceirização da força de trabalho, bem como da transferência de plantas e unidades produtivas, nesse período. Segundo esse autor, tudo isso acabou por contribuir para a ampliação do grau de precarização do trabalho no Brasil, com o crescimento do desemprego estrutural e o aumento da informalidade, devido à escassez de empregos ditos regulares ou formais.

Percebe-se que as transformações advindas desse estágio de desenvolvimento tecnológico e organizacional do modo de produção capitalista, levaram ainda a uma ampla remodelação da gestão do processo produtivo e das formas de emprego das técnicas, alterando imensamente a rotina das empresas, na medida em que foram sendo absorvidos novos métodos de organização e gestão das mesmas. Além disso, também contribuíram para um redimensionamento nas formas de exploração do trabalho, que passou a ser explorado qualitativamente de maneira mais intensa (GONÇALVES, 2001).

Todas essas inovações tecnológicas significaram, sobretudo para as grandes empresas, possibilidades para expandir-se com uma maior intensidade para países e regiões onde possam encontrar condições mais favoráveis (salários baixos, mão de obra barata, etc.), podendo ser mencionadas ainda a questão da guerra fiscal e da migração do trabalho. Entretanto, essa possibilidade de transferência de operações ainda não é considerada suficiente para a redução de custos e, por isso, tais empresas procuram outras formas de contenção de gastos, inclusive com a redução do número de funcionários (mediante a demissão) como meio para se atingir tal propósito. Pode se mencionar, ainda, as propostas mudanças nos sistemas de gestão e controle do trabalho, por meio dos Círculos de Controle de Qualidade - CCQ (GOMES; PENEDO, 2008).

Foi a inserção de novas tecnologias no processo produtivo (caracterizando uma fase de alta produtividade) que possibilitou uma maior acumulação de capital. A própria tendência histórica do capitalismo aponta para a acumulação, concentração e centralização do capital, (SOARES, 2008).

Entretanto, toda tendência à inovação tecnológica, ao possibilitar redução de custos, bem como um aumento da produtividade do trabalho, acaba conduzindo a uma crescente

substituição de trabalho vivo por trabalho morto, ou seja, da força de trabalho por máquinas (THOMAZ JÚNIOR, 2005), tornando esse sistema cada vez mais intensivo em capital. Assim se observa a desvalorização que atinge inclusive a “mercadoria” força de trabalho, cuja expressão é o desemprego estrutural. É importante compreender que é através da apropriação da força de trabalho, que se extrai a mais-valia e, ao se elevar a composição orgânica do capital, o total de valor acrescentado à produção social (mais-valia) é, portanto, relativamente cada vez menor. Isso acaba por explicar a tendência, em última instância inevitável, da queda da taxa geral de lucros, revelando uma contradição estrutural e sistêmica.

Assim, observa-se que esse desenvolvimento tecnológico e organizacional do modo de produção capitalista, além de contribuir para o redimensionamento nas formas de exploração do trabalho, que passou a ser explorado de maneira cada vez mais intensa, também conduziu a uma alteração na composição orgânica do capital, em função da diminuição relativa do capital variável (força de trabalho) em relação ao capital constante (meios de produção). Ramos e Souza (2006) declaram que essa maior exclusão do trabalho vivo no processo produtivo, contribuiu para que as taxas de desemprego se elevassem a altos níveis. É nesse sentido que se insere o trabalho informal, sob todo esse contexto de baixo desenvolvimento do capital orgânico, pouco investimento em capital constante e utilização maciça do trabalho tornado excedente na esfera desenvolvida da produção capitalista, como é o caso dos trabalhadores catadores.

Notou-se ainda que a produtividade do trabalho não foi acompanhada pela redução da jornada de trabalho, nem pelo aumento real do salário e isso implicou, e ainda implica, numa redução relativa do consumo (SOARES, 2008). De um modo geral, todo esse cenário contraditório acabou resultando numa grande crise do sistema, sendo que são as próprias contradições internas do sistema capitalista (insanáveis e inerentes a esse modo de produção) que tendem a gerar crises de acumulação do capital. Essas crises, segundo Harvey (2005), são tipicamente registradas como excedentes de força de trabalho, que se dá lado a lado com excedentes de capital (em termos de mercadoria, moeda e capacidade produtiva) e isso sem que haja uma maneira de conjugá-los de maneira lucrativa a fim de realizar tarefas que sejam socialmente úteis.

Esse excedente de trabalho retroalimenta a precarização, pois funciona como regulador do mercado de trabalho: com maior desemprego há uma tendência à diminuição dos salários; a pressão sobre os empregados aumenta, assim como as reivindicações tendem a diminuir.

Isso explica em parte a aparente contradição entre desemprego e aumento real da jornada de trabalho, seja através da ampliação da jornada ou por sua intensificação.

Entretanto, nesse século XXI o capitalismo tem se revelado sob uma profunda crise com dimensões jamais constatadas até então, sendo, por isso, considerada por Mészáros (2002) como uma verdadeira crise estrutural. Tal condição histórica do capitalismo representa uma das evidências mais claras de que as contradições inerentes ao seu sistema acumulativo atingiram limites verdadeiramente históricos (MENEZES, 2007). Alguns elementos podem ser destacados como sendo caracterizadores dessa crise, tais como:

[...] tendência histórica da queda das taxas de lucro e consumo do capitalismo; tendência à monopolização, financeirização e desvalorização do capital decorrente, contraditoriamente, do alto nível de concorrenciabilidade intercapitalista, que se estabelece num mercado cada vez mais “globalizado” e, sobretudo, as novas estratégias do capital de intensificar o processo de exploração do trabalho a partir da inserção da ciência e das novas tecnologias na produção (MENEZES, 2007, p. 25).

Essa crise estrutural que o capitalismo atravessa veio a se tornar visível no começo da década de 1970, com a crise de superprodução de amplos segmentos industriais da economia capitalista mundial, com a pressão para a descida das taxas de lucro no setor industrial e com o aumento da composição orgânica do capital. Segundo Menezes (2007), todas essas alterações se processam num contexto em que os limites naturais se impõem e as contradições internas do sistema se agudizam. Podem ser citadas, como exemplos, as contradições existentes entre acumulação de capital e a diminuição tendencial das taxas de lucro; entre o desenvolvimento das forças produtivas e as condições limitadas em que se processa o crescimento do consumo, entre outras (CARVALHO, P., 2007).

Diante de tal cenário, visando sustar as dificuldades em manter as taxas de exploração e contrariar o crescimento da composição orgânica do capital e a resultante pressão para a descida das taxas de lucro, a ofensiva capitalista então procura aumentar a mais-valia absoluta. Essa, por sua vez, se dá principalmente pela intensificação dos ritmos de trabalho, pela redução aos salários reais e pelo aumento da carga horária de trabalho. Assim, o que se vê é uma intensificação da exploração do trabalho “[...] num contexto de subutilização da capacidade industrial instalada e de crescimento do exército de reserva de desempregados e os subempregados [...] na ânsia de intensificar a extração de mais-valia, relativas e absolutas.” (CARVALHO, P., 2007, p. 2).

Ribeiro (2012) considera que o trabalho assalariado (embora seja a forma de organização hegemônica do trabalho, no capitalismo), não se constitui na única estratégia de

extração da mais-valia. Segundo essa autora, o trabalhador catador é um exemplo de uma forma de organização “autônoma” cuja subordinação, no circuito da comercialização aos ditames do capital, se revela através da baixa remuneração, insegurança social, jornadas extensas, e poucas perspectivas de melhoria.

Essa autora destaca o trabalho de catação de resíduos sólidos - que vêm aumentando no Brasil de forma acentuada - como sendo uma das tendências assumidas pelo capital na realização da extração do valor excedente. Assim, entende-se que a realidade do trabalho de catação no sudoeste da Bahia, parte desse contexto organizacional do trabalho, não podendo desse modo ser compreendida fora das transformações históricas do capitalismo. Também há de se ressaltar que, variam as ocupações, mas o trabalho precário é uma constante no mercado de trabalho brasileiro.

Uma análise de todo exposto conduz a percepção de que é nesse contexto do atual estágio de desenvolvimento tecnológico e organizacional do modo capitalista de produção, que prolifera o aumento da miséria da classe trabalhadora, bem como a intensificação do processo de precarização das condições de trabalho e o aumento das taxas de desemprego em praticamente todo o mundo. Isso se dá na medida em que:

[...] cada vez mais homens e mulheres trabalhadores encontram menos trabalho [...] configurando uma crescente tendência de precarização do trabalho em escala global [...], sendo que a ampliação do desemprego estrutural é sua manifestação mais virulenta (ANTUNES, 2009, p.252).

Esse cenário acaba por repercutir de forma significativa na própria estrutura do trabalho, de modo que a classe trabalhadora tem nos dias atuais uma conformação mais fragmentada, heterogênea e complexificada sendo, de acordo com Antunes (2005), cada vez menos composta por operários e proletários. Assim, esse autor pondera que a compreensão da classe trabalhadora contemporânea de modo mais ampliado, requer a busca do entendimento desse conjunto de seres sociais que vivem da venda de sua força de trabalho, sendo esses assalariados e desprovidos dos meios de produção (ANTUNES, 2005).

Diante de toda essa realidade caracterizada pelo processo de precarização das condições de trabalho, bem como pelo desemprego, pode-se ainda perceber a difusão de uma forte ideologia da própria lógica do mercado, sob a qual é apregoada a riqueza e a pobreza como realidades independentes: o rico é rico porque ele é qualificado, enfim, competente; já o pobre é mal qualificado, pouco estudado e, enfim, incompetente, sendo

responsável pela sua situação de pobreza, de miséria; portanto, tudo se reduz ao indivíduo e a sua competência (LESBAUPIN, 2002). Do mesmo modo, os catadores (individuais e cooperados), por exemplo, são também responsabilizados pela sua situação econômica e, assim, pelas condições de vida e de trabalho, uma vez que os mesmos apresentam baixo nível de escolaridade e, conseqüentemente, baixa qualificação para o mercado de trabalho.

Para o sistema capitalista, a força de trabalho nada mais é do que uma mercadoria indispensável, necessária para a produção. Dessa forma, a força de trabalho (que pertence ao trabalhador) é vendida como qualquer outra mercadoria aos donos dos meios de produção (o capitalista), deixando de ser propriedade do trabalhador, mesmo que seja temporariamente. Isso tudo ocorre sob “[...] a lógica de um sistema metabólico do capital que converte em descartável e destrói a força humana de trabalho, indicando o desemprego crônico.” (CONCEIÇÃO, 2005, p. 3).

É justamente sob essa sociedade da propriedade privada, regida pela lei do mercado, que os indivíduos se separam do trabalho, dos meios de produção social, e dos resultados dele. Sob essa perspectiva, se pode então perceber um intenso processo de alienação, seja ele tanto de ordem material, quanto de ordem ideológica, já que o trabalhador, enquanto pessoa livre, “[...] dispõe de sua força de trabalho como sua mercadoria, e de que ele [...] não tem outras mercadorias para vender, solto e solteiro, livre de todas as coisas necessárias à realização de sua força de trabalho.” (MARX, 1983, p. 140).

É na medida em que a concorrência se mundializa pelo mercado global, que se torna também mundial a forma desigual e contraditória com que os sujeitos são simplesmente dispensados novamente e tornados supérfluos:

Assim, é a materialização mais desumana e perversa da inversão irracional do sistema: considerar ‘despesa’ e dispensar aquilo que é sua única fonte de lucro, o trabalho. Eis a contradição e a condição estrutural (MENEZES, 2008, p. 6).

Diante do exposto, pode-se perceber que se trata de uma realidade um tanto complexa, na medida em que são verificadas condições de trabalho precarizadas de milhares de pessoas que encontraram na informalidade uma forma de garantir a sobrevivência. Contudo, a elas cabe lutar por perspectivas melhores sem perderem a esperança na possibilidade de significativas mudanças.

É importante enfatizar ainda que a precarização das relações de trabalho, que tem na informalidade uma de suas características mais marcantes, se apresenta social e territorialmente em várias cidades brasileiras nas mais diversas atividades, sendo uma delas a atividade dos trabalhadores catadores de resíduos recicláveis. De acordo com Ribeiro (2012) esses se apresentam como exemplo de uma parcela significativa da classe trabalhadora atingida por relações de trabalho perversas, pois, mesmo embora esses trabalhadores atuem sob a perspectiva do cooperativismo e da economia solidária, na qualidade de empreendedores e sob o manto da legalidade, em muitos casos prevalece ainda o que Magera (2005) reconhece como sendo relações predatórias por força da valorização do material reciclável. Tudo isso se dá na medida em que esses trabalhadores:

[...] explorados pelo mercado da reciclagem, muitas vezes trabalham em condições bastante precárias nas ruas das cidades ou em aterros, no processo de coleta e comercialização dos resíduos, para garantir a sua sobrevivência e de suas famílias (GONÇALVES, 2005, *apud* FAGUNDES, 2008, p. 52).

Se observa que no contexto de trabalho no qual muitos desses trabalhadores encontram-se inseridos (cooperativas e associações), a forma de realização do trabalho dos catadores apresenta melhorias. Contudo, segundo Ribeiro (2012), são melhoras que diante de um quadro de grande precariedade, não supera essa condição, pois deve se levar em consideração a questão da lógica da funcionalidade dessa atividade ao sistema capitalista.

1.3 A face perversa da reciclagem

De um modo geral, observa-se que o trabalho de coleta de resíduos recicláveis, tendo em vista a comercialização, ocorre em três diferentes formas nos municípios brasileiros: 1) nas ruas das cidades, executada por catadores carrinheiros; 2) nos lixões e aterros, e 3) em centros de triagem e também nas cooperativas e associações de catadores organizados em grupos e vinculados a programas de coleta seletiva. Segundo Ikuta (2010), essas diferentes formas de trabalho não se excluem, pelo contrário, coexistem em alguns municípios, como é o caso de Vitória da Conquista/BA, onde catadores são encontrados em cooperativas, bem como nas ruas dessa cidade; mas no aterro não existe mais catação.

Moura (2010) demonstra concordar com Ikuta (2010), afirmando que os catadores de materiais recicláveis exercem a atividade de catação como autônomos, associados e

cooperados. Contudo, nessa pesquisa as atenções foram voltadas, especificamente, para as condições de trabalho e vida dos catadores vinculados a Cooperativa Recicla Conquista, na cidade de Vitória da Conquista/BA.

Pôde-se observar que, dentre os trabalhadores cooperados, apenas 28% são do sexo masculino, o que demonstra que a maior parte da força de trabalho empregada é formada por mulheres, que desempenham todas as atividades e processos de trabalho necessários ao funcionamento da Cooperativa.

Assim, um aspecto a se observar é a predominância de homens no processo inicial de formação dessa cooperativa, em contraposição à predominância das mulheres no período de realização da pesquisa. Segundo a presidente da Recicla Conquista, o fator que promoveu uma inversão na proporção entre homens e mulheres, se deu por conta da baixa remuneração da atividade e das precárias condições de trabalho, corroborados por uma das cooperadas como os principais elementos desse movimento de abandono:

[...] tem uns colegas da gente aqui que estão indo trabalhar na construção civil, que está em alta agora na cidade; outros vão trabalhar como catador na rua mesmo, por conta própria, pois se ganha mais assim do que trabalhando aqui dentro da cooperativa.¹

Segundo estimativas do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis - MNCR (2014), as mulheres se constituem, de fato, em maioria, alcançando a marca de 70% dos trabalhadores em atividade atualmente no Brasil, sendo o número total de 800 mil trabalhadores. Tais catadoras são consideradas pelo Movimento como lideranças comunitárias que acabam por agregar, conciliar e organizar outros trabalhadores em seu entorno.

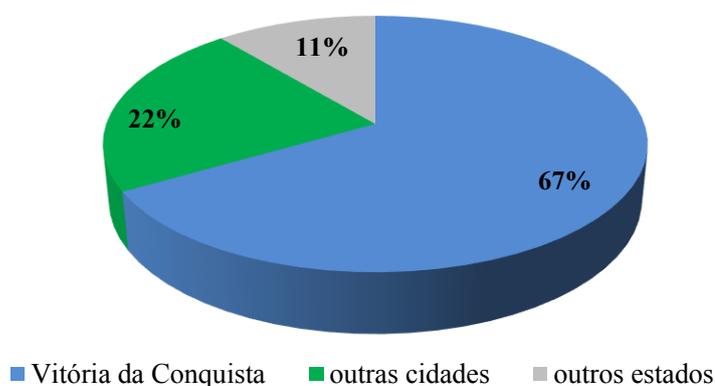
Dentre os cooperados da Recicla Conquista, 67% afirmaram ser da cidade de Vitória da Conquista, oriundos principalmente dos bairros São Pedro, Zabelê, N. Senhora Aparecida, Guarani, entre outros. 22% declararam ser de outras cidades da região, tais como Barra do Choça, Macarani, Santa Maria da Vitória, Planalto, etc. Os demais (11%) alegaram ser de outros estados brasileiros, tais como Minas Gerais e Pernambuco (GRÁFICO 1).

Com relação à faixa etária desses cooperados, observou-se que 9% têm entre 18 a 25 anos; 15% entre 26 a 33 anos; 30% entre 34 a 41 anos; 19% entre 42 a 49 anos; 22% entre 50

¹ Entrevista cedida em março de 2014.

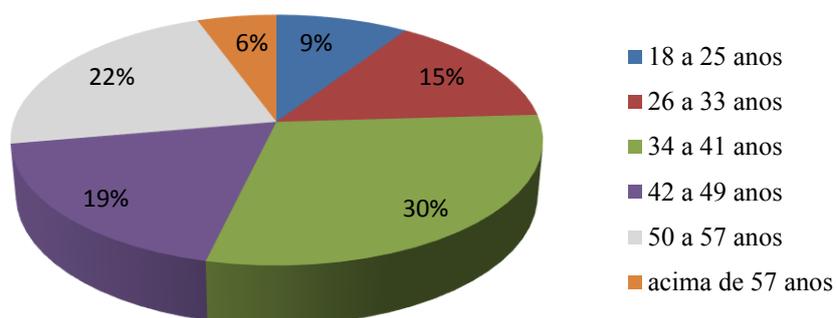
a 57 anos e 6% declararam possuir uma idade superior a 57 anos (GRÁFICO 2). De acordo com Ribeiro (2012), é o contexto mais amplo da crise do emprego que explica essa inserção de aposentados e jovens sem experiências e qualificação para o trabalho na atividade de catação, vista como um meio de garantir sua existência. Assim, essa autora considera que houve redefinições no perfil das pessoas inseridas em relações insalubres e precárias no Brasil, de modo que a catação de materiais envolve hoje não mais um segmento específico (os moradores de rua) em vias de miséria.

Gráfico 1 - Trabalhadores da Cooperativa de Catadores Recicla Conquista (origem) - 2014.



Fonte: Pesquisa de Campo, janeiro a março de 2014.

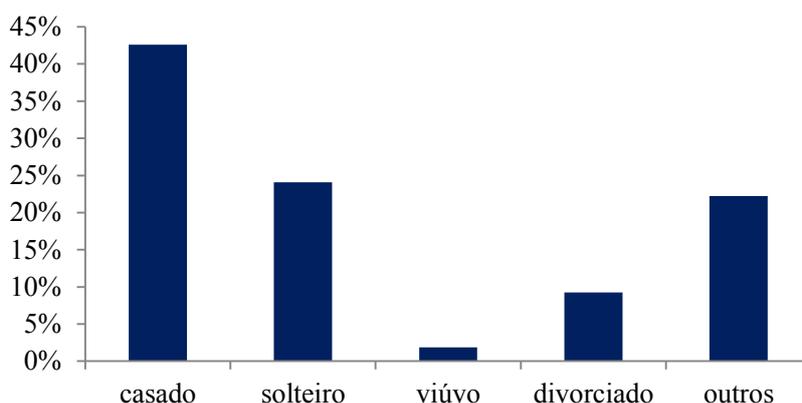
Gráfico 2 - Trabalhadores da Cooperativa de Catadores Recicla Conquista (faixa etária) - 2014.



Fonte: Pesquisa de Campo, janeiro a março de 2014.

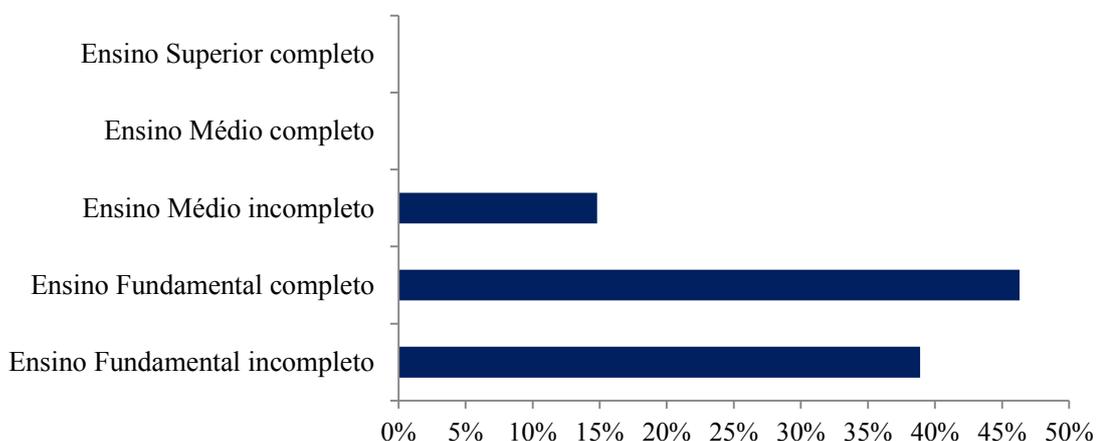
Quanto ao estado civil, 43% dos cooperados declararam serem casados; 24% solteiros; 2% viúvos; 9% divorciados e 22% se encontram em uma união estável (GRÁFICO 3). Já no que diz respeito ao grau de escolaridade, todos declararam ser alfabetizados; contudo, 39% não concluíram o Ensino Fundamental, e 46% afirmaram terem concluído; 15% revelaram não terem completado o Ensino Médio (GRÁFICO 4). Assim, observa-se que esses cooperados possuem grau de escolaridade muito baixo, visto que a maioria deles frequentaram os bancos escolares por um período inferior a 8 anos. Segundo os mesmos, isso ocorreu em função da falta de oportunidades, pois em meio às condições de pobreza e de inúmeras dificuldades, tiveram que começar a trabalhar muito cedo para garantir a própria sobrevivência.

Gráfico 3 - Trabalhadores da Cooperativa de Catadores Recicla Conquista (estado civil) - 2014.



Fonte: Pesquisa de Campo, janeiro a março de 2014.

Gráfico 4 - Trabalhadores da Cooperativa de Catadores Recicla Conquista (grau de escolaridade) - 2014



Fonte: Pesquisa de Campo, janeiro a março de 2014.

Silva (2007) acredita que esse baixo nível de escolarização dificulta o envolvimento nas questões administrativas da Cooperativa, de modo que muitas vezes são os parceiros (OSCIIP Pangea, Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, etc.), que desempenham papéis nas áreas financeira, contábil, mercadológica, na organização do trabalho cooperativo, bem como na administração de conflitos.

Fagundes (2008), por sua vez, observou essa mesma realidade, caracterizada pelo baixo nível de escolarização, em seu estudo realizado em Teodoro Sampaio (SP) e em Tarumã (SP), identificando que a maior parte dos trabalhadores catadores dessas localidades tem até 4 anos de estudo, não chegando a concluir nem mesmo o Ensino Fundamental. Para essa autora, essa ausência de capacitação e/ou atualização profissional se constitui em uma das principais dificuldades apresentadas pelos trabalhadores no que se refere à inserção ou reinserção no mercado de trabalho formal. Contudo, é impertinente culpar os catadores por sua condição.

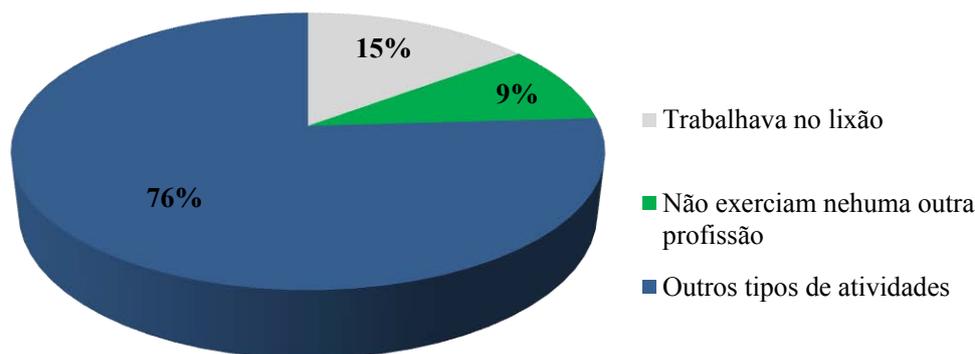
Assim, com relação à capacitação profissional, pôde-se observar que a maioria dos catadores (78%), nunca participou de cursos profissionalizantes; somente 22% disseram tê-los feito, concentrando nas opções de costureira, eletricista, artesanato, técnico em informática, técnico em turismo e hospedagem, oferecidos por diferentes entidades no município de Vitória da Conquista, o que demonstra uma tentativa dos mesmos em se qualificar para outros empregos. Mas o aprendizado dessas novas habilidades não resultou em emprego formalizado e nem na realização de atividades autônomas rentáveis.

Um número considerável de cooperados (76%), declarou ter exercido outros tipos de atividades em período anterior ao trabalho da cooperativa, sendo mencionadas as profissões de carpinteiro, ajudante de pedreiro, feirante, serviços gerais, empregada doméstica, trabalhador(a) rural, lavadeira, vendedor, artesão, borracheiro. 15% dos cooperados eram catadores no antigo lixão da cidade de Vitória da Conquista e 9% não exerceram nenhum outro tipo de atividade (GRÁFICO 5).

Desse modo, o passado profissional e ocupacional da maioria dos cooperados da Recicla Conquista também indica experiência no trabalho em outras áreas, configurando-se em ocupações desses trabalhadores que buscam refúgio em atividades caracterizadas pela informalidade. De acordo com Pochmann (2009), tudo isso denota o crescimento de certas categorias ocupacionais compostas principalmente por trabalhadores que desenvolvem atividades estratégicas de sobrevivência, por meio de formas alternativas de obtenção de renda em atividades de prestação de serviços de natureza servil e doméstica, por exemplo, por

intermédio do assalariamento, de empreendedor, por conta própria, e de ocupado sem remuneração.

Gráfico 5 - Ocupação anterior ao trabalho na Cooperativa Recicla Conquista – 2014



Fonte: Pesquisa de Campo, janeiro a março de 2014.

Já os mais antigos catadores da cooperativa, afirmaram ter trabalhado no lixão por um período entre 4 a 5 anos, declarando que as condições de trabalho lá eram ainda mais precárias, pois estavam a todo o tempo expostos ao sol, à chuva, à maior possibilidade de acidentes e de contaminação, devido ao contato direto com o lixo.

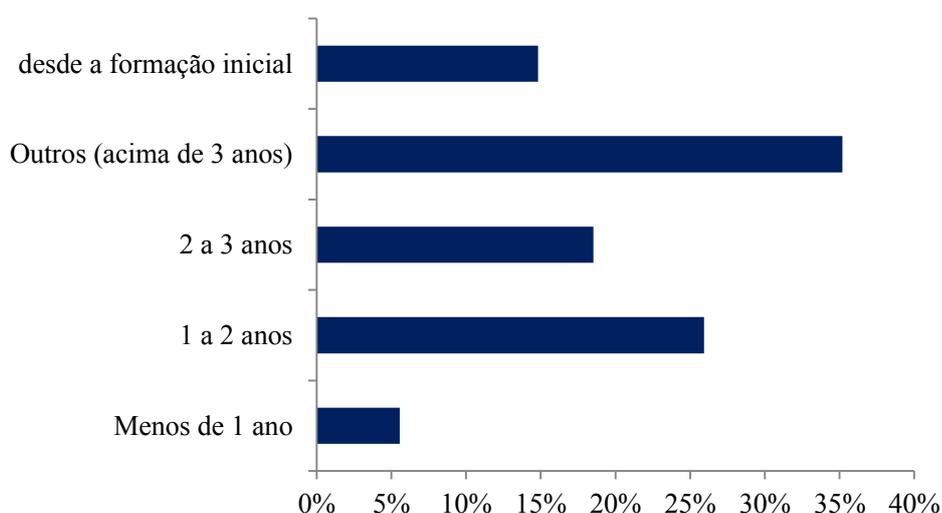
Cantóia (2012) considera ser fundamental se atentar para o caráter degradante socialmente atribuído aos catadores de lixo, que geram humilhação e sofrimento, chegando até mesmo a solapar sua humanidade, na medida em que, ao nível da irracionalidade, são lançados à categoria de bichos: “Não falamos aqui de qualquer bicho: nos referimos a abutres, urubus à cata de carniça, porcos a chafurdar no resto – expressões recorrentes para designar catadores (as)” (ADAMETES, 2006 *apud* CANTÓIA, 2012, p. 46).

Assim sendo, de acordo com os catadores as condições de trabalho na cooperativa são melhores em alguns aspectos se comparado ao trabalho no lixão; contudo, a renda ainda é muito baixa.

Foi-lhes também perguntado como surgiu a oportunidade de trabalho na cooperativa. 15% dos cooperados disseram ser ex-catadores do antigo lixão da cidade, conforme já dito; 9% afirmaram ter conhecidos que lá trabalhavam; já a grande maioria (76%) afirmou que o principal fator que os impulsionaram a realização desse tipo de ocupação, foi a condição de desemprego por longo tempo. Essa foi citada como sendo o principal motivo não somente de

acesso, como também de permanência desses trabalhadores na Recicla Conquista, mantendo-os ligado à atividade da catação, sendo que 6% dos entrevistados trabalham nessa cooperativa há menos de um ano; 26% de um a dois anos; 19% de dois a três anos; 35% por um período superior a três anos; 15% declararam estar na cooperativa desde sua formação inicial, em 2004 (GRÁFICO 6).

Gráfico 6 - Tempo de permanência no trabalho dos trabalhadores da Cooperativa Recicla Conquista - 2014.



Fonte: Pesquisa de Campo, janeiro a março de 2014.

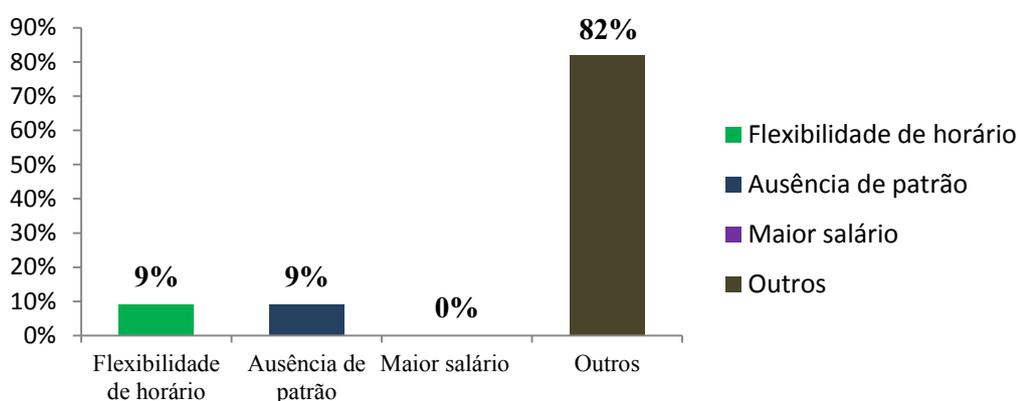
Acredita-se ainda que quanto maior for o tempo em que o trabalhador passar vinculado ao trabalho com os resíduos, menores serão suas possibilidades de conseguir emprego em outro tipo de atividade, principalmente nas que requeiram algum tipo de especialização, de modo que são grandes as dificuldades de inserção/reinserção no mercado de trabalho dito formal. Tudo isso acaba por reafirmar a “lógica destrutiva do capital sobre estes trabalhadores, em um processo que se dá o luxo de descartar um contingente significativo de força de trabalho”. (GONÇALVES, 2005, *apud* FAGUNDES 2008, p. 110).

Assim, se observa que o desemprego e a falta de outras alternativas de trabalho, acabam por conduzir uma grande quantidade de pessoas para a sobrevivência a partir do trabalho de catação.

Quando questionados sobre qual seria a maior vantagem do trabalho de catação, 9% declararam ser a questão do horário em que trabalham; 9% a ausência de patrão; contudo, 82% revelaram não reconhecer na realização dessa atividade maiores vantagens, afirmando

somente estar exercendo esse tipo de ocupação principalmente pela falta de outras opções e por ser essa atividade uma fonte de renda, conforme declarou uma cooperada: “o dinheiro é pouco, mas é uma ocupação e por isso já serve”². Constatou-se ainda que nenhum deles apontou para a questão da renda recebida como sendo gratificante ou mesmo vantajosa (GRÁFICO 7).

Gráfico 7 - Opinião dos cooperados concernente as principais vantagens na realização do trabalho de catação - 2014.



Fonte: Pesquisa de Campo, janeiro a março de 2014.

Como desvantagens do exercício desse tipo de atividade, os mesmos apontaram a insegurança financeira como o principal fator desmotivador, bem como a não garantia de direitos trabalhistas como preocupante. Para Oliveira, a ausência de direitos trabalhistas deve ser percebida como um fator de risco ocupacional, visto que:

O trabalhador sem garantias quanto à aposentadoria e desamparados em casos de acidentes ou doenças se expõem a fortes cargas físicas, por vezes, desconsiderando limites físicos e protelando tratamentos de saúde, em função da busca pelo aumento da lucratividade, diretamente relacionada à quantidade da coleta de materiais reciclados (OLIVEIRA, D. A. M., 2011, p. 122).

Assim, observa-se por vezes um negligenciamento à saúde, uma vez que os catadores, sem acesso a uma série de direitos trabalhistas, se veem obrigados a colocar em primeiro plano a necessidade de subsistência. Essa realidade pode ser percebida na própria fala dos

² Entrevista cedida em março de 2014.

cooperados da Recicla Conquista, quando os mesmos afirmaram ter sérias dificuldades para a realização dessa atividade na medida em que lhes é exigido um esforço físico muito grande: “a gente mesmo sendo mulher pega os sacos muito pesados, carregamos o caminhão; mas fazer o que né, se a gente precisa trabalhar, não tem outro jeito; a gente tem filho, tem neto pra criar”, declarou uma das cooperadas³.

Realidade semelhante pode ser observada na COOPERLIX (Cooperativa dos trabalhadores de Produtos Recicláveis de Presidente Prudente/SP), onde o trabalho de coleta seletiva realizado com os caminhões nas ruas dessa cidade, apesar de ser efetuado principalmente por homens, é executado, também, por cooperadas, sendo que algumas delas (principalmente as que possuíam idade superior a 50 anos) vieram a se afastar da COOPERLIX por não suportarem a carga física do trabalho diário (SILVA, 2007).

Os cooperados da Recicla Conquista ainda apontaram outros problemas a serem enfrentados diariamente: a questão das condições de trabalho na cooperativa; infraestrutura inadequada; problemas de relacionamento interno entre colegas cooperados o que, segundo a direção, não se constitui em um aspecto preocupante, visto que não atrapalham o rendimento do trabalho e a convivência. As condições que hoje existem para desenvolverem o trabalho nas ruas também se constituem em um grande problema, principalmente devido ao peso dos carrinhos de mão utilizados no sistema de coleta porta a porta (FIGURA 1). Muitos deles alegaram sentir fortes dores na coluna, inchaço nas mãos e nos pulsos, ao transportá-los.

Figura 1 - Carrinho de mão utilizado na realização da coleta porta a porta, 2014.



Fonte: Adma Viana Santos / Pesquisa de campo, janeiro a março de 2014.

³ Entrevista cedida em março de 2014.

Toda essa situação nos remete a outro fator apontado, que é a questão dos riscos à saúde. Constituindo-se em um dos direitos fundamentais de todo ser humano, independentemente da raça, religião, credo, posição política, da condição social ou econômica, a saúde é entendida por Ferraz e Carvalho (1997), como um estado de razoável harmonia entre o sujeito e a sua própria realidade.

Dentre os cooperados, 39% declararam não ter tido problemas de saúde nos últimos trinta dias anteriores à realização da entrevista, e 61% os tiveram. Alguns disseram já ter machucado o braço na prensa; outros reclamaram de frequentes dores nas mãos (pulso aberto) e na coluna, por conta do peso dos fardos (que podem chegar até 300 kg, de acordo com o tipo de material) como ainda devido à posição em que trabalham, pois permanecem muito tempo agachados realizando a triagem do material; outros disseram ter alguns problemas de saúde que pioram por conta da exposição prolongada ao sol ou a chuva, como a rinite. Assim, esses cooperados manifestaram estar cientes da provável relação entre a atividade laboral desenvolvida (vínculo ocupacional) e a manifestação de certas doenças.

Contudo, de acordo com Moura (2010), geralmente os catadores não relacionam suas enfermidades à atividade de catação, como é o caso de alguns catadores de resíduos (autônomos, associados e cooperados) na cidade de Goiânia-GO, que relataram ser acometidos por dores nas costas; problemas de pele, como a Pitíriase versicolor (popularmente conhecida como pano branco); micoses nos cantos das unhas das mãos; hipertensão arterial e também cefaleia, acreditando que tais problemas de saúde não tem relação direta com a atividade que desenvolvem.

Moura (2010) aponta ainda para o fato de que uma rotina de trabalho com elevada carga física em condições insalubres resulta na perda da saúde do trabalhador, o que acaba por acarretar na redução da sua capacidade laboral e, por conseguinte, de seu rendimento, sendo que essa diminuição da renda familiar compromete negativamente a alimentação, a educação, a moradia, entre outros, podendo gerar consequências de ordem socioeconômica, bem como psicológico-comportamentais.

Os cooperados mais antigos ainda informaram que no período inicial da Recicla Conquista, era-lhes disponibilizado atendimento médico e odontológico. Os mesmos consideram que não mais usufruam desses benefícios porque a atual presidente da cooperativa não dispõe de preparo suficiente (capacitação profissional) para uma gestão cooperativista eficaz, isso conforme a opinião dos próprios cooperados. Assim, no caso de adoecimento, 9% dos cooperados disseram dirigir-se até o hospital; 34% se automedicam e 57% disseram procurar o posto de saúde da

localidade, por conta própria. Quanto aos medicamentos necessários, 72% desses trabalhadores afirmaram comprá-los e 28% os adquirem em postos de saúde.

No que diz respeito ao uso de equipamentos de proteção/segurança, os cooperados afirmaram que nos últimos doze meses os utilizaram esporadicamente durante o desenvolvimento de suas atividades, visto que luvas, máscaras, botas, fardamento, protetor auricular, esse último para os que trabalham com a prensa (FIGURA 2), ora encontram-se indisponíveis, ora disponíveis em quantidade insuficiente (FIGURA 3).

Figura 2 - Prensa hidráulica utilizada no Galpão 1 da Cooperativa Recicla Conquista – 2014.



Fonte: Adma Viana Santos / Pesquisa de campo, janeiro a março de 2014

Os cooperados ainda reclamaram da qualidade desses materiais e revelaram ter consciência da importância do uso desses equipamentos, em função, sobretudo, do tipo de material que manuseiam: “É perigoso pisar sem bota, por conta de cacos de vidro, pregos; mas enquanto não tem bota, a gente tem que colocar sapato nosso mesmo no uso”.⁴ Outra cooperada ainda declarou: “Eu estava sem luva para trabalhar, daí o pessoal das lojas, do comércio, me arrumou umas luvas; e farda nova também não está mais tendo, daí quando a nossa fica muito velhinha, agente tem que botar nossas roupas mesmo para ir trabalhar”.⁵ A presidente informou que as empresas que ofertavam o fardamento e equipamentos de proteção/segurança suspenderam as doações, e por conta disso estão à procura de novas parcerias.

⁴ Entrevista cedida em março de 2014.

⁵ Entrevista cedida em março de 2014.

Figura 3 - Cooperados da Recicla Conquista sem o uso de equipamentos de proteção/segurança, 2014.



Fonte: Adma Viana Santos / Pesquisa de campo, janeiro a março de 2014.

Assim, Moura (2010) enfatiza o fato de que a maioria dos catadores de materiais recicláveis (tanto o autônomo, como o vinculado à associação ou cooperativa), não utiliza equipamentos de proteção individual (EPIs) como medida de prevenção à saúde, seja devido as limitadas condições financeiras para aquisição destes equipamentos, pela falta de orientação ou mesmo, muitas vezes, da desinformação sobre as possíveis doenças causadas pelo manuseio do lixo sem proteção adequada.

No que diz respeito aos riscos de contaminação durante o trabalho, é preciso se atentar para o fato de que as dificuldades não se restringem apenas à aquisição dos EPIs, mas se estende aos produtos de higiene e limpeza, sendo necessário, assim, investir também na compra desses materiais (RIBEIRO et al., 2009).

É em decorrência da atividade insalubre que exercem, no trato com os resíduos sólidos, que Moura (2010) afirma que os catadores se encontram expostos a certos riscos ocupacionais e ambientais identificados no ambiente de trabalho, apontando principalmente para os riscos ergonômicos e de acidentes.

Com relação aos riscos ergonômicos, considera-se que os mesmos:

[...] são produzidos pelo esforço físico, levantamento de peso, a má postura, controle da produtividade, situações estressantes, trabalhos em período noturno, jornada de trabalho prolongada, monotonia, movimentos repetitivos etc. Essas situações podem desencadear distúrbios psicológicos e

fisiológicos e, ainda, ocasionar danos à saúde do trabalhador, em virtude das alterações orgânicas e emocionais, como cansaço físico, dores musculares, hipertensão arterial, problemas com o sono, diabetes, doenças nervosas, taquicardia, doenças do sistema digestório (gastrite e úlcera), tensão, ansiedade, problemas de coluna (MOURA, 2010, p. 25).

Já os riscos de acidente, de um modo geral, correspondem à edificações com áreas insuficientes; máquinas e equipamentos desprotegidos (prensas sem proteção, por exemplo); instalações elétricas desprotegidas ou inadequadas; incêndio ou explosão; ferramentas defeituosas ou inadequadas e, também, existência de animais peçonhentos (MOURA, 2010).

Verifica-se que tais riscos afetam os cooperados da Recicla Conquista, independente dos pontos de atuação dos mesmos. Os cooperados dos ecopontos, por exemplo, ao deslocarem-se com seus carrinhos por várias ruas da cidade, sujeitam-se a uma série de danos a saúde, uma vez que se encontram expostos às doenças de pele e respiratórias; sofrem ações diretas do tempo (estando suscetíveis aos efeitos do calor, do frio, da radiação solar, e, com isso, às oscilações do clima), além dos riscos de atropelamento. Segundo os cooperados, o peso desses carrinhos cheios de resíduos, a depender do material, submete-os a um esforço físico muito grande que, de acordo com a Agência Europeia para a Segurança e Saúde do Trabalhador (2014), pode resultar em perturbações músculo-esqueléticas e afetar a zona cervical, a região dorso-lombar, os ombros, os membros superiores e, em menor intensidade, os membros inferiores. Assim, verifica-se a associação entre a forte carga física no trabalho de catação e a própria rotina da atividade, às dores corporais, aos problemas osteoarticulares e a hipertensão, por exemplo (PORTO, 2004).

Os cooperados que trabalham na esteira - Galpão 2 (FIGURA 4), se encontram também sujeitos à lesões musculares que podem ser ocasionadas pelos movimentos repetitivos. Cabe ressaltar que eles ainda se expõem aos riscos à saúde no momento de separação entre o que é ou não reciclável, via contaminação com materiais cortantes e contaminados, correndo risco de sofrerem acidentes com materiais descartados de forma irregular como vidro, agulhas e seringas usadas em casa, ou até mesmo de se contaminarem com doenças (SILVA, 2007). E isso porque, em meio a esses resíduos, não se pode descartar a possibilidade da presença de agentes biológicos (como bactérias, fungos e vírus) e de agentes químicos, tais como óleos e graxas, líquidos de pilhas e baterias, solventes, herbicidas, tintas, restos de produtos de limpeza, etc. (ALENCAR, et al, 2009).

Segundo Moura (2010) há ainda a possibilidade de propagação de doenças por meio de vetores como ratos, baratas e mosquitos. Outro problema enfrentado refere-se ao mau

cheiro inalado, pois junto aos recicláveis encontram-se restos de alimentos, entre outras sujeiras. O fato é que não há uma separação rigorosa dos resíduos no momento de descarte pela população, de modo que quando chegam à cooperativa não estão livres da contaminação.

Figura 4 - Cooperados em atividade de triagem na esteira, 2014.



Fonte: Adma Viana Santos / Pesquisa de Campo, janeiro a março de 2014.

De acordo com Cantóia (2012), essa mesma situação pode ser observada na Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Assis (COOCASSIS). Segundo esse autor, o fato de se cortarem e ficarem expostos a doenças, apresentam fragilidades na organização da gestão e gerenciamento não só da cooperativa, mas do município, no que compete a gestão de resíduos sólidos.

Na pesquisa de campo, pôde-se notar também que as condições de infraestrutura de alguns dos locais de atuação dos cooperados são desfavoráveis ao desenvolvimento da atividade, como no caso do Ponto de apoio localizado no Bairro Patagônia (FIGURA 5), visto que funciona a céu aberto, de modo que os cooperados ficam totalmente expostos às intempéries climáticas. Pôde-se notar ainda um grande desconforto por parte das cooperadas durante a realização da triagem do material, naquele local, com posturas forçadas e incômodas, que implicam em problemas de coluna e dores musculares.

Nessa gama de riscos, Moura (2010) aponta para o fato de que não apenas a saúde física, mas também a saúde mental dos catadores pode ser afetada, especialmente por serem discriminados socialmente, pelo tipo de atividade exercida. Tal sentimento de discriminação

esteve presente nos relatos de alguns cooperados durante a pesquisa de campo: “apesar de toda discriminação que a gente sofre, mesmo assim, me orgulho do meu trabalho”⁶.

Figura 5 - Ponto de apoio da Cooperativa Recicla Conquista (Bairro Patagônia), 2014.



Fonte: Adma Viana Santos / Pesquisa de campo, janeiro a março de 2014.

Em continuidade a apresentação dos aspectos considerados como desfavoráveis à realização da atividade de catação, outra questão tida como adversa diz respeito ao deslocamento dos cooperados aos locais de trabalho. Segundo a presidente da cooperativa, a Prefeitura Municipal comprometeu-se a dar suporte por meio de um contrato estabelecido com a empresa de transportes Viação Vitória, ficando a mesma incumbida de apanhar os trabalhadores em algumas localidades específicas e levá-los até os locais de trabalho, fazendo-se, no final do expediente, o trajeto inverso.

No entanto, esse convênio no momento encontra-se sujeito a renovação e, enquanto isso não ocorre, o transporte dos cooperados está sendo feito de forma alternativa (com a utilização de Van e, algumas vezes, fazendo-se uso do próprio caminhão Baú da cooperativa), de modo que sejam evitadas ausências ao trabalho. Os cooperados demonstram certa indignação quanto a essa situação, afirmando que durante vários anos foram transportados no interior dos mesmos caminhões que recolhem os resíduos sólidos na cidade, presos lá dentro como se fossem animais, sendo essa considerada por eles uma situação humilhante.

⁶ Entrevista cedida em março de 2014.

Nem todos os cooperados têm acesso a esse transporte, uma vez que o trajeto do referido carro restringe-se a poucos bairros da cidade. Esses trabalhadores precisam então encontrar outros meios de se deslocarem até seus locais de trabalho. Uma senhora cooperada, relatou caminhar mais de três horas por dia no trajeto até o galpão sede da cooperativa, visto que a mesma reside em um povoado no qual não há acesso ao transporte público urbano:

[...] para mim é bem cansativo e até perigoso sabe, porque tenho que sair bem cedo de casa, antes mesmo das 5:00 horas da manhã, para poder chegar no trabalho no horário. Mas não tem o que fazer, eu sou dona de casa e chefe de família, tenho que colocar dinheiro dentro de casa e não há para mim outra opção.⁷

Por fim, os cooperados afirmaram ainda não ter nenhum tipo de problema com aspectos referentes à violência ou a fiscalização, nem ainda de relacionamento com os catadores não cooperados.

Especificamente com relação à carga horária de trabalho, observou-se que a jornada semanal nas diferentes atividades da coleta e da triagem, chega a ser de quarenta e cinco horas de trabalho, sendo que os cooperados fixos dos pontos de apoio (11%), trabalham por um período de 6 dias na semana, com uma carga horária diária que varia de 6 a 7 horas, e os demais cooperados (89%), trabalham 5 dias consecutivos de 8 a 9 horas por dia.

A não pontualidade, bem como a ausência no trabalho gera certas punições aos trabalhadores da cooperativa, conforme relata uma das cooperadas:

[...] se a gente for chegar atrasada no trabalho 15 ou 20 minutos, é melhor a gente nem vim mais, porque eles no final desconta o dia todo e desconta 15 reais, mais do que as vezes a gente ganha em um dia de trabalho. Uma vez cheguei aqui 15 minutos depois do horário, daí os chefes daqui me mandou embora para casa, disse pra mim voltar só no outro dia.⁸

É curiosa essa terminologia ‘chefe’ dita por uma das cooperadas, já que em cooperativa pressupõe-se maior horizontalidade nas relações. Alguns cooperados disseram já ter questionado, junto ao tesoureiro, o valor que lhes é descontado por um dia de falta. No entanto, esse valor se manteve. Outra cooperada demonstrou ainda certa insatisfação, ao fazer a seguinte declaração:

⁷ Entrevista cedida em março de 2014.

⁸ Entrevista cedida em março de 2014.

A gente aqui tem que vim trabalhar até mermo doente; se a gente faltar mesmo justificando, trazendo atestado, mesmo assim é descontado no final do mês; eu perdi um filho esses dia, foi aborto espontâneo, daí o médico falou para eu ficar 30 dias de repouso em casa; mas como ficar? Sem dinheiro? Fiquei só 15 dias em casa e tive que vim trabalhar sentindo muita dor ainda.⁹

Assim, verifica-se que mesmo em situações de doenças (que poderiam resultar em muitos dias de afastamento) os cooperados comparecem ao trabalho para não ter muitos prejuízos financeiros decorrentes dos descontos devido às faltas e, conseqüente, redução na coleta. A ausência de outras oportunidades, faz com que seja constante a preocupação dos mesmos em manter-se ligados a atividade de catação, mesmo sob precárias condições de trabalho, conforme declarou outra cooperada:

[...] se a gente ainda faltar mais de três dias e não tiver atestado, eles mandam a gente embora da cooperativa, não quer nem saber de nada. Eu mesma estava com um problema sério na coluna e as mãos muito inchadas, e isso de tanto pegar peso porque tem uns fardos aqui que chegam a pesar 70 e até 120 quilos; mas mesmo assim tenho que vim trabalhar, senão eles me mandam embora e põe outro no meu lugar, e aí vou viver de que?¹⁰

Como já dito anteriormente, existem diferentes locais de atuação dos cooperados dentro da organização do trabalho da Recicla Conquista: 35% deles atuam nos galpões de materiais pré-selecionados; 26% no galpão de materiais não selecionados (esteira); 11% encontram-se nos Ecopontos, e os demais (28%), nos Pontos de apoio. Um dos cooperados declarou achar melhor trabalhar nos galpões, do que nos Pontos de apoio, devido ao intenso movimento de carros nas ruas, e também a exposição ao sol e a chuva. No Quadro 1 pode ser observada a distribuição dos cooperados de acordo com seus locais de atuação, com especificação das atividades desenvolvidas em cada um deles.

Os cooperados fixos encontram-se distribuídos nos Ecopontos dos bairros Centro (11%), Candeias (33%); Brasil (22%); Jurema (11%); e nos Pontos de apoio dos bairros Bateias (11%), Recreio (11%), Patagônia (6%) e Felícia (11%) (GRÁFICO 8).

⁹ Entrevista cedida em março de 2014.

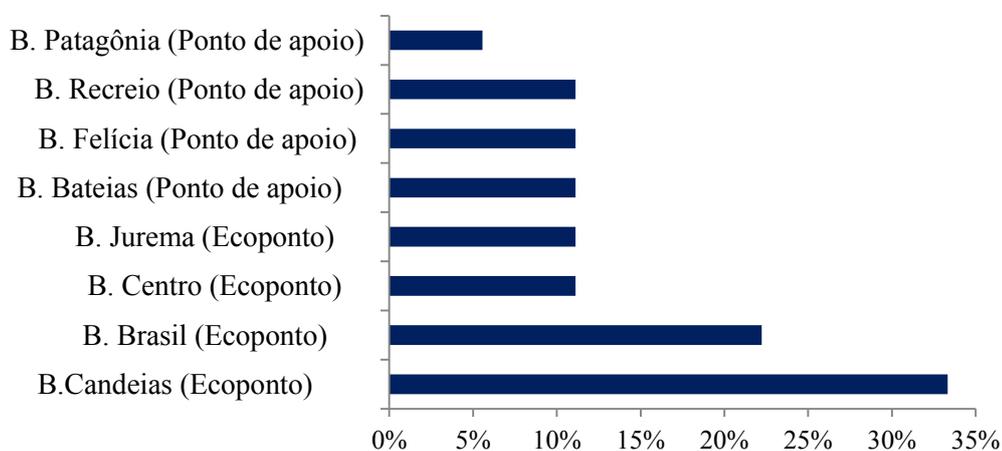
¹⁰ Entrevista cedida em março de 2014.

Quadro 1 - Locais de atuação dos cooperados dentro da organização do trabalho da Cooperativa Recicla Conquista - 2014.

LOCAIS DE ATUAÇÃO DOS COOPERADOS	QUANTIDADE DE COOPERADOS	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS
Galpão de materiais pré-selecionados	19	Triagem, enfardamento e pesagem do material proveniente da coleta seletiva domiciliar e de empresas.
Galpão de materiais não selecionados	14	Triagem, enfardamento e pesagem do material oriundo da coleta convencional realizada pelos caminhões de lixo.
Ecopontos	6	Coleta seletiva domiciliar e triagem dos materiais.
Pontos de apoio	15	Triagem e enfardamento do material doado por empresas

Fonte: Pesquisa de Campo, janeiro a março de 2014.

Gráfico 8 - Distribuição dos cooperados nos Ecopontos e demais Pontos de apoio da Cooperativa Recicla Conquista - 2014.



Fonte: Pesquisa de Campo, janeiro a março de 2014.

No caso da ocorrência de falta de um cooperado fixo, é enviado um trabalhador do galpão para substituí-lo. Segundo a atual presidente da Recicla Conquista, alguns mantêm certa resistência quanto a essa substituição, e também com relação à distribuição dos cooperados nos pontos de atuação da cooperativa:

Porém, quem bater de frente e não for para onde a gente mandou, perde o dia de trabalho. Daí no outro dia tem que ir para o lugar aonde a gente disse para ir. Todos eles precisam obedecer as regras, caso contrário vira bagunça, de modo que os que se recusam, são retirados da cooperativa. Mas hoje em dia é até mais tranquilo, eles já entenderam mais isso; de início a gente tinha mais dificuldade.¹¹

Desse modo, verifica-se a subordinação desses cooperados a decisões e regulamentos que lhes são impostos e não discutidos e definidos de forma consensual, como deve ser em uma cooperativa gerida democraticamente.

Quando há uma grande quantidade de material nos galpões, a presidente convoca todos os cooperados para a realização de mutirão, de modo a se agilizar a triagem, a prensagem e o posterior encaminhamento do mesmo para a comercialização.

Quanto a renda mensal desses trabalhadores, a mesma se apresenta de forma variável de acordo com os locais de atuação: os cooperados fixos dos pontos de apoio ganham R\$ 400,00 reais, que se configura em ganho mensal fixo, uma vez que os mesmos não saem para coletar material nas ruas e, por isso, recebem uma quantia diferenciada. “Já é estabelecido um valor médio do que a cooperativa ganha. Não chega a ser salário, porque tem um número grande de cooperados, depende da quantidade de material e os valores ainda oscilam muito”,¹² declara o Representante da OSCIP Pangea.

Os cooperados dos Ecopontos dos bairros Centro e Candeias também possuem uma renda independente, que em 2014 variou entre R\$ 400,00 a R\$ 600,00. O ganho dos trabalhadores dos galpões é igualmente diferenciado, conforme afirma a presidente da Recicla Conquista:

O que se produz no grupo da esteira (Galpão 2) é vendido, contabilizado e dividido entre eles. É como se fosse um subgrupo dentro da cooperativa. Mas foram eles mesmo que decidiram montar esse grupo, teve eleição, votação de quem iria para lá. O grupo da esteira tira um pouco mais (rendimento que varia entre R\$ 650,00 a 800,00 reais), mas também a dedicação deles é bem maior se comparado ao dos cooperados que estão nos outros galpões.¹³

Já os cooperados do Galpão 1, bem como dos Ecopontos dos bairros Brasil e Jurema, possuem uma renda que varia entre R\$ 350,00 a R\$ 550,00. Assim, observa-se que os rendimentos mensais informados pelos cooperados no momento em que se realizou a pesquisa, variaram de R\$ 350,00 a R\$ 800,00, valores considerados por eles como sendo

¹¹ Entrevista cedida em março de 2014.

¹² Entrevista cedida em março de 2014.

¹³ Entrevista cedida em março de 2014.

insuficientes para garantir o básico para suas famílias (TABELA 1). Os mesmos revelaram-se insatisfeitos, acreditando que todos os cooperados deveriam ganhar mais de um salário mínimo:

No começo era R\$ 80,00 reais que agente ganhava de três em três meses; depois foi aumentando e hoje já tem um tempo bom que a renda não aumenta. Trabalha todo feriado e se não for desconta R\$ 15,00 reais (por falta), com atestado ou não, e se tiver mais de três faltas, é rua. É uma demora para receber, já ficamos de dois a três meses sem receber. Eles falam que, às vezes, tiram do bolso deles, mas como? Se aumentou a quantidade de material que recebe e diminuiu a quantidade de gente que trabalha aqui; só o salário que não aumenta.¹⁴

Tabela 1 - Renda média mensal dos cooperados, de janeiro a março de 2014.

Renda Mensal Média (cooperados)	
Locais de atuação	Valor (R\$) recebido
Galpão 1/Ecopontos dos Bairros Brasil e Jurema	R\$ 350,00 a R\$ 550,00
Galpão 2	R\$ 650,00 a R\$ 800,00
Cooperados fixos	R\$ 400,00
Ecopontos dos Bairros Centro e Candeias	R\$ 400 a R\$ 600,00

Fonte: Pesquisa de Campo, janeiro a março de 2014.

De acordo com o Representante da OSCIP Pangea, os trabalhadores cooperados recebem por produção, que lhes são disponibilizados quinzenalmente ou mensalmente. Fica ainda sob o encargo dos mesmos o pagamento da conta telefônica, diesel, bem como os gastos referentes à manutenção dos equipamentos pertencentes à cooperativa.

É importante enfatizar que esse aspecto da diferenciação quanto à remuneração, é fruto de uma divisão dos cooperados em células (pequenos grupos) que atuam em diferentes espaços da cooperativa, conforme declara o Representante da OSCIP Pangea:

Existem as políticas e ordenações particulares de cada cooperativa e, Vitória da Conquista, usa a metodologia de subdivisão dentro da Cooperativa Recicla Conquista. Então, tem um grupo que trabalha nos galpões, outros nos Ecopontos, nos Pontos de Apoio, e o que é vendido em cada um destes grupos é dividido por igual entre eles, e não para a Cooperativa como um todo. Isso aconteceu porque eles preferiram assim. Estava tendo muita confusão, pois alguns cooperados se sentiam lesados, achando que alguns estavam trabalhando mais que outros, e daí em decisão por Assembleia fizeram a votação e eles mesmos resolveram. Não houve influência externa.¹⁵

¹⁴ Entrevista cedida em março de 2014.

¹⁵ Entrevista cedida em março de 2014.

Desse modo, verifica-se que a formação desses subgrupos foi uma decisão dos próprios cooperados em uma tentativa de ampliar os ganhos e de equalizar a renda com o esforço do trabalho, configurando um cenário de disputa entre os mesmos, de modo que o montante conseguido não é dividido igualmente entre todos, como se espera que seja em uma cooperativa. Realidade diferente pode ser observada na Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Martinópolis – São Paulo (ACAMART), onde existe um grupo formado por 15 associados que se revezam nas diversas atividades (coleta, triagem, prensa, comercialização) e recebem o rateio do valor das vendas em igualdade de divisão, independente da atividade por eles realizada (IKUTA, 2010).

Quanto à renda familiar mensal, os cooperados falaram que a mesma varia entre um a dois salários mínimos, sendo que 22,2% deles possuem outros membros da família na catação (filhos, irmãos, primos). Um jovem declarou que sua mãe trabalhou mais de oito anos na Recicla Conquista e acabou adoecendo, adquirindo uma forte alergia devido ao manuseio de certos materiais, e hoje está em casa sem renda alguma.

Observou-se ainda que 69% dos entrevistados revelaram ser o trabalho de catação sua única fonte de renda; 31% declararam possuir outras fontes, sobretudo por meio de realização de “bicos” nos finais de semana, trabalhando como feirantes, vendedores ambulantes ou ainda realizando a catação de material reciclável autonomamente.

De acordo com 89% desses trabalhadores, o rendimento médio mensal considerado ideal na cooperativa seria de um salário mínimo, pois o trabalho é intenso e há entrada de muitos materiais. Apenas 11% deles mencionaram o valor correspondente a dois salários mínimos. Um dos cooperados manifestou sua insatisfação com o trabalho de alguns colegas, declarando que "nem todos lá merecem ganhar nem um salário, pois alguns trabalham mais que outros".¹⁶

Contudo, a baixa renda, oriunda da catação, não deve ser entendida como consequência de preguiça ou mesmo falta de empenho na realização da atividade, como as vezes é colocado pelos próprios catadores, pois há uma série de fatores que interferem na autoestima do grupo. Ribeiro (2012) enfatiza que o rendimento recebido, depende da intensificação do ritmo do trabalho, da quantidade de resíduos coletados, do preço praticado no mercado, dentre outros fatores.

Nascimento *et al* (2006) acredita que a precariedade do trabalho não se revela apenas na forma de realização da atividade, mas também se apresenta por meio da má remuneração

¹⁶ Entrevista cedida em março de 2014.

(que provoca sentimento de descaso e revolta) e do pouco valor social no trabalho, embora haja discursos ambientais que procuram mesclar a verdadeira realidade desses indivíduos, de catadores de resíduos para ‘agentes ambientais’, “com a intenção de [...] acrescentar à atividade de coleta, um caráter de dignidade pessoal e preservação do meio ambiente” (NASCIMENTO *et al*, 2006, p. 582).

Gonçalves (2006), por sua vez, afirma que o que lhes garante esse rendimento são as longas jornadas de trabalho, a precariedade de realização da atividade e a informalidade, e a isso se soma ainda os ganhos de todos os envolvidos no circuito econômico da indústria da reciclagem, que tem o trabalhador catador como base para a recuperação dos resíduos.

Quando lhes perguntado o que consideravam importante fazer para obter a ampliação da renda, os cooperados foram unânimes em dizer que seria necessário coletar uma quantidade maior de materiais; abrir novos trechos na cidade, bem como novos Ecopontos e Pontos de apoio; adquirir mais equipamentos; um novo caminhão; buscar maior apoio da Prefeitura (visto que há muitas promessas) e também de empresas da cidade; vender diretamente para as indústrias, de modo a se conseguir um preço melhor pelo material.

Para que o aumento do rendimento seja alcançado, 78% dos cooperados considera necessária a instituição de um comando centralizado na figura de um patrão, pois acreditam que somente assim haveria uma melhor organização administrativa, em qual todos trabalhariam bem. Se observa, assim, que a preferência por um patrão é o anseio da maioria dos cooperados, uma vez que não identificam entre eles próprios capacidade de autogestão. Toda essa situação se apresenta como contraditória aos princípios do cooperativismo.

É importante observar que a ampliação da renda encontra-se diretamente relacionada com a expansão da coleta seletiva na cidade, de modo que os cooperados ainda mencionaram a importância da realização de campanhas de mobilização/conscientização da população, fazendo-se uso inclusive dos meios de comunicação, para que tais fins sejam alcançados.

Contudo, os cooperados acreditam que a produção atual da cooperativa já seria suficiente para o pagamento de um salário mínimo para todos. Além disso, 76% dos cooperados disseram desconhecer para quem é vendido o material coletado, enquanto apenas 24% o sabem. Verificou-se também que somente 17% dos trabalhadores disseram ter conhecimento do preço de venda do produto coletado, de modo que a maioria (83%) afirmou não ter ciência desse valor. Assim, verifica-se que a maioria dos cooperados não tem conhecimento algum do processo de comercialização dos materiais (destinação e preço de venda), pois, segundo eles, isso não lhes é informado pelo conselho administrativo. Um dos

cooperados informou que a ele é dito somente que não há um comprador fixo: “na verdade a gente só sabe quando o preço aumenta ou abaixa, e isso porque interfere na renda; pior é isso, fica ruim assim a cooperativa. Nós cooperados não temos o direito de saber o preço?”.¹⁷

É importante enfatizar que, unanimemente, os trabalhadores da cooperativa Recicla Conquista afirmaram não pagar nenhum tipo de plano de previdência, alegando falta de condições financeiras para tal fim.

Esses cooperados declararam também não serem alvos de programas de assistência social e ações beneficentes (cestas básicas, entre outros), por parte do poder público municipal ou de outras entidades da sociedade civil. Segundo eles, somente no início da cooperativa foram doadas cestas básicas aos cooperados, provenientes da OSCIP Pangea e também da Loja Maçônica: “porém, isso só ocorreu apenas quatro vezes e depois não mais; a Prefeitura sempre promete, mas nunca cumpre”,¹⁸ declarou um dos cooperados. Assim, grande parte desses trabalhadores (74%), afirmou ser necessária a participação em programas sociais de distribuição de renda do Governo Federal, como o Bolsa Família, afim de ampliar o rendimento familiar. Os demais (26%) alegaram não usufruir de tal benefício.

Nessas condições, é grande o descontentamento dos cooperados da Recicla Conquista; muitos deles (52%), não mais creem que seja possível ampliar os rendimentos e melhorar as condições de vida e de trabalho, conforme declara um dos cooperados: “a gente acredita que tudo depende do governo; é desanimador”.¹⁹ Dentre eles, 48% ainda têm esperanças de melhorias a médio e longo prazo: “É difícil porque ninguém liga, mas tem que se ter paciência; agente tem promessas”.²⁰ Outra cooperada disse ter esperança que um dia melhore: “passei por todas as crises de ganhar pouquinho, muita gente entrou e saiu, e eu estou aqui”.²¹ Eles ainda acreditam que avanços só se efetivarão mediante um maior apoio do poder público (sobretudo a nível local), bem como do reconhecimento da sociedade de um modo geral:

Tem algumas casas que a gente chega para recolher o lixo, e daí o povo pergunta por que agente não vai caçar emprego, como se o que a gente tivesse fazendo não fosse trabalho, não tivesse valor. Outra coisa que dificulta o trabalho da gente, é que o lixo da população vem todo misturado, eles não têm consciência de deixar nada separado, mistura tudo.²²

¹⁷ Entrevista cedida em março de 2014.

¹⁸ Entrevista cedida em março de 2014.

¹⁹ Entrevista cedida em março de 2014.

²⁰ Entrevista cedida em março de 2014.

²¹ Entrevista cedida em março de 2014.

²² Entrevista cedida em março de 2014.

Assim, enquanto instituição, é notório que a Recicla Conquista apresente uma série de dificuldades, sendo que os principais problemas apontados pelos cooperados foram a má administração/organização; baixa renda dos cooperados; baixo preço dos materiais; poucos equipamentos e escassez de fardamento. Ainda mencionaram a questão da falta de união, de harmonia entre alguns cooperados, o que dificulta a convivência e, assim, o desenrolar do trabalho. De acordo com os mesmos, tais problemas poderiam ser resolvidos ou amenizados com a inserção de novos cooperados; realização de reuniões periódicas; ampliação da coleta seletiva na cidade; maior apoio do poder Público municipal e também de outras instituições/empresas, conforme já dito anteriormente. Eles ainda mencionaram a necessidade da mudança da coordenação/direção, de modo que se tenha “um responsável certo, que esteja por dentro de tudo”²³, declara uma das cooperadas.

Como planos para um futuro próximo, os mesmos declararam ansiarem por um trabalho no qual tenham direito a carteira assinada, bem como aos demais benefícios destinados aos trabalhadores formalmente empregados, para garantirem melhores condições de vida para suas famílias. Mas, não se deve desconsiderar o fato de que muitos desses empregos ditos formais sejam também alvos da precarização das relações e condições de trabalho, na medida em que houve uma maior aproximação das atividades tipicamente formais às condições de insegurança e precariedade das atividades ditas informais, ao passo que:

Nas relações de trabalho no âmbito do setor formal, observam-se relações de trabalho assalariado não registrado junto aos órgãos competentes, como também contratações legais ou consensuais que selam relações de trabalho precárias (cooperativas de trabalho, empreiteiras de mão-de-obra, prestação de serviços temporários, dissimulada sob a forma de trabalho autônomo) (SOARES, 2008, p. 93).

O fato é que 85% desses cooperados declararam que permutariam seu trabalho na cooperativa por um emprego formal, e isso por considerarem que o mesmo lhes proporcionaria maior segurança e estabilidade financeira; 5% disseram que talvez trocassem, mas dependeria do tipo de trabalho. Os demais (10%), falaram que devido à idade avançada, às condições de saúde não muito favoráveis, ao baixo grau de escolaridade, acreditam que não mais teriam chances de se inserirem no mercado de trabalho formalizado, concebendo a atividade de catação como única possibilidade de obtenção de renda. Gonçalves (2000)

²³ Entrevista cedida em março de 2014.

acredita que a condição social, econômica e até mesmo psicológica na qual se encontram, os impossibilita de sequer vislumbrar uma oportunidade de transformar a situação.

A análise dos aspectos abordados induz a percepção de que a atividade do catador, ainda que na condição de cooperado, não tem propiciado a sua inserção na sociedade com qualidade de vida e saúde.

Contudo, é de suma importância que se compreenda que não se pretende aqui, de modo algum, menosprezar a organização política dos catadores. Pelo contrário. Pretende-se compreender as perspectivas de emancipação política com a cooperativa, o que torna imprescindível o entendimento das bases conceituais sobre cooperativismo e as formas de trabalho em uma cooperativa de trabalhadores de resíduos sólidos, assuntos explanados nos capítulos que se seguem.

CAPÍTULO II

**COOPERATIVA RECICLA CONQUISTA: QUESTÕES,
DESAFIOS E POSSIBILIDADES.**

2.1 Trajetória histórica da Cooperativa Recicla Conquista

Ao lado do aterro sanitário da cidade de Vitória da Conquista, encontra-se o galpão sede da cooperativa Recicla Conquista, sendo a mesma fundada em novembro de 2004; porém, desde janeiro de 2004 já estava sendo desenvolvido o projeto para a sua implantação. A ideia era a de fechar o lixão para dar um destino adequado ao lixo urbano, pois o mesmo não mais poderia ficar a céu aberto, havendo uma série de exigências com relação a esse controle por parte da Fundação Nacional de Saúde, segundo declarações do coordenador do Projeto e representante da OSCIP Pangea na cidade de Vitória da Conquista.

Havia 175 catadores no antigo lixão da cidade (homens, mulheres e crianças: núcleos familiares em sua maioria). Quando da construção do aterro, pensou-se no que fazer com essas famílias. Inicialmente, a Secretária de Serviços Públicos, direcionada pela Administração Municipal, procurou informações sobre formação de cooperativas na Bahia e em outros estados, e a que melhor se adequava a proposta que a Prefeitura ansiava foi a da OSCIP Pangea, que já tinha sucesso com a implantação da cooperativa de Canabrava, em Salvador (CAEQUE). Naquela oportunidade, foram contratados técnicos, coordenados pela Pangea, para dar início ao projeto de implantação da cooperativa em Vitória da Conquista.

De acordo com o atual representante da OSCIP Pangea e coordenador geral da cooperativa, essa equipe técnica era formada por 16 pessoas, divididas em quatro grupos de trabalho: administração, logística, assistência social e o grupo de comunicação e mobilização ambiental. Esses grupos ficaram responsáveis por dar uma funcionalidade aos cooperados.

Ainda segundo o coordenador geral, um ponto importante a se destacar, refere-se ao trabalho de conscientização da população que, naquele período, se deu de forma bastante efetiva, com a realização de palestras em escolas, movimentos nas ruas, elaboração de cartazes e distribuição de panfletos, e isso porque:

Era necessário que já na abertura da cooperativa Recicla Conquista, se tivesse uma boa parte da população já conscientizada para doar o material. Vitória da Conquista não sabia o que era reciclagem, não sabia como receber o catador quando chegasse a sua casa, e toda essa parte de reciclagem aqui não existia. Então foram definidos os roteiros de coleta, feito um estudo prévio dos melhores bairros de doação, para que a gente “pilotamente” implantasse o início da cooperativa nestes bairros de modo a se saber qual o sucesso que se teria ou não, com relação a quantidade de material coletado, e também à aceitação do público.²⁴

²⁴ Entrevista cedida em abril de 2014.

Quanto aos catadores do antigo lixão da cidade, os mesmos foram então encaminhados para a cooperativa Recicla Conquista. Contudo, essa foi uma época de muitos conflitos, conforme declarou o representante da OSCIP Pangea, que é um dos responsáveis pela organização administrativa da Recicla Conquista:

[...] eles não acreditavam que o lixão iria realmente fechar e que a cooperativa fosse de fato funcionar; achavam que iríamos colocar cabresto neles. Não entrava na cabeça deles que a cooperativa é um processo de expansão de empresa, contudo, eles ainda continuariam livres, de forma que para os cooperados há livre adesão e livre saída.²⁵

Assim, com a transformação do antigo lixão em aterro controlado e, posteriormente, em aterro sanitário, foram cadastradas, inicialmente, 134 pessoas dentre esses catadores, levando-se em consideração os aspectos socioeconômicos dos mesmos. Os demais optaram por continuarem trabalhando como catadores não cooperados ou ainda partiram em busca da realização de novas ocupações. As crianças que trabalhavam no lixão foram encaminhadas para projetos sociais, visando garantir-lhes acesso à educação e a não submissão à exploração do trabalho infantil, ainda segundo informações do coordenador geral da cooperativa.

Os antigos trabalhadores do lixão (atuais cooperados) passaram por processo de capacitação, de gestão de empresa, gestão de cooperativa, triagem e processamento do material, por um período de seis meses. Eles ainda passaram a usufruir de políticas assistenciais, tais como: Bolsa Família, Secretaria Social de Habitação e Programa Minha casa, Minha vida, bem como a receberem assistência médico-odontológica, por meio de parcerias com empresas privadas do município de Vitória da Conquista.

Durante o processo de sua implantação, a Recicla Conquista recebeu apoio da Fundação Banco do Brasil; do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista (PMVC); da Organização da Sociedade Civil para Interesse Público Pangea e da Petrobrás, sendo essa última a principal investidora inicial, disponibilizando R\$ 1.000.000,00 reais para a compra de equipamentos, conforme declara a atual presidente da cooperativa.

Ressalta-se ainda que desde o período da sua fundação até o momento atual, 7 projetos da Recicla Conquista já foram aprovados: 2 pelo Banco do Brasil, 2 pela Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), 1 pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, 1 pela Caixa Econômica Federal e 1 pela Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista. Outros 2

²⁵ Entrevista cedida em março de 2014.

projetos ainda estão em andamento, porém, já passaram por processo de aprovação e aguardam somente a liberação do recurso para efetivação dos mesmos, com a aquisição de novos equipamentos. Como exemplo, pode-se citar o Cataforte, que se constitui em um Projeto de apoio e fomento institucional, envolvendo cooperativas de todo o Brasil, por meio do qual a Recicla Conquista foi beneficiada com uma quantia equivalente à R\$ 400.000,00 que será aplicado em aquisição de veículos, apoio técnico, capacitação, etc. “É obrigatório o envio de um Relatório de aplicação deste recurso, comprovação de nota do que foi adquirido, para não haver possibilidade de desvio desta verba”,²⁶ declara o representante da OSCIP Pangea na cidade.

Ainda segundo ele, um dos principais responsáveis pelo desenvolvimento de projetos e captação de recursos para a cooperativa é a OSCIP Pangea, havendo pelo menos dois pré-requisitos para o acesso a financiamentos: “[...] a cooperativa precisa existir há pelo menos 2 anos; é necessário também estar com tudo em dia, de modo que não se pode ter débito com o Estado”.²⁷ O que se observa é o financiamento público para o trabalho precário.

Ao todo, são 17 o número de cooperativas na Bahia implementadas com o apoio direto da Pangea, que objetiva disseminar uma rede de cooperativas no estado, por meio da elaboração de projetos para implantação das mesmas nas cidades em que estiverem sendo instalados aterros sanitários, bem como o fechamento dos tradicionais lixões. É a Fundação Nacional de Saúde a responsável pela abertura de editais para o encaminhamento de projetos, exigindo-se a documentação necessária para avaliação, posterior aprovação (caso a mesma ocorra) e liberação de recursos, sendo que o objetivo de tais financiamentos é principalmente o de melhorar a produção e aumentar o número de catadores cooperados.

Cabe sinalizar que o representante da OSCIP Pangea em Vitória da Conquista, é funcionário concursado da Prefeitura Municipal, cedido à cooperativa para prestar serviços na condição inicial de coordenador auxiliar e, atualmente, de coordenador geral. O mesmo ainda enfatizou a fundamental importância desta OSCIP para Recicla Conquista e isso, segundo ele:

[...] não só pela instrução que foi dada aos cooperados, com vistas à incubação, a capacitação, mas a equipe toda coordenava e explicava como deveria ser feito o trabalho pela cooperativa, no intuito de que chegasse a um determinado momento deles caminharem sozinhos. A independência dos cooperados era algo desejado. Mas até o momento se não tiver o braço da Pangea direcionando, a Recicla Conquista não vai para frente, pois os cooperados não têm condições nenhuma de elaborar projetos, não tem esse traquejo para conseguir a captação de recursos.²⁸

²⁶ Entrevista cedida em abril de 2014.

²⁷ Entrevista cedida em março de 2014.

²⁸ Entrevista cedida em abril de 2014.

Assim, se pode observar uma descrença por parte da própria equipe técnica apoiadora, na capacidade de autogestão da cooperativa. Cabe avaliar se a emancipação desses catadores é mesmo desejável.

Além dos apoiadores já mencionados, a Secretária Municipal do Trabalho, Renda e Desenvolvimento Econômico (SEM TRE), o Centro de Economia Solidária (CESOL) e a Secretária do Meio Ambiente, apresentam-se também como apoiadores diretos da Recicla Conquista, com mobilizações, palestras, eventos, ministração de cursos de capacitação, entre outros.

2.2 Dinâmicas geográficas da organização do trabalho da Cooperativa Recicla Conquista

O 1º galpão onde se deu o início as atividades da cooperativa, tratava-se de área alugada pela Prefeitura Municipal de caráter temporário (localizado na Avenida Juraci Magalhães, no Bairro Felícia, próximo ao Shopping Conquista Sul), sendo desativado em período posterior.

Atualmente, a cooperativa possui 2 galpões localizados em terreno cedido pela Prefeitura Municipal, nas proximidades do aterro sanitário da cidade. Contudo, o processo de legalização e emissão da escritura do terreno ainda encontra-se em andamento.

A sede administrativa da cooperativa encontra-se no 1º Galpão (FIGURA 6). A Fundação Banco do Brasil arcou com a estrutura física do mesmo e a Petrobrás financiou os equipamentos, disponibilizando o primeiro caminhão e as primeiras prensas para dar início ao trabalho de processamento. A esse galpão chega uma grande quantidade de materiais pré-selecionados (chamados de ‘materiais limpos’), encaminhados pelos cooperados dos Ecopontos e dos demais Pontos de Apoio da cooperativa, como também por uma série de indústrias que mantém uma parceria com a mesma. Esse material fica em bag’s a espera da triagem, que ocorre de acordo com o tipo e a forma do material; em seguida são enfardados e, posteriormente, encaminhados à comercialização.

O 2º Galpão (FIGURA 7), por sua vez, foi financiado pela OSCIP Pangea e pela Prefeitura Municipal. O mesmo apresenta 800 m², havendo nele uma prensa, bem como uma esteira com 25 metros de extensão, onde ocorre a triagem do material trazido pelos caminhões coletores de lixo da empresa Torre Empreendimentos, com aproximadamente 9.000 quilos de lixo - seco e úmido - por caminhão. Todo esse material é recolhido no Bairro Candeias, cujos

moradores dispõem de um poder aquisitivo maior, o que torna o consumo e, assim, a geração de resíduos bastante acentuada, segundo declarações do coordenador geral da cooperativa.

Figura 6 - Sede administrativa da Cooperativa Recicla Conquista (Galpão 1) – 2014.



Fonte: Adma Viana Santos / Pesquisa de campo, janeiro a março de 2014.

Figura 7 - Cooperativa Recicla Conquista (Galpão 2) – 2014.



Fonte: Adma Viana Santos / Pesquisa de campo, janeiro a março de 2014.

É significativo destacar o fato de que esse material não provém da coleta seletiva e, portanto, não vem selecionado (sendo por isso chamado pelos cooperados de material sujo), conforme declara a presidente da cooperativa: “Enche a caçamba, desce o material para a esteira e o pessoal vai separando o que é reciclável do que não pode ser reciclado; essa separação ocorre ali mesmo. O que não pode ser reciclado vai para caçamba e é encaminhado para o aterro”²⁹ (FIGURA 8).

²⁹ Entrevista cedida em março de 2014.

Figura 8 - Despejamento do material trazido pela empresa Torre na esteira, para a realização da triagem no Galpão 2 da Cooperativa Recicla Conquista – 2014.



Fonte: Adma Viana Santos / Pesquisa de campo, janeiro a março de 2014.

Dentre os 25 caminhões de lixo trazidos diariamente pela Torre ao aterro sanitário, somente 3 caminhões carregados de lixo são encaminhados à cooperativa. Verifica-se, assim, que muitos materiais que poderiam ser reciclados sequer passam por esse processo de seleção, sendo conduzido diretamente para o descarte (aterro sanitário).

De acordo com a atual presidente da cooperativa, despesas referentes à água e a energia elétrica desses galpões são arcadas pela Prefeitura Municipal.

Há um terceiro Galpão, no momento inativo, com 900 m², localizado no Bairro São Pedro. O mesmo encontra-se em terreno de 3.570 metros, inicialmente cedido pela Prefeitura Municipal por meio de um Termo de Uso de Bem Público, o qual foi recentemente substituído por um Termo de Doação, encontrando-se em processo a legalização da escritura. A estrutura física do referido Galpão foi financiada pela Fundação Banco do Brasil. Quanto ao processo de triagem, a mesma se dava manualmente com o material disposto no chão (visto que nesse galpão não há esteira), ocorrendo ainda a prensagem e o enfardamento do material. Os resíduos sólidos que eram lá dispostos também são tidos como materiais limpos (pois já vem pré-selecionados das empresas e dos Ecopontos). A quitação dos débitos referentes à energia elétrica, a água e a conta telefônica desse galpão é de responsabilidade dos próprios cooperados.

Tal galpão foi incendiado em janeiro de 2014, havendo a perda de 100% de todo o material que lá estava, e toda a sua estrutura física ficou comprometida. Acredita-se que o

incêndio tenha sido intencional, mas não se sabe ainda os culpados. O caso encontra-se em investigação. Esse acontecimento expõe a fragilidade financeira da cooperativa, de alguma forma, pois não há sistemas eficazes de prevenção de incêndios. Os mesmos também não dispõem de seguro das instalações.

Em geral, a quantidade mensal de resíduos que chegam aos galpões da cooperativa gira em torno de 640 toneladas. Essa quantia equivale a 10,6% do lixo total gerado mensalmente na cidade. Contudo, nem todo esse material é comercializável, pois há os rejeitos - por não haver mercado para os mesmos, a exemplo de parte do lixo eletrônico, do isopor, entre outros - e a matéria orgânica, declara a presidente da cooperativa.

Atualmente, a Recicla Conquista dispõe dos seguintes equipamentos: 2 caminhões Mercedes 710, com baú; 23 carrinhos de tração humana; 8 prensas hidráulicas; 1 extrusora de papel; 1 esteira de triagem (onde é selecionado o material); 2 balanças para pesagem dos fardos e 4 computadores. Gastos referentes ao funcionamento e a manutenção dos referidos equipamentos fica a cargo dos próprios cooperados. Além desses, outros equipamentos - conseguidos mediante aprovação de projetos - estão sendo aguardados pelos cooperados: um elevador de carga, uma empilhadeira, outro caminhão Baú com capacidade de até 26 toneladas, que será utilizado para o transporte dos materiais para os atravessadores ou mesmo para as indústrias. Hoje isso se dá por meio do pagamento de frete.

O patrimônio atual da cooperativa Recicla Conquista corresponde, atualmente, a cerca de R\$ 4 milhões, de acordo com o representante da OSCIP Pangea na cidade.

Conforme dito anteriormente, o trabalho desenvolvido não se restringe ao espaço físico compreendido pelos galpões da cooperativa, visto que há a presença de cooperados nos chamados Ecopontos, que se configuram em locais de entrega voluntária do material. Os cooperados dos Ecopontos realizam também o sistema de coleta denominado porta a porta, percorrendo as inúmeras ruas e avenidas dos bairros Candeias (8 cooperados), Brasil (3 cooperados), Jurema (2 cooperados) e Centro (3 cooperados), onde esses referidos Ecopontos se localizam (QUADRO 2). “O número de cooperados em cada bairro depende muito da necessidade do bairro, da demanda, da dimensão; o fato é que o carrinho sempre volta cheio,”³⁰ declarou o representante da OSCIP Pangea, responsável pela organização administrativa da cooperativa.

³⁰ Entrevista cedida em março de 2014.

Quadro 2: Distribuição dos cooperados nos Ecopontos da Cooperativa Recicla Conquista – 2014

BAIRROS	NÚMERO DE COOPERADOS
Bairro Candeias	8 cooperados
Bairro Brasil	3 cooperados
Bairro Jurema	2 cooperados
Bairro Centro	3 cooperados

Fonte: Pesquisa de campo, janeiro a março de 2014.

Além desses, ainda há a presença de outros Pontos de apoio da cooperativa, localizados no interior de grandes empresas presentes na cidade, as quais se encontram distribuídas em uma série de outros bairros conquistenses que geram volume de resíduos muito expressivos: Bairro Recreio (Hipermercado Bompreço); Bairro Felícia (Shopping Conquista Sul); Bairro Patagônia (Empresa Gontijo de transportes); Bairro Bateias (Hipermercado Maxxi Atacado). Encontram-se presentes em cada um desses Pontos de apoio, dois cooperados fixos, com exceção do Hipermercado Maxxi Atacado e do Shopping Conquista Sul, nos quais permanecem um e três cooperados, respectivamente.

Tais cooperados são tidos como fixos, visto que há uma constante permanência nesses referidos locais durante o expediente de trabalho, não cabendo aos mesmos a realização da coleta porta a porta. Foram ainda instaladas prensas hidráulicas em cada um desses locais, de modo que o material já sai dos mesmos triados e prensados, com exceção do Bairro Patagônia - Empresa Gontijo de transportes - onde não há a presença de prensa. Segundo o representante da OSCIP Pangea, esse procedimento acaba por facilitar o trabalho, isso se considerando que “[...] o volume de material é grande e o roteiro do caminhão também é longo, então se assim não fosse, atrapalharia as outras coletas, daí então só é preciso ir nesses locais uma vez por dia apenas, diminuindo, assim, o custo de viagem, da saída do caminhão.”³¹

Pôde-se verificar, ainda, que a cooperativa recebe diariamente a doação de uma grande quantidade de materiais recicláveis: papelão, PET, alumínio, etc. (FIGURA 9), por parte de algumas empresas da cidade tais como: Comercial Ramos, Hotel Central, Shopping Conquista Sul e Maxxi Atacado. Bem como das indústrias que se encontram no Distrito Industrial dos Imborés: Coca Cola, Zab, Cia mil, entre outras. Essas empresas fazem parte de um cadastro de doações dos materiais para a cooperativa e, mediante esse fornecimento de material reciclável,

³¹ Entrevista cedida em março de 2014.

recebem relatório/certificado fornecido pela Pangea, que é posteriormente encaminhado para a Secretaria do Meio Ambiente, como um documento comprobatório do descarte correto do lixo.

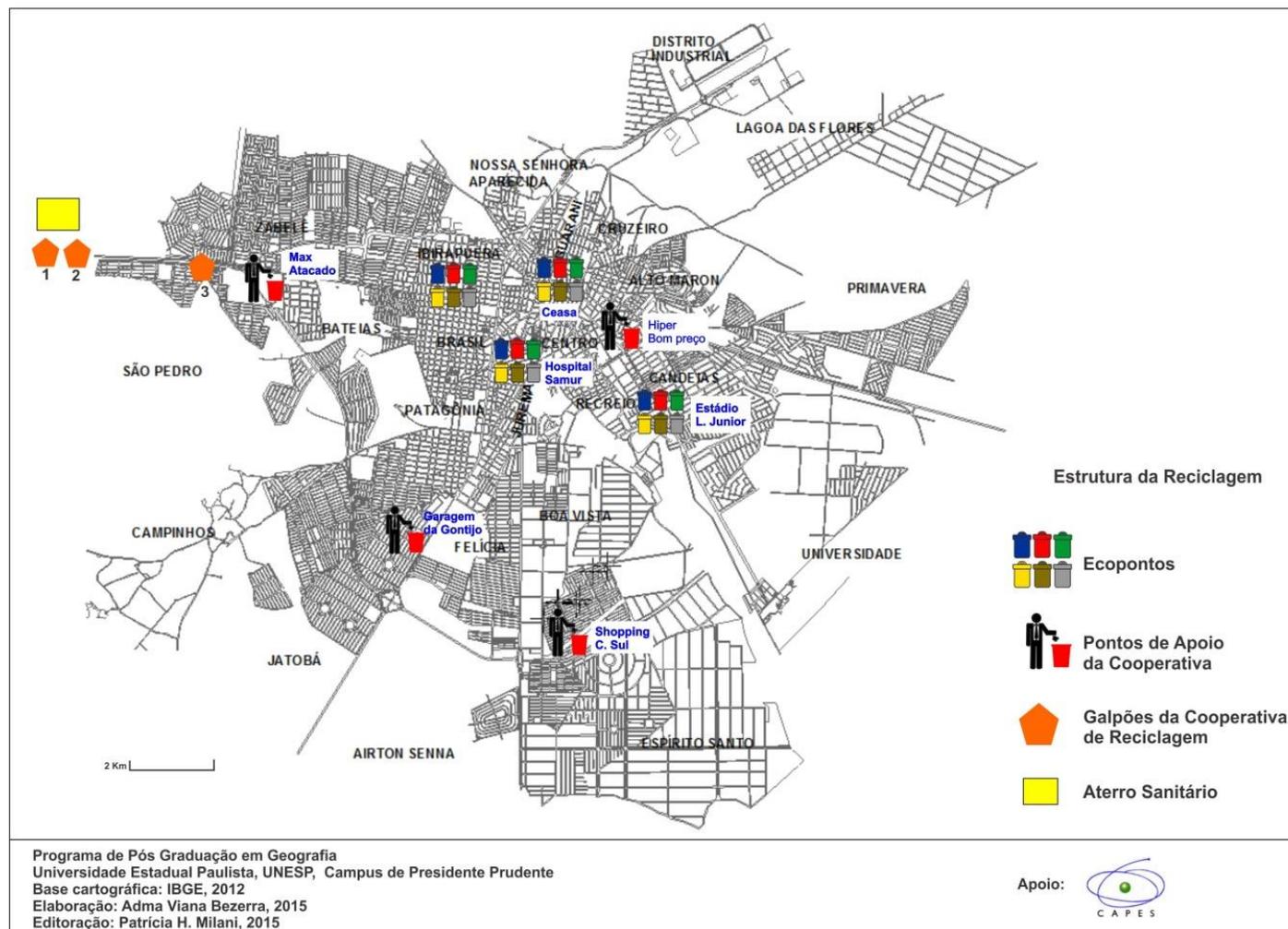
Figura 9 - Materiais recicláveis doados à Cooperativa Recicla Conquista – 2014



Fonte: Adma Viana Santos / Pesquisa de campo, janeiro a março de 2014.

No Mapa 3, pode-se visualizar a localização dos pontos de atuação da cooperativa Recicla Conquista, observando a presença dos Galpões 1 e 2 na Rodovia BA 262, no espaço pertencente ao Aterro Sanitário Municipal – a 8 km do centro da cidade – e do Galpão 3 no Bairro São Pedro. Pode-se observar também a localização dos Pontos de apoio da Recicla Conquista nos bairros Patagônia, Felícia, Recreio e Bateias, e dos Ecopontos nos bairros Brasil, Centro, Jurema e Candeias.

Mapa 3: Localização dos pontos de atuação da Cooperativa Recicla Conquista



É importante enfatizar o fato de que esses materiais já saem pré-selecionados dessas empresas, sendo encaminhados à cooperativa por meio do caminhão Baú pertencente à mesma, que faz a coleta nesses referidos locais duas a três vezes por semana, de acordo a oferta, ou seja, a quantidade de material disponível.

Observação importante a se fazer é que na Recicla Conquista é realizada apenas a separação, classificação, prensa dos materiais, sendo em seguida encaminhados para os atravessadores que, por sua vez, o conduzirão para as indústrias.

Atualmente trabalham na cooperativa 54 pessoas, número considerado pequeno de acordo com a coordenadora do Aterro Sanitário Municipal: “[...] pouca gente trabalhando, a maioria mulher, porque hoje se tem bolsa família, bolsa não sei o que, o povo não quer trabalhar mais.”³² Contudo, tal declaração é contestada pela presidente da cooperativa, que afirma que há muita gente procurando trabalho por lá: “[...] daí a gente faz o cadastro e quando estiver precisando chama; mas no momento não há necessidade de mais trabalhadores não, até mesmo por conta da divisão do dinheiro”³³. O coordenador administrativo geral, por sua vez, ressalta a importância da implantação da cooperativa no resgate social desses catadores, afirmando que as pessoas que hoje lá estão, viviam antes à margem da sociedade.

Assim sendo, considera-se de suma importância a busca pelo conhecimento da realidade vivenciada por esses trabalhadores catadores, de modo a se compreender, numa perspectiva mais ampla, as formas de organização e reprodução dos mesmos frente à crise do sistema capitalista.

3.3 A reciclagem sob uma perspectiva econômica

Nos termos da Lei Federal nº 12.305/10, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, os Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) englobam os resíduos domiciliares e os resíduos de limpeza urbana, aqueles originários de atividades domésticas em residências urbanas e os provenientes da varrição, limpeza de logradouros e vias públicas, bem como de outros serviços de limpeza urbana, respectivamente.

No Brasil, a geração total de RSU foi de 76.387.200 toneladas em 2013, o que representa um aumento de 4,1% em relação ao ano anterior (2012), índice que é superior à taxa de crescimento populacional no país nesse período, que correspondeu 3,7%. Desse

³² Entrevista cedida em abril de 2014.

³³ Entrevista cedida em março de 2014.

total gerado, foram coletados 69.064.935 toneladas. Assim, a comparação entre a quantidade de RSU gerada e a coletada, mostra que diariamente mais de 20.000 toneladas deixaram de ser coletadas no país em 2013 e, por consequência, tiveram destino impróprio, de acordo com dados da última edição do Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil (ABRELP, 2013).

A principal questão que se impõe refere-se ao que deve ser feito com tantos resíduos de modo a dispô-los de forma correta, sem acarretar prejuízos tanto a saúde pública, quanto ao ambiente, uma vez que vem sendo apontado como um dos mais graves problemas ambientais urbanos atuais. De acordo com Sewell (1978 *apud* LAYRARGUES, 2002), as crescentes objeções ao volume de resíduos sólidos dividem-se em cinco categorias: saúde pública, custos de recolhimento e processamento, estética, ocupação de espaço em depósitos de lixo e esgotamento dos recursos naturais.

Verifica-se que o ponto mais deficiente no sistema de gestão dos resíduos brasileiros é justamente a questão da destinação, haja vista que somente 58,3% dos RSU coletados têm destinação final adequada. A parcela restante, que corresponde a 41,7% do que é coletado e totaliza 28,8 milhões de toneladas por ano, é depositada em lixões e aterros controlados, sendo que ambos não possuem o conjunto de sistemas e medidas necessários para proteção do meio ambiente contra danos e degradações (ABRELP, 2013).

Mediante esses imensos desafios que ainda são impostos, os resíduos continuam a ser discutidos na ótica de constituírem um problema (DAGNINO; DAGNINO, 2011). Todo esse cenário colaborou para que a reciclagem adquirisse ampla notoriedade nas últimas décadas, no Brasil e no mundo, vindo a apresentar-se como uma das principais questões no âmbito das discussões ambientais.

Enquanto forte tendência na busca pelo reaproveitamento dos produtos jogados no lixo para fabricação de novos objetos, a reciclagem é entendida como um processo que envolve a recuperação, bem como o reaproveitamento dos mais diversos materiais. Segundo Gonçalves (2009), isso se dá através do processo de transformação químico-física, que objetiva devolver a alguns desses materiais as qualidades perdidas na ação de consumo ou de utilização.

Waldman (2011) acredita que a ampla inserção da reciclagem no imaginário voltado para a conservação da natureza, por meio da busca do almejado equilíbrio ecológico, trata-se de um prestígio que, em grande parte, resulta do “[...] denodo dos atores envolvidos com a questão ambiental, que sempre tiveram na reciclagem uma das suas pedras de toque nas mobilizações em favor da conservação da natureza.” (idem, p. 2).

Apresentando-se como uma novidade na indústria brasileira, verifica-se, assim, que a atividade da catação vem mobilizando e conquistando simpatizantes e apoiadores de vários setores sociais. Há todo um trabalho voltado para a conscientização da sociedade, pautado na compreensão de que a reciclagem de alguns tipos de materiais que compõem os resíduos descartados, contribui para a diminuição do desperdício dos mesmos, economia de energia, bem como para atenuar os problemas ambientais causados pela grande quantidade de resíduos gerados na atualidade (JUCA, 2003 *apud* GONÇALVES, 2009).

De acordo com o CEMPRE (2013), além dos ganhos sociais e ambientais, há ainda a questão da redução de custos de produção, de modo que a reciclagem representa uma vantagem competitiva para as empresas, conforme pode se observar na Tabela 2.

Tabela 2: Tabela comparativa referente a redução dos custos de produção, a partir da utilização do material reciclado.

CUSTOS DE PRODUÇÃO (R\$ POR TONELADA)			
Material	Matéria-prima virgem	Matéria-prima reciclada	Vantagem econômica
Aço	552,00	425,00	127,00
Alumínio	6.162,00	3.447,00	2.715,00
Celulose	687,00	357,00	331,00
Plástico	1.790,00	627,00	1.163,00
Vidro	263,00	143,00	120,00

Fonte: CEMPRE, 2013.

Nesse quadro verifica-se a vantagem econômica de certos setores, ao fazer uso de insumos reciclados na indústria. Dentre os materiais apresentados, o alumínio é o que mais expressa redução nos custos de produção através do uso de matéria-prima reciclada, com uma vantagem econômica de R\$ 2.715,00 reais por tonelada. Já o vidro é o que apresentou menores ganhos econômicos: R\$ 120,00 por tonelada produzida.

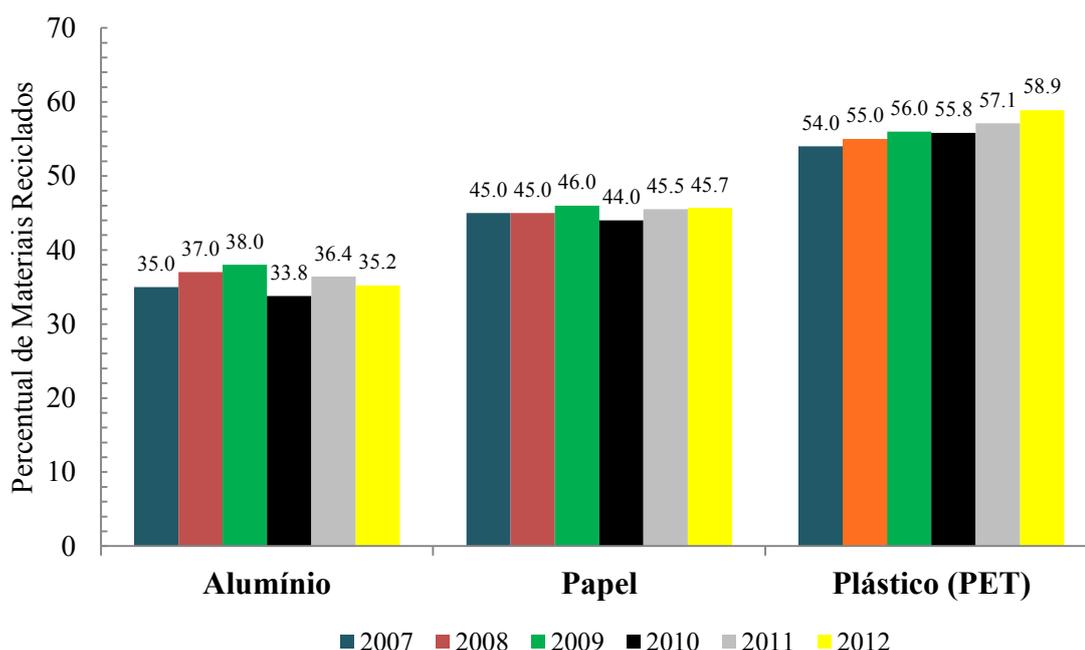
Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2010), a economia gerada com a reciclagem varia entre R\$ 1,4 bilhão a R\$ 3 bilhões anuais; contudo, caso o Brasil reciclasse todos os resíduos que são encaminhados aos lixões e aterros, o país poderia economizar R\$ 8 bilhões por ano.

Logarezzi (2004) faz observação importante, afirmando que nem tudo o que compõe o lixo pode vir a ser reciclado na prática comercial, de modo que além das potencialidades químicas e físicas daquilo que é rejeitado, a ação desempenhada pelo gerador e o contexto

social em que se insere, podem torná-lo lixo ou resíduo. Observa-se ainda que a expansão das atividades ligadas ao circuito econômico da reciclagem de materiais no Brasil alcança números expressivos, principalmente nos ramos desse setor em que o processamento industrial dos materiais garante maior ganho e isso sob uma perspectiva de expansão crescente (GONÇALVES, 2009).

Ressalta-se que quatro setores industriais – alumínio, papel, plástico e vidro – possuem considerável participação nas atividades de reciclagem no país. O Gráfico 9 contém dados da reciclagem referentes ao período compreendido entre os anos de 2007 a 2012 para três desses materiais, excetuando-se o vidro, tendo em vista que seu último dado disponível refere-se a 2009, que correspondia a 47%. Os valores considerados mostram, de maneira geral, as variações no referido período.

Gráfico 9 - Brasil: reciclagem de papel, alumínio e plástico (PET) - 2007/2012



Fonte: Pesquisas ABRELPE, 2008-2013.

Org.: Adma Viana Santos

A análise dos dados apresentados permite verificar que o percentual de reciclagem do alumínio teve uma pequena oscilação, variando entre 33,8% a 38%. Cabe destacar que o Brasil é líder mundial de recuperação de latas de alumínio e isso, segundo o Compromisso Empresarial para Reciclagem – CEMPRE (2013), é consequência principalmente do atrativo

preço da sucata, que acompanha os valores da commodity no mercado internacional. Já a reciclagem do papel praticamente se manteve estável, com um pequeno decréscimo no ano de 2010, mantendo-se entre 44% a 46%. Ao que se refere ao plástico (PET), pode-se observar que houve um aumento de 4,9% entre o primeiro e o último ano apresentado, passando de 54% para 58,9%. De acordo com o CEMPRE (2013), a reciclagem de garrafas PET é crescente, impulsionada pelo consumo de fibras sintéticas pelo setor têxtil e outras aplicações que se diversificam, totalizando, nos últimos dez anos, um mercado anual de R\$ 1 bilhão.

O CEMPRE (2013) ainda informa que o faturamento com a coleta, triagem e o processamento dos materiais em indústrias recicladoras, girou em torno de R\$ 10 bilhões no Brasil no ano de 2012, sendo que para os próximos anos, a expectativa é de uma acentuada expansão no ritmo da maior escala e do desenvolvimento do parque industrial de reciclagem.

Considera-se que é a proatividade do setor empresarial e o esforço dos catadores, que tem conduzido ao avanço na reciclagem de embalagens pós-consumo no país, de modo que o Brasil caminha no sentido de ocupar importante posição no cenário global da reciclagem, devendo-se ainda considerar que:

O potencial do setor é proporcional ao desenvolvimento econômico, aos avanços nas práticas de sustentabilidade das empresas, às ações de governo bem construídas e a uma maior conscientização por parte do consumidor. A tendência é o crescimento ser acelerado à medida que a lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos é colocada em prática dentro de um ambiente regulatório favorável a novos investimentos (CEMPRE, 2013, p. 5).

Mediante o exposto, verifica-se que a reciclagem trata-se de uma atividade econômica bastante rentável, por meio de processos que surgem como possibilidades concretas de mercantilização das formas de reciclagem dos resíduos. Para Figueiredo (2012), a mesma vem sendo desenvolvida no país principalmente segundo a perspectiva econômica, uma vez observado que os materiais que geram possibilidades de elevados retornos econômicos (latas de alumínio, papelão, embalagem PET, latas de aço, papel, vidro e embalagem Tetra pak), são os principais alvos da reciclagem. Por outro lado, os demais resíduos que possuem uma lucratividade baixa nessa cadeia econômica, são em sua maioria encaminhados para o descarte. Assim, os materiais que deveriam ter a prioridade no tratamento sanitário adequado, considerando-se as urgências no que se refere ao destino final apropriado de certos resíduos (plásticos, resíduos orgânicos e óleo lubrificante), acabam por ser os que possuem menores índices de recuperação.

Contudo, para um maior entendimento do funcionamento do circuito econômico da indústria recicladora, acredita ser importante ainda conhecer os agentes constituintes desse processo, em suas formas de atuação e funções.

2.4 A Cooperativa Recicla Conquista na cadeia produtiva da reciclagem

De acordo com Gonçalves (2009) a cadeia produtiva da reciclagem de resíduos urbanos, trata-se de uma estrutura piramidal constituída em sua base pelos trabalhadores catadores, pelos compradores (intermediários/atravessadores) e pelas indústrias da reciclagem. Os intermediários/atravessadores fazem aquisição do material junto aos catadores que atuam em cooperativas/associações, nas ruas das cidades autonomamente ou mesmo nos lixões. Os mesmos comercializam com outros intermediários de maior porte, com capacidade de estocagem e triagem, ou diretamente com as indústrias da reciclagem que, por sua vez, compram os resíduos recicláveis de acordo com o tipo de material que lhes interessa processar.

Gutierrez e Zanin (2011) revelam concordar com Gonçalves (2009), afirmando que são pelo menos quatro os agentes envolvidos intrinsecamente na cadeia produtiva da reciclagem: os catadores informais, empreendimentos de coletivos (cooperativas ou associações); os intermediários (sucateiros, empresas beneficiadoras ou recuperadoras) e, no topo da pirâmide, as empresas de reciclagem propriamente dita (reprocessamento e transformação).

É ainda essencial o entendimento de que os agentes da indústria da reciclagem possuem perspectivas comuns ou divergentes, bem como recursos distribuídos segundo suas histórias de acumulação de forças em jogos anteriores, atuando no sentido de cumprir seus objetivos e defender seus interesses, sendo que “[...] as ‘regras’ do jogo podem alterar-se segundo o interesse dos agentes em função de jogadas e acumulações, reconfigurando as condições em que ele se desenvolverá.” (DAGNINO; DAGNINO, 2011, p. 69).

Considera-se ainda que para um maior entendimento dessa questão, é preciso vislumbrar a desarmonia e os conflitos que a permeiam. Inicialmente, ocorre separação dos materiais pelos catadores, segundo sua natureza e valor de mercado. Após esse processo, os materiais são comercializados com um ou mais intermediários que o revendem à indústria beneficiadora ou recuperadora que, por sua vez, poderá ser ela própria a recicladora do material ou repassá-los à indústria recicladora (DAGNINO; DAGNINO, 2011).

É importante frisar que os maiores valores (econômicos, sociais e ambientais) agregados ao produto, ocorre no topo dessa pirâmide, de modo que os catadores (que se

apresentam como base fundante do processo), ainda se constituem no elo precarizado e mais frágil dessa cadeia. Isso significa que o catador recebe proporcionalmente uma quantia inferior pelo material que é vendido às empresas pelos intermediários. Ao término desse ciclo, as recicladoras e as beneficiadoras (dois tipos de empresas da indústria), se constituirão no agente que mais ganha com o processo, sendo que “[...] a conexão destas duas normalmente se dá em função de uma harmonia entre os interesses políticos e econômicos destes dois agentes localizados no topo da oligarquia da reciclagem.” (GUADAGNIN; COLLA, 2002 *apud* DAGNINO; DAGNINO, 2011, p. 72).

Desse modo, nota-se que o poder de compra final possibilita às indústrias da reciclagem controlarem toda essa estrutura, definindo os procedimentos adotados pelos demais agentes envolvidos com essa atividade. Contudo, segundo Gonçalves (2009), esse domínio pode variar de acordo com o ramo em que atua, bem como com a escala de ação da empresa. Na reciclagem de plásticos há uma maior fragmentação, com a atuação de várias empresas com diferentes capacidades de processamento. Já em determinados setores, como o da siderurgia, há poucas empresas operando nacionalmente, existindo, assim, uma centralização. Desse modo, esse autor acredita que essa complexa trama social e econômica, que envolve o resíduo reciclável, assume, atualmente, territorialidade bastante diversificada no que diz respeito tanto à organização, quanto a exploração do trabalho dos catadores.

Segundo esse autor, essa territorialização ocorre em vários centros urbanos brasileiros, constituindo uma estrutura de compra/venda, transporte, armazenamento, bem como do pré-processamento de mercadorias. Observa-se ainda que essa ampla estrutura acaba por conformar “[...] conforma relações, geralmente marcadas pela informalidade econômica e de trabalho, ocupando nas diferentes atividades do setor um expressivo contingente de trabalhadores, sobretudo na catação de resíduos” (GONÇALVES, 2009, p. 2).

Mediante o exposto, verifica-se que os trabalhadores catadores da Recicla Conquista, estão entre os agentes base envolvidos intrinsecamente na cadeia produtiva da reciclagem. Cabe enfatizar que os principais materiais comercializados por esta cooperativa são em sua maioria formados por alumínio; ferro; garrafas em geral; papel misto; papelão; Politereftalato de Etileno (PET); plástico duro; plástico filme; Polipropileno (PP); Polietileno de Baixa Densidade (PEBD) e Polietileno de Alta densidade (PEAD) branco e colorido.

Observou-se ainda que a presença desses materiais é constante durante todo o ano, havendo variação na quantidade em relação ao total coletado. As garrafas de PET, em grande parte utilizada para embalar refrigerantes, têm a sua presença diminuída sensivelmente nos

meses de inverno. Por outro lado, notou-se que as embalagens utilizadas para envasamento de produtos de limpeza (que em sua composição química tem como base o PEAD), têm presença constante; o mesmo pode-se observar com relação às sacolas plásticas (produzidas com PEBD).

Segundo o atual tesoureiro da Recicla Conquista, a variação da quantidade também ocorre durante o mês; a metade das garrafas de PET, por exemplo, é coletada principalmente nos 10 primeiros dias de cada mês. É também no primeiro dia útil da semana, na segunda-feira, que há uma concentração dessas embalagens. As reuniões familiares, as festas dos finais de semana e a reposição das mercadorias nas prateleiras dos supermercados, aumentam substancialmente a quantidade total de resíduos.

Após a coleta, triagem, pesagem e enfardamento de todos esses materiais, os mesmos são estocados até o momento da venda, que somente ocorre quando há um volume considerável de material acumulado e interesse do comprador. Geralmente, a quantidade do material para a venda é em torno de 15 a 20 toneladas por carga, tendo-se uma média de 3 a 4 cargas ao mês. São os atravessadores/intermediários que posteriormente encaminharão esse material às indústrias da reciclagem (FIGURA 10).

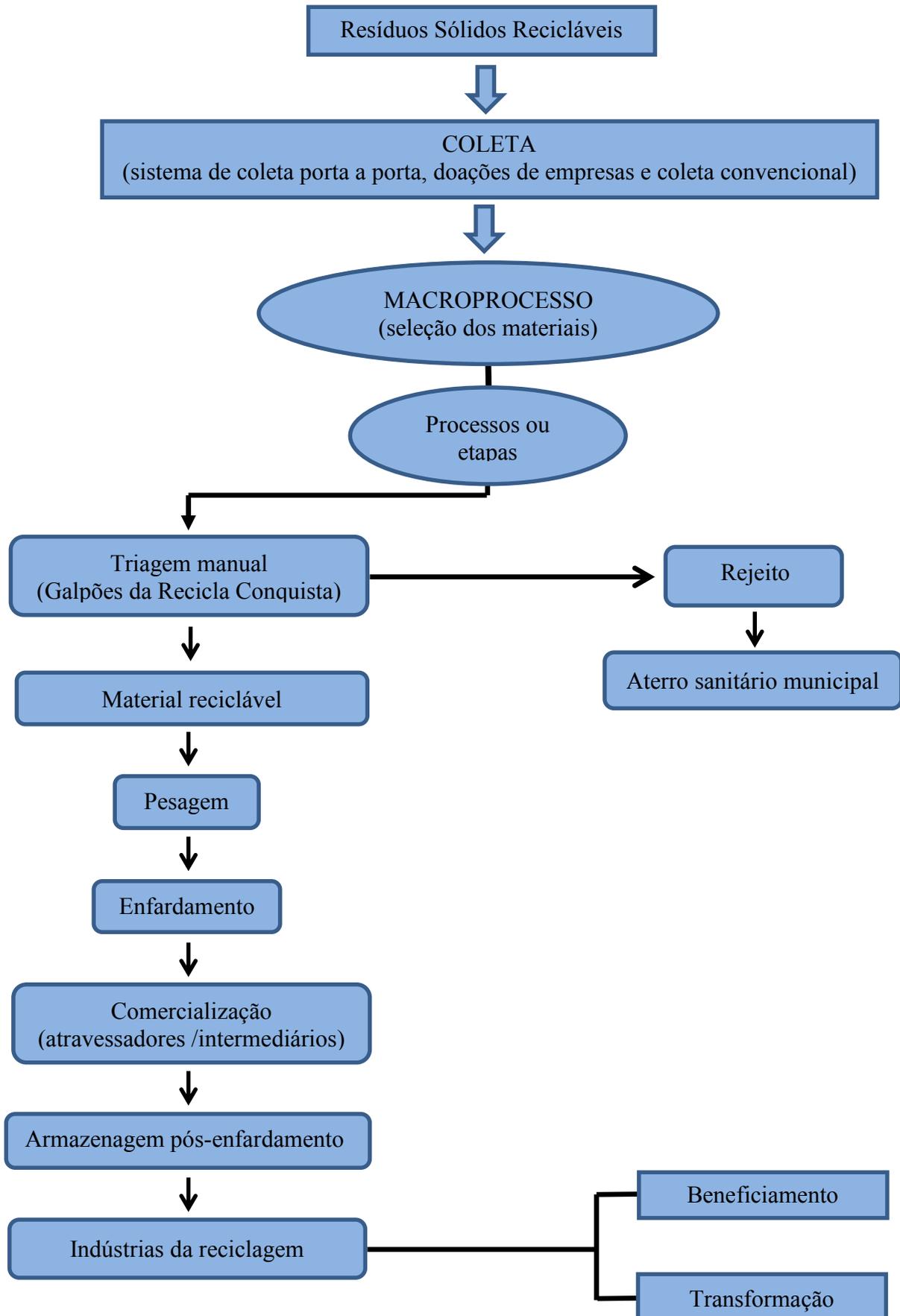
A presidente da cooperativa informou ainda que a comercialização dos materiais e a distribuição dos pagamentos ficam sob a responsabilidade de alguns cooperados. Contudo, é a equipe administrativa que os auxilia nas negociações, bem como na organização e arquivamento dos demonstrativos de vendas mensal da cooperativa.

Toda essa comercialização é comprovada mediante nota fiscal, conforme declara o representante da OSCIP Pangea: “A empresa tem CNPJ, tem inscrição estadual, tudo que é necessário para funcionar legalmente, pois a cooperativa funciona como uma empresa e só vende também com base nisso, pois tem nota de saída, nota de vendas, com declaração de imposto de renda.”³⁴

O preço inadequado dos produtos, o monopólio do mercado pelos atravessadores e a exigência dos compradores em comprar os materiais em grandes quantidades, foram apontadas como as três principais dificuldades enfrentadas pela Recicla Conquista na comercialização dos seus materiais, conforme declara o representante da ONG Pangea. Os cálculos e as planilhas mensais (TABELAS 3, 4 e 5) referentes à comercialização (materiais vendidos, quantidade/kg; preço/kg e o valor líquido), são armazenados no escritório da Recicla Conquista, situado na Agência de Desenvolvimento Trabalho e Renda.

³⁴ Entrevista cedida em março de 2014.

Figura 10: Fluxograma com as rotas e destino da produção dos recicláveis da Cooperativa Recicla Conquista – 2015



Fonte: Elaboração da autora, 2015.

Tabela 3 - Demonstrativo de vendas da Cooperativa Recicla Conquista (Jan. 2014).

DEMONSTRATIVO DE VENDAS – JAN 14			
MATERIAL VENDIDO	QTD / Kg	PREÇO / Kg	VALOR LIQ
ALUMINIO	415,00	R\$ 2,50	R\$ 1.037,50
FERRO	5600,00	R\$ 0,25	R\$ 1.400,00
GARRAFAS EM GERAL	5100,00	R\$ 0,05	R\$ 255,00
PAPEL MISTO	8500,00	R\$ 0,20	R\$ 1.700,00
PAPELÃO	11890,00	R\$ 0,16	R\$ 1.902,40
PEAD BRANCO	1010,00	R\$ 1,10	R\$ 1.111,00
PEAD COLORIDO	1020,00	R\$ 0,90	R\$ 918,00
PEAD ÓLEO	0,00	R\$ 0,55	-
PET	5120,00	R\$ 1,10	R\$ 5.632,00
PET ÓLEO	0,00	R\$ 0,40	-
PLASTICO DURO	1250,00	R\$ 0,50	R\$ 625,00
PLASTICO FILME	0,00	R\$ 0,80	-
PP	525,00	R\$ 0,55	R\$ 288,75
		Total	R\$ 14.869,65
	MÉDIO	R\$ 0,37	

Fonte: Agência do Desenvolvimento, Trabalho e Renda, 2014.

Tabela 4 - Demonstrativo de vendas da Cooperativa Recicla Conquista (Jan. 2014).

DEMONSTRATIVO DE VENDAS - FEV 14			
MATERIAL VENDIDO	QTD / Kg	PREÇO / Kg	VLR LIQ
ALUMINIO EM GERAL	615,00	R\$ 2,30	R\$ 1.414,50
FERRO	5210,00	R\$ 0,22	R\$ 1.146,20
LITROS EM GERAL	0,00	R\$ 0,05	-
PAPEL MISTO	0,00	R\$ 0,25	-
PAPELÃO	12000,00	R\$ 0,16	R\$ 1.920,00
PEAD BRANCO	1010,00	R\$ 1,10	R\$ 1.111,00
PEAD COLORIDO	1020,00	R\$ 0,90	R\$ 918,00
PEAD ÓLEO	123,00	R\$ 0,55	R\$ 67,65
PET	815,00	R\$ 1,10	R\$ 896,50
PET ÓLEO	115,00	R\$ 0,60	R\$ 69,00
PLASTICO DURO	1250,00	R\$ 0,50	R\$ 625,00
PLASTICO FILME	0,00	R\$ 0,80	-
PP	525,00	R\$ 0,70	R\$ 367,50
		Total	R\$ 8.535,35
	MÉDIO	R\$ 0,39	

Fonte: Agência do Desenvolvimento Trabalho e Renda, 2014.

Tabela 5 - Demonstrativo de vendas da Cooperativa Recicla Conquista (Mar. 2014)

DEMONSTRATIVO DE VENDAS – MAR/14			
MATERIAL VENDIDO	QTD / Kg	PREÇO / Kg	VLR LIQ
ALUMINIO EM GERAL	812,00	R\$ 2,20	R\$ 1.786,40
FERRO	5860,00	R\$ 0,21	R\$ 1.230,60
LITROS EM GERAL	0,00	R\$ 0,05	-
PAPEL MISTO	5200,00	R\$ 0,18	R\$ 936,00
PAPELÃO	21000,00	R\$ 0,19	R\$ 3.990,00
PEAD BRANCO	1230,00	R\$ 1,10	R\$ 1.353,00
PEAD COLORIDO	890,00	R\$ 0,90	R\$ 801,00
PEAD ÓLEO	540,00	R\$ 0,80	R\$ 432,00
PET	3800,00	R\$ 1,10	R\$ 4.180,00
PET ÓLEO	120,00	R\$ 0,50	R\$ 60,00
PLASTICO DURO	1280,00	R\$ 0,50	R\$ 640,00
PLASTICO FILME	3650,00	R\$ 0,60	R\$ 2.190,00
PP	280,00	R\$ 0,55	R\$ 154,00
		Total	R\$ 17.753,00
	MÉDIO	R\$ 0,40	

Fonte: Agência do Desenvolvimento Trabalho e Renda, 2014.

Por meio da análise dos quadros mencionados referentes ao demonstrativo de vendas da cooperativa Recicla Conquista no primeiro trimestre de 2014, pode-se observar que o papelão constitui-se no material mais comercializado (14.963,33 kg), e o PET óleo como o menos vendido no período (78,33 kg). Quanto ao preço de tais materiais, verificou-se a agregação de maior valor econômico ao alumínio (R\$ 2,33 kg), seguido pelo PEAD branco (R\$ 1,10 kg) e pelo PET (R\$ 1,10 kg). Já as garrafas em geral (R\$ 0,05 kg), o papelão (R\$ 0,17 kg) e o papel misto (R\$ 0,2 kg), apresentaram-se como os materiais de menor valor econômico no mercado da reciclagem. E, por fim, constatou-se que o PET apresentou o maior valor líquido (R\$ 3.569,50), seguido pelo papelão (R\$ 2.604,13) e pelo ferro (R\$ 1.258,93). Coube as garrafas em geral (R\$ 0,85), ao PET óleo (64,50) e ao PEAD óleo (R\$ 166,55) os menores valores líquidos. Ressalta-se que os valores aqui mencionados correspondem a média trimestral do período em questão.

A Tabela 6, por sua vez, evidencia o demonstrativo de vendas da cooperativa Recicla Conquista no período compreendido entre os anos de 2005 a 2011. A maior quantidade de materiais foi coletada em 2010 (759.711 kg) e a menor no primeiro ano de existência da cooperativa, em 2005 (334.304 kg). Contabiliza-se uma quantidade correspondente a 3.499.656 quilos de materiais arrecadados nesses 7 primeiros anos de existência da cooperativa, bem como um valor bruto total correspondente a R\$ 1.470.084,47.

Tabela 6 - Demonstrativo de vendas da Cooperativa Recicla Conquista (2005/2011)

DEMONSTRATIVO DE VENDAS – DEZ. 2004 a DEZ. 2011		
ANO	QTD / Kg	VALOR BRUTO (R\$)
2005	334.304,69	135.285,39
2006	478.320,47	202.285,40
2007	506.585,00	201.762,25
2008	683.952,00	199.764,73
2009	730.442,00	193.396,75
2010	759.711,00	253.618,30
2011	736.783,00	283.971,65
VALOR TOTAL	3.499.656,16	1.470.084,47

Fonte: Agência do Desenvolvimento Trabalho e Renda, 2014.

Esses dados demonstram ainda um aumento progressivo da quantidade de material processado pela Recicla Conquista, ao longo dos anos. Sobre essa questão, uma cooperada fez a seguinte declaração:

A gente não entende isso, porque todos os dias chega muito material que é dado por várias empresas da cidade; é muita coisa mesmo. Não dá para entender porque aumenta a cada dia a quantidade de material, mas o salário nunca aumenta.³⁵

A situação questionada por esta cooperada remete ao descompasso entre a estagnação no valor da renda média mensal recebida pelos cooperados e o progressivo aumento da quantidade de material arrecadada pela cooperativa. O coordenador local da Pangea declarou possuir arquivos anuais completos referentes aos demonstrativos de vendas somente até o ano de 2011, pois, segundo ele, devido a alterações promovidas no setor contábil da cooperativa, esses dados mais recentes não puderam ser disponibilizados, no período de realização da pesquisa de campo.

Quanto ao mercado comprador, o atual tesoureiro da cooperativa declarou-o pouco expressivo em Vitória da Conquista, afirmando haver somente 2 indústrias de transformação na cidade, a Comolimpa Indústria Química Ltda ZAB e a Indústria de Sabões Teiú. Segundo ele:

³⁵ ¹ Entrevista cedida em março de 2014.

[...] tem-se tentado buscar quem valoriza mais o material por meio de uma pesquisa de mercado; quem estiver pagando mais no momento, é que leva o material, segundo a lei da oferta e demanda. Quando ocorre uma baixa geral no mercado, a saída de reciclados no país como um todo tem um déficit; o valor pago por toneladas de material diminui e reflete como uma verdadeira cadeia.³⁶

Atualmente, a cooperativa estabelece o comércio de seus materiais diretamente com 3 intermediários locais (Tigre Reciclagem, Prescom Metais e Ecologia Reciclagem). De acordo com a atual presidente da cooperativa, até o presente momento não apareceu nenhuma outra empresa com melhores propostas relativas à comercialização.

A Tigre Reciclagem trata-se de uma empresa que atua na condição de intermediária, comercializando os seguintes materiais: papel, papelão, ferro, alumínio, metais, plásticos, PET etc. A mesma compra da Recicla Conquista uma média de 35.000 a 40.000 quilos de materiais mensalmente; porém, a quantidade de material total processada pela empresa gira em torno de 250 toneladas por mês. O atual gerente ainda afirmou comprar materiais recicláveis diretamente de catadores não cooperados por preços bem inferiores aos pagos à cooperativa.

Enfatiza-se ainda que são 60 o número de trabalhadores envolvidos na realização da triagem desses materiais. Quanto à infraestrutura e equipamentos utilizados, essa referida empresa declarou possuir 4 caminhões (para a realização do frete); 8 prensas; 1 elevador de carga; 2 balanças pequenas e 1 balança rodoviária. O espaço do estabelecimento é próprio e as exigências aos fornecedores se dão quanto ao tipo e a quantidade de material. A maior parte do material que sai hoje da cooperativa é encaminhada, por esse intermediário, às indústrias de transformação situadas na região sudeste e nordeste (principalmente em Salvador, grande centro comprador da Bahia). Como exemplos podem ser citados a Comercial Gerdau, em Salvador. Latapack Ball, em Alagoinhas/BA; Bemplast Indústria e Comércio Ltda, em Betim, Minas Gerais. O custo do transporte fica por conta destas empresas citadas, com exceção da Gerdau que se responsabiliza pelo frete.

De acordo com o atual gerente administrativo da Tigre Reciclagem, as principais dificuldades e limitações na realização desse tipo de atividade são: capacitação da mão de obra; problemas sociais; oscilação de preços; contaminação dos materiais (devido a um material mal triado e ao não gerenciamento da venda com a separação dos mesmos).

³⁶ Entrevista cedida em março de 2014.

A Prescom Metais, por sua vez, trabalha com a compra e venda de alumínio, metal, cobre, ferro e baterias. A mesma possui um total de 20 funcionários, dispondo ainda dos seguintes equipamentos: 1 caminhão utilizado para o frete e recolhimento dos materiais; 2 prensas; 2 balanças pequenas e 3 balanças rodoviárias. O espaço de funcionamento da empresa é alugado.

A quantidade de materiais comprados mensalmente da Recicla Conquista, varia entre 2.000 a 3.000 kg de ferro, e uma média de 400 kg de alumínio. Já a quantidade de material total processada mensalmente pela empresa corresponde a 100 toneladas de ferro e 30 toneladas de alumínio.

Segundo a proprietária dessa empresa, a principal exigência dos fornecedores remete-se a quantidade de material disponível à comercialização, bem como as condições do mesmo, pois necessita já estar triado e prensado. Ela ainda afirmou repassar todo o material para Puma Comercial de Metais Ltda e para Comercial Gerdau, ambas em São Paulo, ficando o custo do transporte a cargo da empresa compradora.

A alta concorrência e a dificuldade em se encontrar compradores, o que prolonga o tempo de espera para a comercialização, foram apontadas como as principais dificuldades e limitações nesse ramo, em específico.

Já a empresa Ecologia Reciclagem atua há mais de 20 anos no mercado, trabalhando atualmente com o papelão e tendo a pretensão futura de aumentar seu portfólio de materiais com o PET, PEAD, PVC e o ferro.

A Recicla Conquista é um dos seus maiores fornecedores, com uma quantidade de materiais que gira em torno de 10 a 15 toneladas. Já no que se refere à totalidade de material processada mensalmente pela empresa, a gerência não quis informar.

Essa empresa dispõe de 2 prensas, 1 balança rodoviária, 3 caminhões e 1 trator. Ao todo são 8 o número de funcionários que trabalham na triagem e prensagem dos materiais. Os equipamentos de segurança, a licença ambiental e o selo ISO, foram apontados como sendo as principais exigências aos fornecedores. O gerente dessa empresa ainda declarou enfrentar algumas dificuldades e limitações na realização desse tipo de atividade, tais como a alta concorrência, encargos tributários, elevados custos com a mão-de-obra, entre outras.

A Ecologia Reciclagem comercializa seus materiais principalmente com a Gerdau, em São Paulo/SP; Grupo Penha, em Salvador e em Feira de Santana/BA; e a Bahia PET, em Salvador/BA. Cabe a Ecologia Reciclagem gastos com custos de transporte.

A Tabela 7 apresenta uma comparação dos preços praticados pela cooperativa Recicla Conquista, Tigre Reciclagem, Prescom Metais e pela Ecologia Reciclagem. No caso das empresas é o preço que recebem pela venda à indústria. A análise dos dados possibilita a percepção das margens de lucro obtidas por essas empresas supracitadas, chegando-se a valores bastante elevados no caso de alguns materiais específicos: garrafas em geral (200%); plástico filme (150%) e o papelão (112,5%). O alumínio e as garrafas em geral, apresentam-se como os materiais de alto e de baixo valor no mercado, respectivamente.

Tabela 7 - Tabela comparativa dos preços praticados (janeiro a março, de 2014).

PREÇOS PRATICADOS (TABELA COMPARATIVA)					
MATERIAL VENDIDO	C. Recicla Conquista (kg)	Tigre Reciclagem (kg)	Lucros (%)	Vitória Metálicos (kg)	Lucros (%)
Alumínio em geral	R\$ 2,30	R\$ 2,50	8,7%	R\$ 2,60	13%
Ferro	R\$ 0,22	R\$ 0,34	54,5%	R\$ 0,44	100%
Garrafas em geral	R\$ 0,05	R\$ 0,15	200%	-	-
Papel misto	R\$ 0,25	R\$ 0,50	100%	-	-
Papelão	R\$ 0,16	R\$ 0,34	112,5%	-	-
PEAD branco	R\$ 1,10	R\$ 1,40	27,3%	-	-
PEAD colorido	R\$ 0,90	R\$ 1,20	33,3%	-	-
PEAD óleo	R\$ 0,55	R\$ 0,80	45,4%	-	-
PET	R\$ 1,10	R\$ 1,50	36,4%	-	-
PET óleo	R\$ 0,60	R\$ 0,90	50%	-	-
Plástico duro	R\$ 0,50	R\$ 0,70	40%	-	-
Plástico filme	R\$ 0,80	R\$ 2,00	150%	-	-
PP	R\$ 0,70	R\$ 1,40	100%	-	-

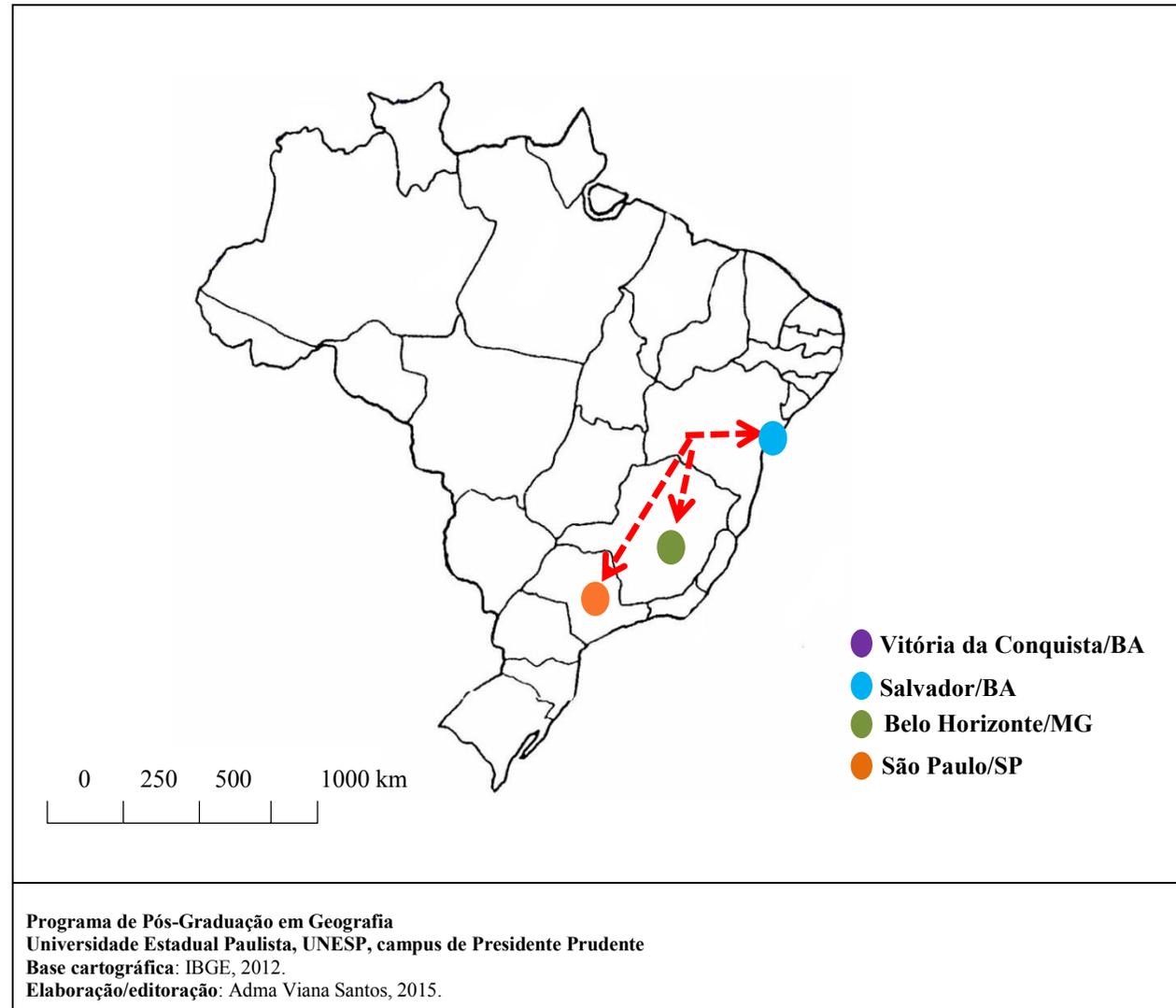
Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Org.: Adma Viana Santos

No Mapa 4 encontra-se representado fluxo de comercialização externo dos recicláveis da Recicla Conquista, no sentido da cidade de Vitória da Conquista dirigido para os grandes centros urbanos localizados, principalmente, na região Sudeste: São Paulo e Belo Horizonte. Ocorre também, um fluxo desses materiais em direção a Salvador, grande centro comprador da Bahia.

É importante ressaltar o fato de que a Tigre Reciclagem, a Prescom Metais e a Ecologia Reciclagem, dispõem de condições expressivamente favoráveis tanto para a compra e estocagem de um volume grande de materiais, bem como para o transporte e comercialização dos mesmos, compreendendo-se que o comércio de reciclagem, possui principalmente quatro exigências de mercado:

Mapa 4: Fluxo externo dos recicláveis da Cooperativa Recicla Conquista – 2015



[...] quantidade, qualidade, frequência e forma de pagamento. Os principais consumidores de materiais recicláveis, as indústrias recicladoras, só compram os materiais em grandes quantidades; selecionados e enfardados; dão preferência àqueles que vendem com frequência e costumam pagar em 30 a 40 dias (LIMA, 2014, p. 26 e 27).

Tudo isso possibilita aos atravessadores a realização de negociação direta com as indústrias da reciclagem, de modo a se obter a agregação de maior valor econômico a cada um dos referidos materiais. AQUINO et al (2007) considera que tais condições normalmente são satisfeitas por sucateiros, visto que os mesmos dispõem de equipamentos e infraestrutura adequada e compram os materiais em pequenas quantidades dos catadores que, por sua vez, [...] geralmente se encontram dispersos, sem condições de negociar diretamente com a indústria e com pouco poder perante os sucateiros (AQUINO et al., 2007, p. 3).

Desse modo, evidencia-se a perda de margem considerável de ganhos que poderiam ser obtidos pela Recicla Conquista caso a mesma também já dispusesse de condições estruturais e econômicas para a realização dessa comercialização sem a interposição de atravessadores e intermediários.

Contudo, Conforme já dito anteriormente, recentemente a cooperativa adquiriu dois caminhões novos, um para coleta interna e o outro a ser usado no recolhimento do material em rede, englobando as cooperativas de Vitória da Conquista, Itapetinga, Jequié e Itororó (todas apoiadas pela Pangea), o que possibilitará um maior acúmulo de material - haja vista que materiais em quantidade bastante considerável e com boa qualidade estão entre as principais exigências das indústrias - bem como o encaminhamento do mesmo diretamente às indústrias da reciclagem mais próximas, minimizando os gastos referentes aos deslocamentos.

Segundo o coordenador local da Pangea, entende-se que essa dinâmica de compra e venda que permite barganhar o preço dos materiais diretamente com as empresas, possibilitará à cooperativa um maior lucro. Contudo, por questão de logística, cerca de 70% dos cooperados ainda demonstraram preferência na venda dos materiais para os atravessadores locais, uma vez que o repasse do dinheiro ocorre de forma imediata. Assim, as complicações para a realização da comercialização diretamente com as indústrias, se dá mediante as dificuldades em se organizar administrativa e economicamente, adequando-se a essa nova possibilidade.

Há que se ressaltar o quanto a cadeia da reciclagem apoia-se em condições degradantes do trabalho dos catadores. A venda direta aos fabricantes pode melhorar a

remuneração das cooperativas, mas cabe refletir se isso permitirá aos catadores uma significativa melhora na qualidade de vida.

Por fim, considera-se que as análises realizadas em torno da produção da indústria da reciclagem, foram insuficientes para o entendimento dessa ampla cadeia econômica que abarca os mais diversos agentes, em virtude de sua amplitude e complexidade.

CAPÍTULO III

COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA: FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DE CATAÇÃO

3.1 Histórico do movimento cooperativista no Brasil e no mundo

Enquanto sistema integrado, a natureza apresenta-se como conjunto de partículas dependentes umas das outras para assegurar sua própria existência. Observa-se que o mesmo acontece com o ser humano, que desde os mais remotos tempos históricos descobriu a vantagem da ajuda mútua por meio de práticas cooperativas (OCB, 1995). Entretanto, precisar o marco inicial do cooperativismo como doutrina alicerçada nos princípios da colaboração recíproca e solidariedade é, para Luz Filho (1953 *apud* KLEIN, 2010), uma missão cuja comprovação se torna difícil e árdua, uma vez que há exemplos de cooperação em todas as civilizações:

No início essa cooperação aconteceu em âmbito tribal pela união de tribos próximas contra inimigos comuns (outras tribos, animais de grande porte, etc.) ou para trabalho conjunto, seja na coleta de frutas, na caça ou na pesca [...]. Na Babilônia, muito antes de Cristo, já existia um sistema de exploração, em comum, de terras arrendadas. Na Grécia antiga havia diversas formas de associações, entre as quais as que objetivavam garantir enterro e sepultura decente aos seus associados. No México, os indígenas organizavam-se em comunidades chamadas “ejidos”, hoje transformadas em cooperativas integrais de produção agrícola. O mesmo aconteceu com os indígenas peruanos que, organizados em comunidades chamadas “ayllos”, semeavam e colhiam suas lavouras com instrumentos de propriedade coletiva, repartindo os frutos do trabalho de acordo com a necessidade de cada um (OCB, 1995, p. 7).

Andrighi (2003), também afirma que as ações cooperativistas datam de muitos séculos, depreendendo-se inclusive na Bíblia, onde são reconhecidos exemplos de práticas cooperativistas como ideologia de vida, em qual o bem comum é apregoado acima de qualquer outro valor. Bialoskorsk Neto (2006, p. 21), por sua vez, revela concordar com tais autores, relatando que a cooperação aparece de modo nítido “[...] também na Idade Média, nos mosteiros cristãos, no século XIV na Rússia e entre os povos eslavos [...], nos mir, nas zadrugas ou no artel, todas as formas de cooperação em comunidades coletivas agrícolas e de pescadores”.

Cabe enfatizar que, na Idade Média, a economia tinha um cunho corporativista, composta por corporações profissionais de artesões. Contudo, com o advento da Revolução Industrial, no século XIX houve uma mudança radical, uma vez que a utilização de máquinas industriais, mais rápidas e eficientes, com as quais os operários-artesãos não podiam competir, fez com que as corporações perdessem seu lugar a favor do capitalismo empreendedor. Assim, sabe-se que a todos os avanços do sistema capitalista seguiu-se uma intranquilidade

social sob a crescente ameaça de substituição do trabalho manual por máquinas a vapor e agravamento da miséria da classe operária. Como forma de reação e oposições ao liberalismo econômico, é que, segundo a OCB (1995), foram lançadas as primeiras sementes do Cooperativismo Moderno, sobretudo na corrente liberal dos socialistas utópicos ingleses e franceses no século XIX.

Assim, verifica-se que foi devido à necessidade de ação conjunta para vencer as barreiras impostas pelo regime capitalista, consideradas por Klein (2010) como avassaladoras e quase intransponíveis, que o auxílio recíproco dos cooperados se afirma enquanto meios coletivos de atividade econômica.

O surgimento da primeira cooperativa como empreendimento socioeconômico foi registrado em 1844, na cidade de Rochdale, na Inglaterra, onde 28 tecelões se reuniram na busca por alternativas de trabalho e sobrevivência, criando uma pequena cooperativa de consumo: a Sociedade dos Equitativos Pioneiros de Rochdale. Bragagnolo (2013) assinala que foi o êxito desta organização que fez com que a ideia se propagasse pela Europa, com destaque para a França e Alemanha e, posteriormente, para os demais continentes.

Desde o surgimento da primeira cooperativa, o cooperativismo teve principalmente duas tendências: ocupar todos os setores da economia e estender-se a todos os países do mundo, sendo que, nesse período inicial, as cooperativas tinham somente representações de âmbito regional e nacional (OCB, 1995). Foram várias as intenções de internacionalizar o cooperativismo culminando, em 1895, na articulação de uma entidade internacional de representação: a Aliança Cooperativa Internacional (ACI), cujo objetivo principal é promover e fortalecer cooperativas autônomas em todo o planeta. Essa associação também procura:

- a) Promover e defender os valores e princípios do cooperativismo;
- b) Estimular relações mutuamente vantajosas entre suas organizações, de caráter econômico ou de outra índole;
- c) Favorecer o progresso econômico e social dos povos, contribuindo, assim, para a paz e a segurança internacional (OCB, 1995, p.10).

É observado ainda que a ACI, de todas as organizações similares, é a única que resistiu a duas guerras mundiais, a revoluções e mudanças profundas, mantendo sua identidade e permanecendo fiel aos seus objetivos e caráter original (OCB, 1995).

Voltando-se especificamente para o histórico do cooperativismo no Brasil, verifica-se que a cultura da cooperação é observada no país desde a época da colonização portuguesa. No entanto, foi a partir do Movimento Cooperativista Brasileiro, surgido no final do século XIX,

que esta atividade emergiu por meio do estímulo de profissionais liberais, operários, funcionários públicos e militares (BRASIL COOPERATIVO, 2008). Bragagnolo (2013, p. 7), apresenta uma série histórica das primeiras cooperativas no país:

- 1889 – Sociedade Econômica Cooperativa dos Funcionários Públicos (Coop. de Consumo, Habitação e crédito), em Ouro Preto/MG.
- 1891 – Cooperativa dos Funcionários da Companhia Telefônica, em Limeira/SP.
- 1892 – Constituída a primeira Cooperativa agropecuária no Rio Grande do Sul – Società Cooperativa delle Convenzioni Agricoli, Veranópolis/Antônio Prado/RS.
- 1894 – Cooperativa dos Militares, Rio de Janeiro/RJ.
- 1902 – Constituída a primeira cooperativa de crédito brasileira, na localidade de Linha Imperial, município de Nova Petrópolis/RS, atual Sicredi Pioneira/RS.

A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), também considera que o movimento cooperativista no Brasil tenha se iniciado em 1889, com a Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto (OCB, 2011). Contudo, o reconhecimento da primeira experiência cooperativista brasileira não é consenso entre os estudiosos. Para a Federação das Cooperativas de Energia, Telefonia e Desenvolvimento Rural do Rio Grande do Sul – Fecoergs (2010), as duas primeiras cooperativas em território nacional, foi a de Produção Agropecuária em uma colônia no Paraná, e a Cooperativa dos Empregados da Companhia Paulista, em Campinas/SP, nos anos de 1847 e 1887, respectivamente. Já Klein (2010) reconhece somente como primeira experiência cooperativista brasileira a Caixa Rural Raiffeisen, fundada no ano de 1902, em solo gaúcho.

Apesar de todo o movimento de difusão do cooperativismo no território nacional, naquele período histórico haviam alguns aspectos considerados como entraves para o desenvolvimento do sistema cooperativo, tais como a imensidão territorial, o trabalho escravo e a falta de material didático apropriado, acreditando-se, assim, que eram poucas as pessoas informadas sobre esse assunto (BRASIL COOPERATIVO, 2008).

Assim, se considera que o surgimento do cooperativismo no Brasil ocorreu de forma não coesa e sem representação necessária à aglutinação dos interesses comuns. Foi na década de 1950 que apareceram as primeiras iniciativas unificadoras, com a constituição da União Nacional das Associações de Cooperativas (UNASCO). Contudo, desavenças entre grupos internos dessa entidade, levaram a criação da Aliança Brasileira de Cooperativas (ABCOOP).

Segundo a OCB (1996), essa divisão fez com que o movimento perdesse força e as cooperativas não tivessem representatividade junto ao Governo.

Tal divisão prosseguiu até 1969, momento em que houve a união das duas vertentes cooperativistas brasileiras, UNASCO e ABCOOP, em uma entidade única, representativa do cooperativismo brasileiro. Esse era o início da conciliação que resultou na OCB e nas OCEs, Organização das Cooperativas Brasileiras e Organizações das Cooperativas Estaduais, respectivamente (OCB, 1996).

A OCB foi criada com a finalidade de representar e defender os interesses do cooperativismo no Brasil, sendo a mesma registrada em cartório em 1970, um ano após sua criação, na condição de sociedade civil, sem fins lucrativos e com neutralidade religiosa e política (PORTAL BAIANO DAS COOPERATIVAS, 2011). Trata-se do órgão máximo de representação do cooperativismo, que tem como pretensão realizar a promoção, fomento e defesa do Sistema Cooperativista Brasileiro, em todas as instâncias políticas e institucionais, tanto no Brasil, quanto no exterior (OCB, 2008).

Cabe ressaltar que foi a Lei 5.5764/71 que disciplinou a criação de cooperativas, sendo um amparo legal para o sistema cooperativista brasileiro. A OCB considera a mesma como divisor de águas para o movimento, isso por que:

A partir dela organizou-se e viabilizou a OCB, que então pôde promover a organização das entidades estaduais representativas, uma vez que passou a ser representante única do cooperativismo em âmbito nacional (OCB, 2011, p. 4).

Com relação às unidades estaduais, a OCB (2011) afirma que a estas cabe atuar enquanto agentes políticos e representativos do Sistema, com a responsabilidade de zelar e divulgar a doutrina cooperativista, bem como defender os interesses do movimento em seus estados, sendo um elo entre a unidade nacional e a realidade de cada município brasileiro onde haja ações cooperativistas.

A partir da criação da OCB o cooperativismo brasileiro adquiriu maior expressão no cenário nacional, em função da sua atuação junto ao Poder Legislativo, especialmente com o trabalho realizado com a Frente Parlamentar do Cooperativismo - FRENGCOOP (BRASIL COOPERATIVO, 2008). Criada em 1984, a FRENGCOOP possui natureza política e não ideológica, composta por deputados e senadores, independente de filiação partidária, voltando-se para a execução das ações e liderança política (OCB, 2011).

É importante sinalizar que até a segunda metade da década de 1980 havia uma acentuada interferência na criação, fiscalização e funcionamento do empreendimento cooperativo, por parte do Estado, o que acabou por restringir a autonomia dos associados. A superação de tal limitação se deu por meio da promulgação da Nova Constituição de 1988, com a proibição da interferência governamental nas associações, iniciando-se, assim, a autogestão do cooperativismo (BRASIL COOPERATIVO, 2008).

Seguindo-se uma evolução cronológica, observou-se que, no ano de 1995, o cooperativismo brasileiro ganhou reconhecimento internacional, sendo notório o desenvolvimento das cooperativas brasileiras. Em 1998 foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop), responsável pela formação profissional, ensino, promoção social e organização dos trabalhadores, funcionários e associados das cooperativas no país (BRASIL COOPERATIVO, 2008). O objetivo do mesmo era o de somar à OCB, pelo viés da educação cooperativista.

Criado por meio da Medida Provisória nº 1.715, de 3 de setembro de 1998, e suas reedições, regulamentado pelo Decreto nº 3.017, de 6 de abril de 1999, o Sescoop tem como objetivos:

- Organizar, administrar e executar o ensino de formação profissional, a promoção social dos empregados de cooperativas, cooperados e de seus familiares, e o monitoramento das cooperativas em todo o território nacional;
- Operacionalizar o monitoramento, a supervisão, a auditoria e o controle em cooperativas;
- Assistir as sociedades cooperativas empregadoras na elaboração e execução de programas de treinamento e na realização de aprendizagem metódica e contínua;
- Estabelecer e difundir metodologias adequadas à formação profissional e promoção social do empregado de cooperativa, do dirigente de cooperativa, do cooperado e de seus familiares;
- Exercer a coordenação, supervisão e a realização de programas e de projetos de formação profissional e de gestão em cooperativas, para empregados, associados e seus familiares;
- Colaborar com o poder público em assuntos relacionados à formação profissional e à gestão cooperativista e outras atividades correlatas;
- Divulgar a doutrina e a filosofia cooperativistas como forma de desenvolvimento integral das pessoas;
- Promover e realizar estudos, pesquisas e projetos relacionados ao desenvolvimento humano, ao monitoramento e à promoção social, de acordo com os interesses das sociedades cooperativas e de seus integrantes (SESCOOP, 2008, p. 1).

Destaque também deve ser dado a fundação, em 2005, da Confederação Nacional das Cooperativas – CNCoop, considerada como órgão máximo de representação no âmbito do Sistema Confederativo de representação sindical das cooperativas, constituindo, segundo a OCB (2010), o ápice da pirâmide do sindicalismo. Esta Confederação objetiva principalmente a defesa dos interesses e direitos, tanto individuais quanto coletivos, da categoria econômica dessas cooperativas, incluindo questões administrativas e/ou judiciais.

Pode-se observar que a Confederação Nacional das Cooperativas (CNCoop), ao lado do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop) e da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), formam o tripé que sustenta o sistema cooperativista nacional, conhecido como Sistema OCB, representante oficial do movimento cooperativista no Brasil (OCB, 2013).

Uma visão panorâmica do cooperativismo no Brasil revela que este se encontra presente nos 26 estados da Federação e no Distrito Federal, com o envolvimento de mais de 11 milhões de brasileiros. Dados do Relatório Anual da OCB 2013, também demonstram que o número de cooperados mais que dobrou na última década sendo que, em 2002, eram 5,2 milhões de brasileiros agrupados em cooperativas.

Pode-se notar ainda um significativo percentual de crescimento, entre os anos de 2004 e 2013, do número de empregos gerados por cooperativas brasileiras e do número de cooperados no Brasil, correspondendo a 83,2% e 87,9%, respectivamente (OCB, 2014). Essa Organização considera esses números bastante expressivos, uma vez que a população brasileira cresceu em média 12% em igual período.

Ao se analisar a distribuição do cooperativismo no território nacional, nota-se que dos 11 milhões de brasileiros engajados em alguma cooperativa, 5,1 milhões vivem no Sudeste e 4,4 milhões no Sul, somando mais de 80% desse total. Nessas regiões se encontram os cinco estados que somam o maior número de cooperados: São Paulo (3,4 milhões); Rio Grande do Sul (2,1 milhões); Santa Catarina (1,4 milhão); Minas Gerais (1,2 milhão); e Paraná (850 mil). Segue-se a região Centro-Oeste, Nordeste e Norte, com 746,1 mil, 551 mil e 199,8 mil cooperados, respectivamente (TABELA 8).

Verifica-se, ainda, que o Sudeste é a região que concentra o maior número de sociedades cooperativas³⁷ (2.357), sendo que 949 se localizam no estado de São Paulo. Outra região que se destaca é o Nordeste, com 1.755 cooperativas, sendo 788 somente na Bahia;

³⁷ Art. 3º da Lei n. 5.764, de 16 de setembro de 1971: “Celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens e serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro”.

juntas, ambas detêm 62% das cooperativas existentes no país. Em seguida aparece o Sul, com 1.011; o Norte, com 814 e a região Centro-Oeste, com 666 cooperativas, somando um total de 6.603 cooperativas, de acordo com dados do Relatório Anual da OCB, 2013 (TABELA 9).

Tabela 8: Distribuição do cooperativismo no território nacional

Região (com destaque para as principais cidades)	nº. de cooperados
Sudeste	5,1 milhões
São Paulo	3,4 milhões
Minas Gerais	1,2 milhão
Sul	4,4 milhões
Rio Grande do Sul	2,1 milhões
Santa Catarina	1,4 milhão
Paraná	850 mil
Centro-oeste	746,1 mil
Nordeste	551 mil
Norte	199,8 mil
Total	11 milhões

Fonte: Relatório Anual da OCB, 2013

Tabela 9: Distribuição das sociedades cooperativas no território nacional

Região	nº de sociedades cooperativas
Sudeste	2.357
São Paulo	948
Nordeste	1.755
Bahia	788
Sul	1.011
Norte	814
Centro-Oeste	666
Total	6.603

Fonte: Relatório Anual da OCB, 2013

A análise desses dados permite observar que a região Sudeste predomina em relação ao número de cooperados e de sociedades cooperativas, em âmbito do território nacional. A região Sul, ocupa a 2º posição em número de cooperados e a 3º em número de sociedades cooperativas, o que faz com que essas sociedades cooperativas sejam bem mais volumosas em

quantidade de cooperados, se comparada às demais regiões. Já a região Nordeste, por sua vez, ocupa a 4º posição em número de cooperados, mas a 2º em quantidade de sociedades cooperativas. Isso induz a percepção da existência de um expressivo número de sociedades cooperativas nessa região, porém, compostas por um menor número de cooperados se comparado as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

Com relação ao Centro-Oeste, se observa que essa região ocupa a 3º posição em número de cooperados, e a 5º em número de sociedades cooperativas, de modo a se identificar nela a formação de sociedades cooperativas com uma maior quantidade de cooperados, em relação às regiões Nordeste e Norte. Por fim, a região Norte fica em último lugar em número de cooperados, e em 4º de sociedades cooperativas, o que leva a compreensão da existência de sociedades cooperativas com uma quantidade de cooperados menos expressiva, com relação às demais regiões.

Cantóia (2012) acredita que o expressivo crescimento dos empreendimentos cooperativistas, nos últimos anos, tem se dado devido à situação de pobreza de grupos excluídos, presentes em cada umas das regiões do território nacional, que veem nas atividades de cunho cooperativo alternativa viável para a geração de trabalho e renda.

3.2 Elementos de teorização acerca da economia solidária e da autogestão: apontamentos para uma análise crítica

De um modo geral, considera-se que os aspectos mais amplos considerados na economia solidária, remetem ao consumo, a produção, a relação com a terra, as relações de trabalho, entre outros. Enfocando de modo mais específico as relações de trabalho, Carvalho (M.C., 2012), ao discorrer sobre a economia solidária como saída para os trabalhadores em situação de desemprego e trabalho precário, apresenta a economia solidária como sendo um fenômeno social e econômico que apregoa a solidariedade como começo e fim da atividade econômica, caracterizada pela autogestão, ajuda mútua e por princípios de igualdade, próprios do cooperativismo e associativismo. A mesma compreende as organizações coletivas tais como: cooperativas, associações, organizações de finanças solidárias, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de troca, centrais e redes, etc. (BRASIL, 2006 *apud* GUTIERREZ; ZANIN, 2011).

Valle (2009) acredita que as atividades econômicas de cunho solidário, acabam por induzir a formação de um novo modelo para as relações trabalhistas, de caráter associativo,

diferenciando-se profundamente do modelo atual de trabalho formal subordinado. Segundo esse autor, o cooperativismo viabiliza o trabalho dos cooperados, possibilitando a colocação dos mesmos no mercado em condições economicamente favoráveis, se comparada as decorrentes da atuação individualizada de cada um.

O economista Paul Singer, um dos principais defensores da economia solidária, a apresenta como um caminho sólido de superação da sociedade capitalista, vinculando o princípio da socialização dos meios de produção e distribuição com o princípio de posse e uso desses meios. Desse modo, observa-se que a economia solidária, vista como poderoso instrumento de combate à exclusão social, aliada ao cooperativismo, prioriza a valorização do indivíduo enquanto sujeito social e a divisão igualitária dos bens produzidos (SINGER, 2003).

Contudo, Menezes (2007, *apud* CARVALHO, M. C., 2012) realiza uma crítica à potencialidade da economia solidária para superação do sistema capitalista. Para essa autora, essas iniciativas econômicas (que incluem as cooperativas de trabalho) são funcionais ao capital, visto que por meio dessas deixa de caber ao Estado a responsabilidade pela pauperização de milhões de pessoas, considerando-se ainda que:

É a partir da desresponsabilização do Estado, que as estratégias da economia solidária acabam por incorporar a acumulação do capital e ainda penalizam os trabalhadores pobres por sua situação de pobreza. Ou seja, o que a economia solidária representa é uma maneira de persuadir a classe trabalhadora em assumir o auto-emprego (e o não-assalariamento) como formas benéficas para estimular a emancipação econômica do indivíduo [...]. A partir desse fato, cabe ao projeto hegemônico do sistema convencer os trabalhadores de sua responsabilidade na barbárie social (MENEZES, 2007 *apud* CARVALHO, M. C., 2012, p. 70).

Essa autora chama atenção para o fato das práticas sociais alternativas desembocarem no que é aqui chamado de ‘virtude da responsabilidade pessoal’, aproximando-se da doutrina neoliberal. Essa autora ainda acredita que a economia solidária represente um projeto político cuja proposta de transformação se dá principalmente no campo discursivo, constituindo-se em uma arma de manipulação político-ideológica poderosa utilizada no sentido de interiorizar os ideários do capital na classe trabalhadora.

Também por meio de uma análise mais crítica, Leite (2009), por sua vez, acredita que, apesar da economia solidária apresentar características que direcionam a um movimento social, ela também apresenta defasagens entre a prática cotidiana dos empreendimentos e a teoria defendida pelos líderes do movimento. Para esse autor, essa questão não pode ser

desconsiderada, uma vez que se pensa na capacidade de transformação social desses empreendimentos econômicos.

Leite (2009) acredita que esses aspectos contraditórios que permeiam a economia solidária, contribuem para que as discussões sobre a mesma sejam polarizadas em, principalmente, três pontos de vista: aquele em que a mesma é defendida como portadora de ideais de emancipação social; um outro que a percebe como um fenômeno efêmero, com pouca capacidade de transformação social; e, por fim, o que destaca sua capacidade de realizar papéis e funções sociais que eram desempenhados pelo Estado.

Carvalho concorda com tal afirmação, considerando ainda que essa tensão entre as experiências baseadas na democracia e solidariedade vivenciadas internamente nos empreendimentos coletivos e as práticas típicas do modo de produção capitalista, conduz à questionamentos quanto a percepção da economia solidária enquanto uma alternativa ao sistema vigente, bem como a sua capacidade de superação da sociedade burguesa (CARVALHO, M. C., 2012)..

Essa autora chama atenção para o fato de que as regras jurídicas para o funcionamento de qualquer forma de trabalho, incluindo as cooperativas, são sempre mediadas pela relação capital-trabalho, de modo que mesmo que o trabalho tenha primazia no discurso cooperativista, esse ainda estará subordinado aos objetivos do capital. Chega-se mesmo a se considerar que o sucesso das cooperativas, depende da adoção do ritmo e da racionalidade ditados pelas grandes empresas. “Não há como fugir dessa determinação porque o capitalismo não coexistiria com outra forma de organização com a qual tivesse que compartilhar poder.” (CARVALHO, M. C., 2012, p. 64-65).

Essa autora acredita que este se apresenta como um dos limites das práticas de produção autônomas, devendo-se ter em mente a percepção de que, no sistema capitalista, a produção de mercadorias é sempre um imperativo, somado ao fato de que as cooperativas estão inseridas em cadeias produtivas que, segundo ela, lhes retiram a aparente autonomia conquistada com a aquisição dos meios de produção, considerando-se ainda que:

Nessa direção, [...] não existe possibilidade de o local adquirir autonomia, já que para esse sistema em questão a economia não é nem aberta e nem heterogênea [...]. É aqui que se encontra o limite dessa perspectiva autônoma e solidária de cooperação no trabalho, ou seja, é na circulação de mercadorias do capital que ocorre a limitação da autonomia defendida pelas cooperativas e outras formas de organizações de economia solidária (CARVALHO, M. C., 2012, p. 64).

Assim, mediante o exposto, se acredita que as discussões propostas - entre aqueles que consideram as atividades econômicas de cunho solidário como formas de contraposição ao capitalismo e possibilidade de melhorias na qualidade de vida das pessoas, e entre os que não a veem como formas de superação do sistema capitalista - conduzem a compreensão de que os apontamentos para uma análise crítica e mais aprofundada dos empreendimentos autogestionários, devem levar em consideração o seu entorno, bem como os aspectos jurídicos que os regem. Desse modo, é então proposta a abordagem das sociedades cooperativas no Brasil, com um enfoque em seus aspectos legais, considerado aqui como fundamental na compreensão do papel e função das cooperativas no cenário econômico, social e político atual.

3.3 Aspectos legais das sociedades cooperativas no Brasil

Buscando-se examinar os diversos aspectos jurídicos referentes às cooperativas, assim como discorrer sobre as modalidades em que elas se apresentam, inicialmente se salienta que foi com o surgimento das primeiras cooperativas que leis voltadas ao sistema passaram a ser criadas, sendo que a primeira lei de regência dessas entidades foi editada em 5 de janeiro de 1907, o Decreto n. 1.637, filiando as cooperativas ao Direito Societário. A esse seguiram-se o Decreto-Lei n. 22.239 de 1932 e o Decreto-Lei n. 59 de 1966, acabando por culminar com a Lei 5.764, de 16 de dezembro 1971, que veio a constituir-se na “principal norma legal do cooperativismo pátrio, contendo importantes preceitos e princípios, além de disposições de interesse geral do sistema (KLEIN, 2010, p. 24). Sancionada pelo Presidente da República, a mesma definiu a Política Nacional do cooperativismo e instituiu o regime jurídico das sociedades cooperativas.

Cabe ainda destacar que no ano de 1982, a Lei 5.764/71 foi parcialmente alterada pelas Leis 6.981/82 e 7.231/84, somando-se ainda mais 34 resoluções do Conselho Nacional de Cooperativismo, além dos artigos 1.093 a 1.096 da Lei 10.406/02 – novo Código Civil (BRASIL; GUSMÃO, 2013).

Com forma e natureza jurídicas próprias e uma área de atuação, as cooperativas são definidas no art. 4º da Lei nº 5.764/71, como sendo sociedades de pessoas, não sujeita a falência, de natureza civil e constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características:

- I- Adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços;
- II- Variabilidade do capital social representado por quotas-partes;
- III- Limitação do número de quotas-partes do capital para cada associado, facultado, porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento dos objetivos sociais;
- IV- Inacessibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade;
- V- Singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo critério da proporcionalidade.
- VI- “quorum” para o funcionamento e deliberação da Assembleia Geral baseado no número de associados e não no capital;
- VII- Retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral;
- VIII- Indivisibilidade dos Fundos de Reserva e da Assistência Técnica Educacional e Social;
- IX- Neutralidade política e discriminação religiosa, racial e social;
- X- Prestação de assistência aos associados, e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa;
- XI- Área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços.³⁸

Outro ponto importante a se destacar, refere-se ao ato cooperativo, definido no artigo 79 da Lei 5.764/71, como sendo atos que “são praticados entre as cooperativas e seus associados, entre estes e aquelas e pelas cooperativas entre si quando associados, para a consecução dos objetivos sociais” Fica esclarecido que o referido ato não implica contrato de compra e venda de mercadoria ou produto, tampouco operação de mercado. De acordo com Klein (2010), é através deste que a sociedade age em nome coletivo, com ações em proveito exclusivo dos associados, tendo por base o princípio da identidade, segundo o qual os interesses da sociedade são idênticos aos dos cooperados e refletidos nos objetivos sociais.

Verifica-se também atenção dada ao objeto e classificação das sociedades cooperativas. Na legislação vigente, mais precisamente no art. 5º da Lei nº 5.764/71, é estabelecido que: “As sociedades cooperativas poderão adotar por objeto qualquer gênero de serviço, operação ou atividade, assegurando-se-lhes o direito exclusivo e exigindo-se-lhes a obrigação do uso expressão ‘cooperativa’ em sua denominação”. Fica esclarecido ainda no art. 6 da Lei nº 5.764/71 que, além do objeto, as sociedades cooperativas se classificam também pela natureza das atividades desenvolvidas por elas ou por seus associados, podendo as mesmas ser consideradas:

³⁸ BRASIL, Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

- I – singulares - as constituídas pelo número mínimo de 20 (vinte) pessoas físicas, sendo excepcionalmente permitida a admissão de pessoas jurídicas que tenham por objeto as mesmas ou correlatas atividades econômicas das pessoas físicas ou, ainda, aquelas sem fins lucrativos;
- II - cooperativas centrais ou federações de cooperativas - as constituídas de, no mínimo, 3 (três) singulares, podendo, excepcionalmente, admitir associados individuais;
- III - confederações de cooperativas - as constituídas, pelo menos, de 3 (três) federações de cooperativas ou cooperativas centrais, da mesma ou de diferentes modalidades.³⁹

No caso da Cooperativa Recicla Conquista, observa-se que a mesma classifica-se como sendo uma cooperativa singular.

No que tange a condução das cooperativas, a indicação na lei é de que o sistema cooperativo seja organizado em uma estrutura social-democrática constituída pela Assembleia Geral dos sócios, pelo Conselho de Administração e pelo Conselho Fiscal. Considerada como sendo o órgão de máximo poder, a Assembleia Geral dos sócios representa o anseio individual manifestado através do voto de cada membro. Brasil e Gusmão (2013, p. 6), destacam algumas de suas principais funções:

[...] eleger o Conselho de Administração e as demais comissões que se façam necessárias para o perfeito desenvolvimento e funcionamento da entidade; receber e aprovar as contas anuais; decidir questões relacionadas com fusões, transformações e cisões, e resolver o destino dos excedentes que se possam ter alcançado durante o exercício.

Já o Conselho de Administração, é formado por uma diretoria executiva (composta pelo presidente, vice-presidente e secretário) e membros vogais eleitos pela Assembleia Geral. Esses últimos, apesar de não terem função executiva, reúnem-se com a diretoria para tomada de decisões, conforme declarado no art. 47 da Lei nº 5.764/71. Saliencia-se ainda que, a cada eleição, é necessário haver a renovação de ao menos 1/3 dos integrantes desse Conselho, não devendo os mesmos ter mandato superior a 4 anos. Importante sinalizar que o Conselho de Administração possui legalidade para representar a sociedade cooperativa no que concerne aos assuntos de seu interesse, configurando-se em seu órgão de representação, gestão e governo (BRASIL; GUSMÃO, 2013).

Já o Conselho fiscal é composto por membros eleitos em Assembleia Geral, sendo 3 efetivos e 3 suplentes, devendo 2/3 desses serem renovados a cada eleição. O mesmo

³⁹ BRASIL, Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

representa o órgão de fiscalização e controle, cuja função principal consiste no acompanhamento dos balancetes mensais, bem como na apresentação e confirmação, aos demais associados, da veracidade das contas da cooperativa para aprovação em Assembleia Geral. Brasil e Gusmão (2013) chamam a atenção para o fato de que somente os associados podem fazer parte do Conselho Fiscal, e isso no âmbito das sociedades cooperativas brasileiras.

No caso específico da Recicla Conquista, o Conselho de Administração encontra-se composto pela presidente, que está em seu segundo mandato, e pelo secretário. A vice-presidente deixou a função e até o momento não foi substituída. A presidente informou haver ainda os conselhos de Ética e Fiscal, cuja existência só se efetiva para efeitos burocráticos. Ela não soube informar nem ao certo quantas pessoas os compõem.

Voltando-se para o entendimento das cooperativas de um modo geral, se acredita que seja de fundamental importância a compreensão dos parâmetros de conduta reguladores das sociedades e também dos cooperados, que constituem os princípios cooperativos (KLEIN, 2010; CANTÓIA, 2012). Tendo por base os princípios dos Pioneiros de Rochdale, em 1937 foram definidos sete princípios que compõem eixos norteadores do cooperativismo, sendo os mesmos reformulados, em 1995, no Congresso do Centenário do Cooperativismo promovido pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI).

Seguindo a corrente mundial, a legislação matriz do cooperativismo brasileiro os ratificou, sendo eles:

1-Adesão livre e voluntária - As cooperativas são organizações abertas a todas as pessoas aptas a usar seus serviços e dispostas a aceitar as responsabilidades como sócios, sem discriminação social, racial, política ou religiosa.

2-Controle democrático pelos sócios - As cooperativas são organizações democráticas controladas por seus sócios, os quais participam ativamente no estabelecimento de suas políticas e na tomada de decisões. Nas cooperativas singulares, os sócios têm igualdade na votação (um sócio, um voto), independentemente do volume de quotas-partes

3-Participação econômica dos sócios - Os sócios contribuem de forma equitativa e controlam democraticamente o capital de suas cooperativas. Parte deste capital é de propriedade comum das cooperativas. Os sócios destinam as sobras aos seguintes propósitos: desenvolvimento das cooperativas (possibilitado a formação de reservas, parte destas podendo ser indivisíveis); retorno aos sócios na proporção de suas transações com as cooperativas. Neste caso, é importante relatar que tanto a sobra como a formação de reservas, a cooperativa só conseguirá com a obtenção de lucro.

4- Autonomia e independência - As cooperativas são organizações autônomas para ajuda mútua, controladas por seus membros. Entretanto, em acordo operacional com outras entidades, inclusive governamentais, ou

recebendo capital estrangeiro de origem externa, elas devem fazê-lo em termos que preservem seu controle democrático pelos sócios e mantenham sua autonomia.

5- Educação, treinamento e informação - As cooperativas proporcionam educação e treinamento para os sócios, dirigentes eleitos, administradores e funcionários, de modo a contribuir efetivamente para seu desenvolvimento.

6- Cooperação entre cooperativas - As cooperativas atendem seus sócios mais efetivamente e fortalecem o movimento cooperativo, trabalhando juntas através de estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.

7- Preocupação com a comunidade - As cooperativas trabalham pelo desenvolvimento sustentável de suas comunidades, através de políticas aprovadas por seus membros (MAGERA, 2005, p.55).

Brasil e Gusmão (2013) chamam a atenção para a necessidade das cooperativas seguirem esses princípios para que possam cumprir seu papel social e democrático, e terem o exercício eficaz de sua atividade. Isso lhes afirma como uma organização peculiar que atua enquanto empresa econômica subordinada a regras doutrinárias de conteúdo ético e moral, diferenciando-se, assim, das sociedades comerciais.

Contudo, Cantóia (2012) chama atenção para alguns fatores que podem levar as cooperativas de um modo geral, a sucumbir em princípios que as regem, tais como: a ausência de infraestrutura, do apoio dos órgãos públicos, de divulgação, trabalhos de educação ambiental e apoio da população e, por fim, de políticas públicas efetivas que possibilitem ações nas realidades de cada município.

Discorrendo sobre esses fatores e voltando-se especificamente para a Recicla Conquista, o coordenador geral disse haver necessidade de melhorias na estrutura física da cooperativa; investimento em mais maquinários apropriados, na capacitação dos cooperados; apoio dos órgãos públicos, com políticas públicas efetivas que fomentem a reciclagem de acordo com a realidade da cidade; trabalhos de conscientização e mobilização popular, por meio de parcerias entre a Prefeitura Municipal, instituições e universidades.

Os cooperados, unanimemente, também apontaram para a necessidade de um maior reconhecimento por parte da sociedade e da Prefeitura Municipal, bem como de um maior apoio/colaboração para que a expansão da coleta seletiva se torne possível, haja vista se tratar de um tipo de atividade intrinsecamente associada à questões ambientais e sociais, sendo, portanto, amplamente significativa: “Eles precisam reconhecer que aqui não é lixo, é fonte de renda”,⁴⁰ declara um cooperado.

⁴⁰ Entrevista cedida em março de 2014.

Castro et al (2011) acreditam que uma forma de colaborar no sentido de facilitar o trabalho dos catadores, seria discutir e estudar a questão dos resíduos em escolas, creches, comunidades de bairros, debatendo-as em rádios e programas televisivos, de modo a levar à população a conscientização dos perigos e vantagens que os resíduos podem trazer, bem como o entendimento da importância da atividade de catação e da reciclagem para o meio ambiente.

Outro ponto que aparece como problema é o fato de muitos gestores se colocarem na condição de patrões de empreendimentos capitalistas, com imposição de regras, intensificação do ritmo de trabalho, deixando de lado a questão da emancipação do sujeito, sendo que este “devido à inúmeros processos de exclusão e precarização do trabalho, não se vê como agente tomador de decisões políticas, culturais e sociais no núcleo da cooperativa” (CANTÓIA, 2012, p. 59). Segundo essa autora, os que assim agem, não possuem claro o que seja uma cooperativa de trabalho solidário.

No caso da Recicla Conquista, os cooperados afirmaram que apesar de não haver patrão, há alguns que querem sempre dar ordens nos demais (diretoria/coordenação). Os catadores afirmaram que consideram isso necessário, contudo, desde que fosse de modo organizado. Sobre a existência de possíveis hierarquias, uma cooperada fez a seguinte declaração: "se a gente não obedecer ou se responder mal a coordenação, leva 15 dias de suspensão e fica sem receber. Não pode falar, discutir; eu mesmo não desacato."⁴¹ Observa-se, assim, a inexistência de diálogo entre os cooperados, o que dificulta a gestão compartilhada.

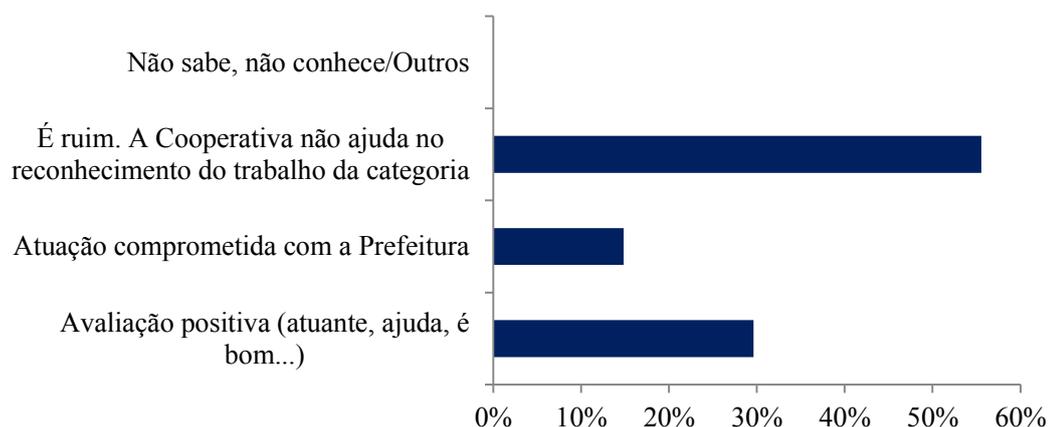
A Prefeitura Municipal e a OSCIP Pangea atuam diretamente na organização, administração e coordenação da Recicla Conquista, ficando sob o encargo destas o repasse do pagamento aos cooperados; a distribuição dos mesmos em seus locais de trabalho; a captação de recursos; a promoção de cursos de capacitação profissional, entre outros.

A forma de organização e funcionamento da cooperativa é avaliada positivamente por 30% dos cooperados, pois mesmo considerando a necessidade de melhorias, creem na eficiência do trabalho que vem sendo desenvolvido; 15% acreditam que a mesma tem uma atuação comprometida com a Prefeitura Municipal; 56% declarou ser ruim, de modo que consideram que a existência da Recicla Conquista não ajuda no reconhecimento do trabalho da categoria, conforme declara um dos cooperados: “a cooperativa é mal organizada, eles não

⁴¹ Entrevista cedida em março de 2014.

correm atrás de recursos, benefícios, a diretoria não se interessa como deveria; há também muita desunião entre os cooperados”⁴² (GRÁFICO 10).

Gráfico 10 - Concepção dos trabalhadores cooperados com relação à gestão administrativa da Cooperativa Recicla Conquista - 2014.



Fonte: Pesquisa de Campo, janeiro a março de 2014.

Os trabalhadores catadores afirmaram, ainda, a necessidade de mudanças referentes à gestão administrativa da cooperativa, considerando que a mesma deveria ocorrer de forma mais transparente e com maior participação dos cooperados, sendo que 15% deles acreditam que as funções da cooperativa encontram-se bem definidas, enquanto 85% consideram que não estão. Um dos atuais cooperados e antigo presidente da Recicla Conquista, demonstrou seu descontentamento com tal situação: “[...] a gente aqui faz a triagem do material e só carrega e descarrega caminhão pesado, nós não sabemos de mais nada e quando a gente vai perguntar, vai reclamar, acaba é tendo briga”⁴³.

Tudo isso remete à questão da realização de reuniões. Os cooperados salientaram que no período inicial da Recicla Conquista, as reuniões aconteciam com certa constância (mensalmente); contudo, nos últimos quatro anos houve apenas cinco reuniões, de modo que há um intervalo de tempo muito longo entre elas. Um cooperado disse que as vezes nem todos são comunicados sobre a realização das mesmas, “virando uma reuniãozinha interna somente entre os catadores que trabalham nos galpões”⁴⁴. Cantóia (2012) afirma que não informar o coletivo sobre as ações realizadas, acaba por favorecer a questão do controle nas mãos de um

⁴² Entrevista cedida em março de 2014.

⁴³ Entrevista cedida em março de 2014

⁴⁴ Entrevista cedida em março de 2014.

grupo na cooperativa. Essa mesma situação foi constatada na Cooperativa de Materiais Recicláveis de Itapeva (COAMARI), realidade essa que, segundo essa autora, deve ser modificada através de permutas constantes de informações entre os cooperados.

O coordenador geral da cooperativa Recicla Conquista, por sua vez, informou a participação de apenas alguns cooperados nas assembleias, pois, segundo ele, nem todos manifestam interesse, mas que pelo menos 51% dos membros da cooperativa tem que estar presentes para decisões dos pontos colocados em pauta.

Dentre os cooperados, 51% declararam que geralmente não participam desses encontros por falta de interesse, ou mesmo devido à dificuldade de locomoção dos Ecopontos e Pontos de Apoio, até o Galpão 1, local onde são realizadas as reuniões.

Já os demais (49%), disseram que nessas reuniões são discutidos principalmente os assuntos do dia-a-dia; faltas ao trabalho; desligamento de cooperados; admissão de novos membros; problemas de relacionamento e expansão da coleta seletiva; metas da cooperativa, etc. Um dos cooperados disse que tais metas ficam somente no papel, pois, para ele, nunca há uma melhora. Um outro questionou a insuficiência de clareza/transparência dos assuntos abordados, ao fazer a seguinte declaração: “quase nunca tem reunião e, quando tem, eles nunca expõe as coisas todas para nós, a gente aqui acaba é sendo tapiado.”⁴⁵

Os cooperados afirmaram estar cientes da importância da realização periódica de assembleias com a participação e envolvimento de todos.

O coordenador geral da Recicla Conquista, disse ainda ser necessário trabalhar no sentido da cooperativa vir a ter capacidade de se autogerir, sem a total dependência da Prefeitura Municipal. Contudo, essa tarefa, segundo ele, não é fácil, uma vez que à falta de capacitação profissional dos cooperados, soma-se o desinteresse dos mesmos em aprender, o que torna o catador uma pessoa difícil: “eles são uma classe da sociedade que sentem que se a gente não der o que eles precisam, eles não vão conseguir caminhar. A gente dá a vara de pescar, daí eles falam: não tem como você me dá o peixe?”⁴⁶.

Mayer (2009) pondera que o fortalecimento das cooperativas se efetiva enquanto se constituírem em instrumentos geradores de trabalho e renda, atraindo investimentos ou fundos públicos. Caso sejam cessados os recursos públicos de fomento, se tornam quase que improvável a sobrevivência da iniciativa solidária.

Somente 35% dos cooperados acreditam que a Recicla Conquista poderia ter “vida própria” com maior autonomia, crendo que, para tanto, é preciso colocar na administração

⁴⁵ Entrevista cedida em março de 2014.

⁴⁶ Entrevista cedida em abril de 2014.

alguém que não pertença a cooperativa, uma pessoa de confiança que saiba resolver as questões. De acordo com esses trabalhadores, seria necessária ainda uma maior capacitação/treinamento dos cooperados, de modo que todos viessem a participar e ter maior envolvimento no que concerne às questões administrativas, às formas de funcionamento da cooperativa, etc. A busca por um maior apoio e parcerias com outras empresas foi mencionada por eles como necessária para o fortalecimento dessa autonomia.

A maior parte dos cooperados (65%), disse não acreditar que a Recicla Conquista possa funcionar sem o auxílio de intervenções externas, não sendo então capaz de caminhar sozinha. De acordo com Silva (2007), nesse processo de consolidação, no que se refere à gestão e à forma organizacional, é necessária a conquista da autonomia e identidade próprias, principalmente no que diz respeito a administração de conflitos internos e no rompimento de paradigmas cristalizados no imaginário dos cooperados, tal como o modelo empregador-empregado.

Tudo isso remete ainda a percepção dos mesmos sobre o cooperativismo, sendo que 46% consideram que esse se caracteriza pelo trabalho participativo de todos; 33% acreditam que deva se constituir em um tipo de organização onde alguém toma as decisões e 20% menciona a distribuição de renda igual para todos. A questão do valor do pagamento de acordo com a produção, não foi mencionada.

O coordenador geral acredita que haja, por parte dos cooperados, a consciência do que seja o cooperativismo, mas com certa resistência à sua aplicação:

Saber eles sabem, só não aplicam. Não existe um patrão, e eu sinto e vejo a necessidade deles de quererem muito ter um patrão, porque a falta de confiança entre eles é muito grande. Um grupo de pessoas coesas e que entende que, se um falhar, todos vão sofrer as consequências, isso na cooperativa não existe. Eles gostariam de ser independentes no sentido de cada um ganhar o que é seu, pois não querem trabalhar um para o outro. Então a dificuldade maior que eu vejo na cooperativa, é que se tem um entendimento básico do que é o cooperativismo, uma ajuda mútua, só que isso não acontece na prática. Para se ter uma ideia, existe uma divisão dentro da própria cooperativa em subgrupos, e isso já é um estigma que vem desde a época que ainda eram famílias coletando material (disputando) no espaço do lixão; não confiavam uns nos outros e ainda não confiam. Isso foi trabalhado na tentativa de modificar esse comportamento, mas você sente de cada um ali ainda querer estar por si.⁴⁷

⁴⁷ Entrevista cedida em abril de 2014

Diante das discussões propostas, torna-se evidente a fragilidade das cooperativas de um modo geral, e da Recicla Conquista, em particular; porém, a sua força e valor também devem ser evidenciados, considerando toda a sua trajetória de lutas e conquistas. É preciso se ter em mente a necessidade da busca constante por melhorias, que devem ser norteadas sempre pelos valores representativos de autogestão, cooperação, solidariedade, dimensão econômica, democracia, transparência, responsabilidade e vocação social.

3.4 Cooperativas de Trabalho: temas atuais e aspectos jurídicos

O sistema cooperativo no Brasil, atualmente encontra-se dividido em ramos, segmentos ou tipos (BRAGAGNOLO, 2013), estabelecidos pela OCB com aprovação do seu Conselho Diretor em 4 de maio de 1993, sendo eles: trabalho, agropecuário, consumo, crédito, educacional, especial, infraestrutura, habitacional, mineral, produção, saúde, turismo e lazer, transporte de cargas e passageiros.

Especificamente com relação ao segmento trabalho, entende-se que esse seja formado por pessoas ligadas a uma dada ocupação profissional, no intuito de pleitear trabalho e renda ou mesmo melhorar a remuneração do próprio trabalho. A OCB (2008) o aponta como sendo um segmento amplo, que abrange integrantes de várias ocupações, tais como: catadores de lixo, mecânicos, rendeiras, garçons, taxistas, engenheiros, consultores de empresas, professores, etc.

Com o objetivo de disciplinar o funcionamento e a organização das cooperativas de trabalho e buscando a superação dos desafios impostos pela compreensão inadequada dos valores e princípios do cooperativismo, é que foi criada a Lei nº 12.690 de 19 de julho de 2012. Assim, na tentativa de se adequar as necessidades do país em relação ao gerenciamento e gestão dos resíduos sólidos, com um viés de "controle", a mesma:

Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho - PRONACOOP; e revoga o parágrafo único do art.44.221 da consolidação das Leis de Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.⁴⁸

⁴⁸ BRASIL, Lei nº 12.690 de 19 de julho de 2012.

Cantóia (2012) considera como aspecto positivo o fato das cooperativas de trabalho, dentre elas a dos catadores de materiais recicláveis, passarem a ser reconhecidas legalmente. Mas cabe sinalizar que houve introdução de elementos na Lei n.º 12.690/2012 que se distinguem da Lei n.º 5.764/1971 (Lei do cooperativismo). Contudo, no caso de conflitos entre esses dispositivos legais, prevalece o disposto na nova legislação, tal como garantido no art. 1.º da Lei n.º 12.690/2012.

Dando-se evidência as principais inovações às cooperativas de trabalho, presentes na Lei 12.690/2012, pode-se mencionar as que se referem a:

- Redução do número mínimo de sócios para constituição de uma cooperativa de trabalho, de 20 (conforme a antiga Lei) para o número mínimo de 7 sócios;
- Instituição de direitos mínimos dos sócios, tais como: retiradas não inferiores ao piso da categoria profissional ou ao salário mínimo; carga horária de trabalho de 8 horas diárias e 44 horas semanais, ressalvadas escalas e plantões, que poderão ser compensadas; repouso semanal e anual remunerados; retirada para o trabalho noturno superior ao diurno; adicional para atividades insalubres ou perigosas; observância obrigatória das normas de saúde e segurança do trabalho em vigor; seguro acidente de trabalho, etc.
- Além da realização da Assembleia Geral (Ordinária e Extraordinária) já previstas na Lei n.º 5.764/1971, tornou-se ainda obrigatória a realização de ao menos uma Assembleia Geral Especial anual, para tratar de assuntos específicos como organização do trabalho, disciplina, gestão da cooperativa, direitos e deveres dos sócios, dentre outros;
- Passou-se a ser também necessária a utilização da expressão “Cooperativa de Trabalho” no nome da cooperativa.

A nova Lei das cooperativas, ainda dispõe as penalidades para as sociedades cooperativas que fraudarem a legislação trabalhista. Nos artigos 17 e 18 da Lei 12.690/2012, encontram-se previstas aplicação de multas, além de sanções pessoais aos responsáveis por fraudes de caráter penal, civil e/ou administrativo, delegando-se ao Ministério do Trabalho e Emprego a incumbência da fiscalização.

Foi estabelecido um prazo de 12 meses a partir da publicação dessa Lei, para as cooperativas assegurarem aos seus membros tais direitos, que devem ser inseridos nos estatutos sociais, conforme se observa no art. 28 da Lei 12.690/2012.

No caso da Recicla Conquista, o coordenador geral disse estar trabalhando no sentido de organizar financeiramente a Cooperativa para que haja um desconto no montante total da porcentagem referente a contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), de

modo que todo cooperado possa estar assegurado. Quanto aos direitos mencionados, verificou-se que muitos deles não são observados, principalmente os referentes ao adicional para atividades insalubres, seguro acidente de trabalho, observância das normas de saúde e segurança do trabalho, regularidade na realização de assembleias e retiradas não inferiores ao salário mínimo.

Assim, nota-se que na Lei n.º 12.690/2012, foram estabelecidos direitos mínimos que devem ser assegurados aos cooperados, sendo conferido aos mesmos alguns dos direitos sociais do trabalho constantes no art. 7º da Constituição Federal. A expectativa é de que essa iniciativa de regulamentação contribua para amenizar a elevada quantidade de fraudes trabalhistas.

Contudo, atenção deve ser dada ao fato de que a Lei n.º 12.690/2012 não trouxe para as cooperativas de trabalho obrigações típicas da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), conferidas àqueles que exercem suas atividades na condição de empregados. É por esse motivo que Miranda (2013) considera como sendo paradoxal a instituição de deveres de garantias a serem asseguradas aos membros da cooperativa, visto que apenas alguns direitos trabalhistas de empregados celetistas foram importados para a relação interna entre cooperados e cooperativa.

Silva e Severo (2014), por sua vez, avaliam que a atribuição de direitos trabalhistas aos cooperados seja contraditória à própria natureza do cooperativismo, denunciando a fraude inscrita. Segundo eles, tudo isso deixa transparecer a falácia de um discurso protecionista, acreditando que a diferença entre os direitos mínimos em relação àqueles assegurados aos que têm vínculo empregatício, permite que os serviços prestados pelas cooperativas sejam disputados por menor preço e igualdade de condições.

Aspecto importante a se destacar, é que com a Lei 12.690/2012 houve a revogação do parágrafo único do artigo 442 da CLT, o qual rebatia o vínculo empregatício entre cooperativa e cooperados e desses em relação à empresa tomadora de serviços. Segundo Silva e Severo (2014), a real intenção dessa revogação era a de tentar evitar a burla do contrato de trabalho que se dá com a proliferação de cooperativas destinadas à intermediação fraudulenta de mão de obra.

Um passo no sentido de combate a essa fraude, é o impedimento, expresso na Lei 12.690/2012, da utilização das cooperativas de trabalho como fornecedoras de mão de obra para as empresas, enquanto intermediadora de força de trabalho subordinada. Contudo, essa medida não foi suficiente para solução dessa questão, uma vez que remeteu a outro aspecto

alvo de contestações, que Miranda (2013) entendeu como sendo a dual divisão da cooperativa de trabalho nos segmentos de produção e de serviço, considerando-se, conforme o art. 4º da Lei 12.690/2012, que uma cooperativa seja:

- I - de produção, quando constituída por sócios que contribuem com trabalho para a produção em comum de bens e a cooperativa detém, a qualquer título, os meios de produção; e
- II - de serviço, quando constituída por sócios para a prestação de serviços especializados a terceiros, sem a presença dos pressupostos da relação de emprego.

Essa dicotomia do tema fundamentada nas duas vertentes supracitadas, propostas na nova Lei, acabou por conduzir ao entendimento de que o reconhecimento da cooperativa de serviço como atividade prestadora de serviços especializados a terceiros, a assemelhará as empresas prestadoras de serviços terceirizados (MIRANDA, 2013). Silva e Severo (2013) acreditam que pensá-la como sendo uma nova forma empresarial de prestação de serviços, significa assemelhá-la a qualquer outro empreendimento capitalista.

Tal condição emana certa complexidade, levando a alguns teóricos, a exemplo de Miranda (2013), a questioná-la veementemente, haja vista estar se tratando de empreendimentos econômicos de caráter solidário, regidos por princípios específicos. Vale (2009), por sua vez, acrescenta apontando para a percepção do trabalho cooperativo como um novo paradigma para as relações trabalhistas, fundamentadas no trabalho solidário, associativo e não lucrativo, no qual as relações de caráter tipicamente capitalistas não deve prevalecer.

Especificamente com relação às cooperativas de catadores de materiais recicláveis, com a promulgação da Lei 12.690/2012, passou-se a se observar alguns casos em que houve a sua contratação por governos municipais que muitas vezes determinam o local de coleta e a destinação dos resíduos, com a indicação dos compradores do material reciclável. Para Silva e Severo (2013), essa situação trata-se de uma ingerência indevida, caracterizada pela submissão que acaba por desvirtuar o caráter cooperativo do trabalho realizado. O que os cooperados almejam é ter a possibilidade de receber o que seria justo pelo seu próprio trabalho, bem como destinar o excedente no que julgarem como sendo mais adequado, levando-se em consideração os interesses de todos os envolvidos.

No caso da Recicla Conquista, o coordenador geral, funcionário da Prefeitura Municipal, disse apenas indicar possíveis compradores com base nas melhores ofertas, mas

que cabe aos cooperados a decisão final. Já a presidente da cooperativa declarou encaminhar, juntamente com o tesoureiro, o material para comercialização; contudo, disse não ter conhecimento da quantidade total mensal desses materiais:

Eu nem sei, por que nós não sentamos assim para somar, mas às vezes é de 40 ou 50 toneladas em média ou bem mais que isso. Você sabe que eu nem sei, porque o pessoal dos Ecopontos traz, pesa e coloca os valores nas planilhas e daí fica tudo guardado, mas aí agente não fica somando não, por que eu mesmo não gosto de ficar 'futucando' estas partes, até mesmo por que eu tenho que trabalhar né, no galpão.

Os cooperados disseram não ter conhecimento da quantidade total comercializada, sendo que 17% disseram ter conhecimento dos preços praticados, enquanto 83% não sabem. Essa situação revela um desconhecimento de informações importantes por parte da maioria deles, inclusive da própria presidente da cooperativa, fato que dificulta a realização do trabalho em conformidade com os princípios do cooperativismo, bem como o alcance dos interesses comuns.

Situação semelhante também pode ser constatada na Cooperativa de Reciclagem de Itapetininga (COOPERITA), onde também apenas o servidor da prefeitura municipal possui acesso aos dados de compra e venda dos materiais recicláveis e ao banco de dados armazenados no computador da cooperativa, com a alegação de que nenhum dos cooperados possui conhecimento básico sobre informática. Segundo Cantóia (2012), tal realidade precisa ser mudada, de modo que todos os cooperados devem ter acesso e saber manusear o computador, uma vez que se visa a autonomia dos mesmos. Essa autora acredita que os grupos parceiros (externos aos cooperados), devem apontar caminhos para a resolução dos problemas, ao invés de comandarem as ações.

Esses aspectos mencionados levaram a manifestações de repúdio a Lei 12.690/12, mesmo anteriormente a sua aprovação, a exemplo da nota expedida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG, 2012, p. 4), segundo a qual:

[...] a organização de trabalhadores na forma proposta pela Lei 12.690/2012, desonera os empregadores e transfere para os trabalhadores os riscos do negócio e outros ônus, inclusive o burocrático e o controle da subordinação, ou seja, alivia o patrão e sobrecarrega o trabalhador. Desonera o Governo de sua responsabilidade e coloca mais um pesado fardo sobre os ombros dos trabalhadores, rotulando este modelo como moderno e progressista, quando, na verdade, esconde a flexibilização de direitos trabalhistas com o claro objetivo de diminuir os custos com mão de obra do empregador.

Assim, se observa que se trata de uma questão complexa, sendo constantes as lutas em prol de um cooperativismo dito verdadeiro. Cantóia (2012) pondera que, diante desse cenário, elementos como diversidade da divisão do trabalho nas cooperativas, a questão dos resíduos e o trabalho dos catadores, dentre outros, devem ser analisados também de forma pontual e criteriosa, levando-se em consideração a formação histórica de cada cooperativa e do município onde as mesmas se encontram. Acredita-se ainda que não se deva deixar de enaltecer as mudanças ocorridas em relação ao reconhecimento do catador e das cooperativas de materiais recicláveis, como conquistas resultantes do trabalho e luta dessa categoria.

CAPÍTULO IV
O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA GESTÃO DOS
RESÍDUOS SÓLIDOS

4.1 A Política Nacional de Resíduos Sólidos

Preocupações com a questão da saúde pública e a preservação dos recursos naturais, associada aos resíduos sólidos, implica em demandas sociais por políticas públicas que tratem desses temas. Como reflexo dessas demandas, foi criada a Lei federal nº. 12.305, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). A mesma foi sancionada em 02 de agosto de 2010, após 21 anos de tramitação no Congresso Nacional, ou seja, desde o ano de 1989. Regulamentada pelo Decreto 7.404 em dezembro de 2010, que estabelece normas para a sua execução, esta lei traz em seu texto a articulação entre as esferas do setor produtivo, da sociedade civil, da União, dos estados e municípios. Ela é considerada como um marco histórico da gestão ambiental no Brasil, sendo entendida como um expressivo avanço na defesa do meio ambiente, uma vez que contém instrumentos importantes capazes de possibilitar um melhor enfrentamento dos principais problemas sociais, ambientais e econômicos, decorrentes do manejo inadequado dos resíduos sólidos.

Consta no artigo 5º da PNRS, que esta lei:

[...] integra a Política Nacional do Meio Ambiente e articula-se com a Política Nacional de Educação Ambiental, regulada pela Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, com a Política Federal de Saneamento Básico, regulada pela Lei nº 11.445, de 2007, e com a Lei no 11.107, de 06 de abril de 2005 (BRASIL, Lei 12.350, de 02 de agosto de 2010).

Cantóia (2012) enfatiza que o estabelecimento das diretrizes nacionais para o saneamento básico, constituiu o marco legislativo para a limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, assuntos pertinentes à PNRS.

É importante ressaltar que a Lei nº. 12.305/2010 prevê a redução na geração de resíduos, propondo a prática de hábitos de consumo sustentável e um conjunto de instrumentos (como os planos de gestão, os incentivos econômicos e o licenciamento ambiental) de incentivo à reciclagem, à reutilização dos resíduos sólidos e à destinação ambientalmente adequada dos rejeitos (MMA, 2014). Assim, se observa que na destinação dos resíduos é priorizada a reutilização e reciclagem, ficando para o último plano a disposição final em aterro sanitário.

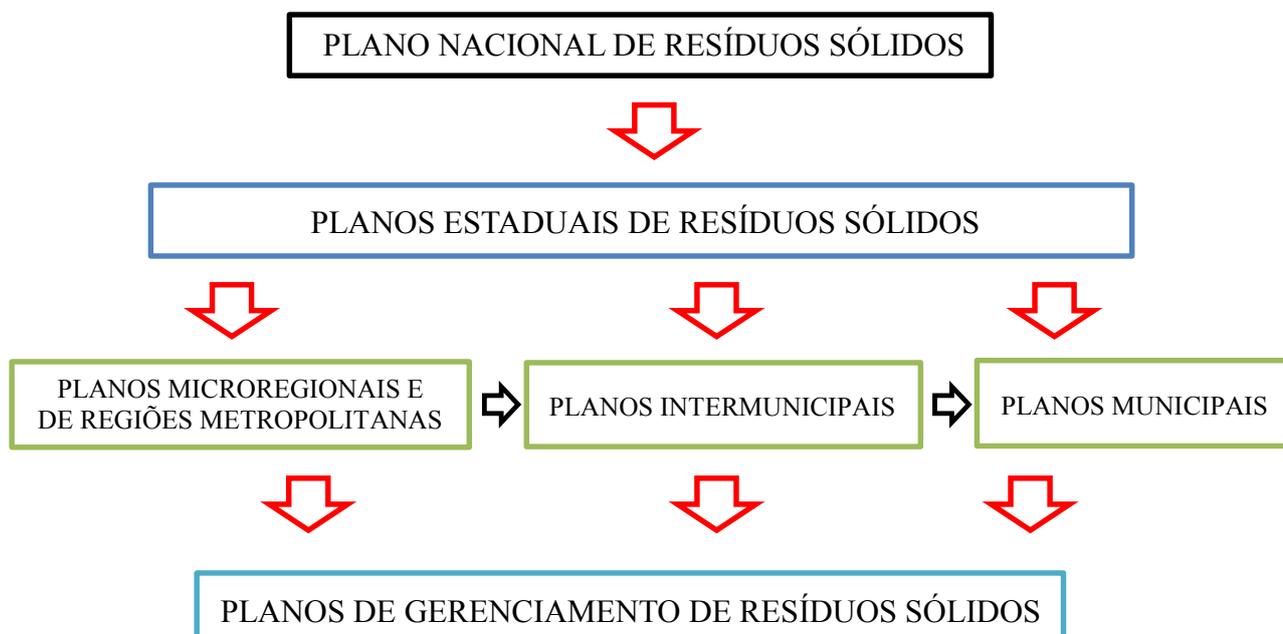
Além da promoção da reciclagem e reutilização dos resíduos sólidos, bem como de lógicas de consumo mais sustentáveis, foram estabelecidas na PNRS metas consideradas centrais, sendo elas:

- Fechamento de lixões até 2014, de modo que os lixões a céu aberto sejam substituídos por aterros sanitários;
- Destinação de apenas rejeitos aos aterros sanitários, sendo que apenas 10% dos resíduos sólidos são rejeitos;
- Elaboração de planos de resíduos sólidos nos municípios, no intuito de ajudar prefeitos e cidadãos a descartar de forma correta o lixo (CANTÓIA, 2012).

Além dessas metas, a ABETRE (2014) destaca a proposta de reabilitação de áreas de lixões; redução da porcentagem de resíduos úmidos disposta em aterros; recuperação de gases de aterros sanitários; inclusão e fortalecimento dos catadores; elaboração de planos estaduais (até 2013), microrregionais e intermunicipais (até 2014) e dos Planos de gerenciamento de resíduos sólidos (FIGURA 11); cobrança por serviços de resíduos sólidos urbanos por parte dos municípios, entre outras.

Pretende-se o alcance de tais metas para que de fato sejam eliminados os lixões das cidades brasileiras, bem como instituídos instrumentos de planejamento do nível nacional ao municipal (MMA, 2014).

Figura 11: Categorias dos Planos de Resíduos Sólidos Urbanos - 2012



Fonte: SEDUR / UESC, 2012.

Partindo-se da premissa de que todos os municípios, estados ou país deve se ocupar com a gestão⁴⁹ e gerenciamento⁵⁰ dos resíduos, Cantóia (2012) acredita que o item Plano de Resíduos Sólidos, deve ser focado para um bom planejamento das ações, considerando-se que se o mesmo for bem elaborado, gerido e fiscalizado, se poderá atingir as metas da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Quanto aos planos municipais de resíduos sólidos, Cantóia (2012) aponta que as Prefeituras devem contar com mecanismos de suporte, a exemplo de “capacitações técnicas para elaboração dos planos que englobem sistemas participativos com inserção dos catadores e a formação de uma equipe capaz de colocar as ações sugeridas em prática” (CANTÓIA, 2012, p. 28).

Observa-se ainda que a elaboração dos planos municipais de resíduos sólidos, é um condicionante para o acesso aos recursos da União ou por ela controlados, conforme estabelecido na PNRS.

No que se refere ao Plano Nacional de Resíduos Sólidos, cabe enfatizar que a elaboração do mesmo foi proposta com ampla participação social. Este engloba desde a geração até o descarte final de diversos tipos de resíduos, bem como alternativas de gestão e gerenciamento, sendo levados em consideração as metas, planos, projetos, contexto regional e ações para cada elemento que o constitui (CANTÓIA, 2012).

A ABETRE, por sua vez, faz algumas considerações sobre o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, considerando-o:

- Muito amplo, com 29 diretrizes e 170 estratégias (algumas redundantes);
- Incompleto quanto a resíduos comerciais e de serviços, e resíduos de saneamento (não incluídos);
- Bem formulado quanto à escolha das 29 metas;
- Ineficiente quanto a prazos para cumprimento (só 5 estratégias têm prazo;18 metas preveem 100% em 2015);

⁴⁹ **Gestão integrada de resíduos sólidos:** conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável (BRASIL, art. 3º, inciso X da Lei nº 12.305 de 2 de agosto de 2010).

⁵⁰ **Gerenciamento de resíduos sólidos:** conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, de acordo com plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos ou com plano de gerenciamento de resíduos sólidos, exigidos na forma desta Lei (BRASIL, art. 3º, inciso X da Lei nº 12.305 de 2 de agosto de 2010).

-Ineficaz quanto às responsabilidades pelo cumprimento das metas [...] e quanto a mecanismos de acompanhamento (vários ainda não existem) (ABETRE, 2014, p. 27).

Desse modo, acredita-se que a sua eficiência depende do estabelecimento de diretrizes e estratégias que foquem a organização e distribuição das responsabilidades pela implementação e cumprimento da PNRS, com o desenvolvimento de projetos, programas e ações para o alcance dos objetivos propostos.

Nesse sentido, é importante que sejam utilizados meios de fiscalização e controle das formas de gestão pública e avaliação das metas. O Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (SINIR), detalhado no Decreto 7.404/2010, bem como a criação de um banco de dados nacional (presente no Portal de Resíduos Sólidos) - foram propostos no intuito de facilitar o monitoramento das formas de implementação e operacionalização da gestão de resíduos sólidos nos estados e municípios do país (ABETRE, 2014). Isso se dá por meio do armazenamento, tratamento e fornecimento de informações que apoiem os processos de gestão dos resíduos.

Outro item de suma importância tratado na PNRS, mais especificamente no art. 30º dessa Lei, é a instituição da responsabilidade compartilhada dos geradores de resíduos. Esta se trata de um conjunto de ações destinadas a reduzir os impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental, decorrentes do ciclo de vida dos produtos, visando ainda tornar mínimo o volume de rejeitos e resíduos sólidos gerados, conforme consta no art. 3º, inciso I da Lei nº 12.305/2010. A responsabilidade compartilhada abrange fabricantes, distribuidores, importadores, comerciantes, consumidores e os titulares dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos e de limpeza urbana. Considera-se que todos esses (empresas, governo e consumidores) são responsáveis pela redução dos impactos causados à qualidade ambiental e a saúde humana decorrentes do ciclo de vida dos produtos, bem como pela minimização do volume de rejeitos e resíduos sólidos gerados.

Ao lado da responsabilidade compartilhada, outro ponto de destaque é o Acordo Setorial, definido no art. 3º, inciso I da Lei 12.305/2010, como sendo um ato de natureza contratual firmado entre o poder público e comerciantes, fabricantes, distribuidores ou importadores, tencionando a implantação da responsabilidade compartilhada e a Logística Reversa. Sua principal finalidade seria a de fazer com que os agentes responsáveis pelo fornecimento de matéria prima, fabricação, comercialização e destinação final dos produtos, contribuam para um sistema de produção e consumo sustentável, por meio de soluções

ambientalmente corretas para o ciclo de vida dos produtos. Assim, este acordo permite que empresas do setor, independente dos sistemas públicos, se responsabilizem pelo recolhimento e destinação final dos resíduos de seus produtos (PRS, 2014). Contudo, isso de modo algum desobriga o poder público a realizar planos para o gerenciamento do lixo.

Quanto à Logística Reversa, considerada como um avanço na reforma sanitária brasileira, é definida no art. 13 da Lei 12.305/2010, como sendo:

[...] o instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado pelo conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada.

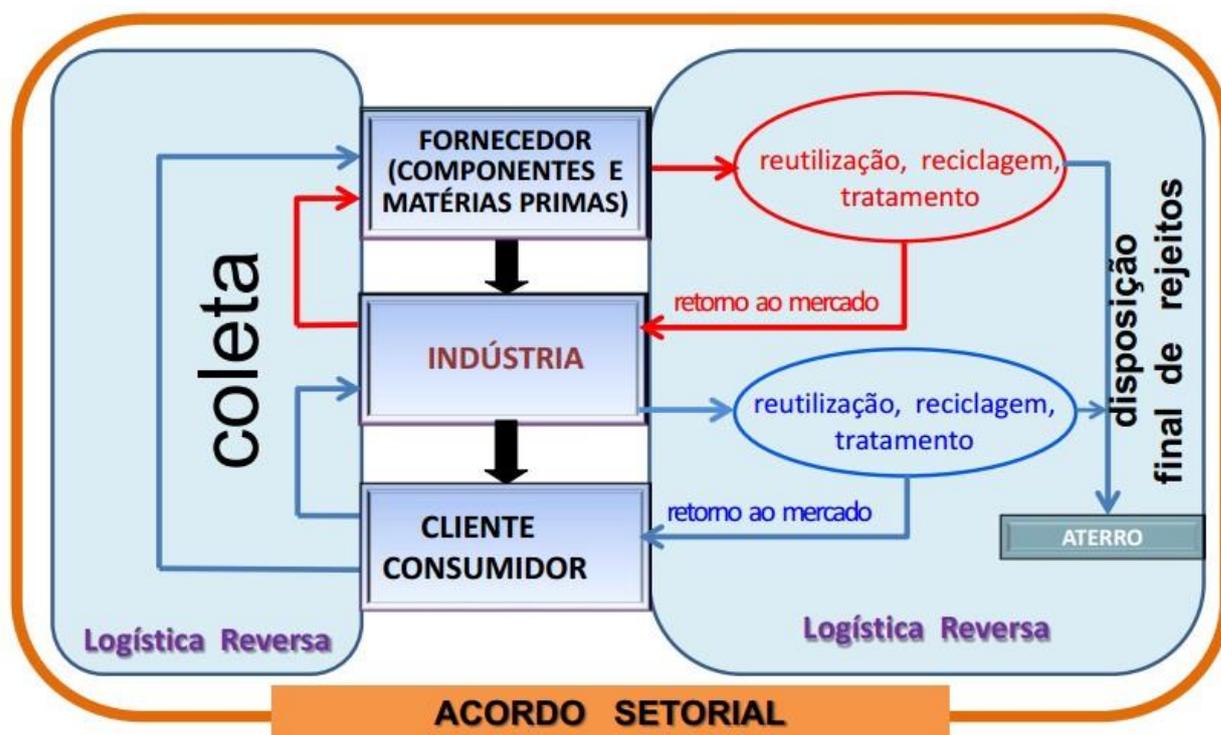
De acordo com o Portal Brasil (2014), no país há cinco cadeias de logística reversa sendo implantadas: lâmpadas de vapor de sódio e mercúrio, e de luz mista; embalagens plásticas de óleos lubrificantes; embalagens em geral; produtos eletroeletrônicos e seus resíduos e descarte de medicamentos (no caso desse último, as propostas ainda se encontram em negociação).

Na Figura 12 é representado o esquema do Acordo Setorial, onde se vislumbra o ciclo percorrido pelos resíduos sólidos com o retorno dos produtos às indústrias, após o consumo, por meio de um conjunto de ações pautadas na Logística Reversa e na responsabilidade compartilhada entre governo, empresas e população.

O que se observa é a proposta de mecanismos destinados tanto a gestão integrada, quanto ao gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos.

De forma a incentivar o cumprimento das obrigações da coletividade na implantação dessas políticas, são explicitadas na referida lei (art. 6º, inciso II), os princípios do poluidor-pagador e do protetor-recebedor. Segundo Araújo (2011), o princípio do poluidor-pagador constitui-se em um instrumento econômico de política ambiental, que determina que o poluidor ou potenciais poluidores arquem com as despesas estatais atinentes à prevenção, repressão ou reparação dos danos ambientais. Quanto ao princípio do protetor-recebedor, esse mesmo autor sinaliza que:

Figura 12: ligações entre a Logística Reversa, a Responsabilidade Compartilhada e o Acordo Setorial - 2014



Fonte: Ministério do Meio Ambiente, 2014.

Tal princípio [...] focaliza os não poluidores do meio ambiente, ao defender a ideia de que o indivíduo que protege uma área, deixando de degradá-la, deverá receber incentivos, financeiros ou não, como forma de compensá-lo pela prestação de um serviço de proteção ambiental (ARAÚJO, 2011, p. 158).

Assim, se observa que o princípio do protetor-recebedor relaciona-se a programas de pagamento por serviços ambientais, com a adoção de incentivos – tributários, fiscais e/ou creditícios - de modo que o agente que tiver uma conduta ambientalmente positiva, seja de alguma forma compensado (HUPFFER et al, 2011).

Por fim, ao se falar na PNRS, não se pode deixar de mencionar um dos seus diferenciais mais relevantes, que é o estímulo ao processo de inclusão dos catadores de materiais recicláveis como meio de enfrentamento das desigualdades sociais. No art. 7º da Lei nº 12.305/10, é explícito que a inovação se dá por meio da tentativa de inclusão dos mesmos tanto na Logística Reversa quando na coleta seletiva, dando-se prioridade, nas aquisições e contratações governamentais, para a integração destes em ações que abarquem a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos. Nesse mesmo sentido, cabe

mencionar o Decreto 7.405 de 23 de dezembro de 2010, que institui o Programa Pró-Catador, que segue diretrizes do Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis (CIISC) e prevê, entre outras providências, a adesão voluntária dos entes federados a este Programa.

A análise do exposto referente à Política Nacional de Resíduos Sólidos, possibilita a percepção da sua amplitude e complexidade, por abranger aspectos de ordem social, ambiental e econômica, representados pela ABETRE (2014) em um esquema de estratificação da PNRS em 5 grandes eixos, de modo a melhor compreendê-la (Quadro 3):

Quadro 3: Esquema de estratificação da Política Nacional de Resíduos Sólidos em 5 eixos - 2014

<p>PADRÕES AMBIENTAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> -Objetivos e princípios; -Definições e classificações; -Diretrizes para o gerenciamento de resíduos perigosos e não perigosos; -Diretrizes para o gerenciamento de áreas contaminadas órfãs; -Responsabilidades e obrigações; -Metas obrigatórias; - Proibições e sanções. 	<p>RESPONSABILIDADE PÓS-CONSUMO</p> <ul style="list-style-type: none"> -Responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto; - Logística reversa; - Acordos setoriais; -Termos de compromisso. 	<p>INTEGRAÇÃO DOS CATADORES</p> <ul style="list-style-type: none"> - Preferências na contratação pública; - Estímulos à contratação privada; - Programa Pró-Catador.
<p>INSTRUMENTOS ECONÔMICOS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Recuperação de custos da limpeza urbana; - Ressarcimento de custos das intervenções públicas (áreas contaminadas e outras emergências); - Prioridades no acesso a recursos (planos de gestão, soluções regionalizadas, consórcios, microrregiões); - Incentivos fiscais e financeiros; - Compras públicas. 		<p>INSTRUMENTOS DE GESTÃO PÚBLICA (PLANEJAMENTO E CONTROLE)</p> <ul style="list-style-type: none"> -Planos de gestão: nacional, estaduais, municipais, microrregionais e intermunicipais; - Planos de gerenciamento: das empresas; - Sistemas de informação e controle: sistema declaratório, inventários, CTF, CNORP, SINIR, SINIMA e SINISA, - Órgãos executivos colegiados.

Fonte: ABETRE, 2014.
Org. Adma Viana Santos.

Contudo, tão importante quanto o entendimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos, é compreender os entraves à sua implantação. Primeiramente, é preciso se atentar para o fato de que na PNRS foram estabelecidos somente 3 prazos:

- Prazo de 180 dias para elaborar a proposta preliminar do Plano Nacional de Resíduos Sólidos (até 23/6/2011);
- Prazo de 2 anos para os planos de gestão serem condição para acesso a recursos da União (até 3/8/2012);
- Prazo de 4 anos para implantar a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos (até 2/8/2014) (ABETRE, 2014, p. 47).

Assim, em agosto de 2012 foi expirado o prazo para que os planos locais de gestão dos resíduos sólidos fossem entregues pelos municípios, conforme consta no art. 55 da Lei 12.305/2010. Contudo, menos de 10% dos municípios apresentaram o documento na data estabelecida e, segundo o Ministério do Meio Ambiente, somente 1.865 municípios declararam possuir planos de gestão integrada de resíduos sólidos em 2014, ou seja, 33,5% do total de municípios do país (MMA, 2014). Isso impossibilita que os governos municipais possam receber recursos da União destinados a gestão dos resíduos.

Quanto ao encerramento dos lixões - art. 54 da Lei 12.305/2010, que refere-se a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos - a data também já foi amplamente descumprida, uma vez que no Brasil ainda há 2.906 lixões ativos em todas as regiões, de acordo com a pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, divulgada em março de 2014 (ROMANO, 2015). São numerosos os municípios que ainda dispõem seus resíduos de forma ambientalmente inadequada; até mesmo algumas capitais apresentam uma situação problemática, como no caso de Porto velho e Brasília. Esta última é vista como um caso vergonhoso, pois tem o maior lixão da América Latina, o Lixão Estrutural, com uma altura equivalente a 50 metros de lixo e uma extensão correspondente a 1,2 km², de acordo com o Instituto Ethos (2014).

Cabe enfatizar que os lixões que se encontram em funcionamento estão em desacordo não somente com a PNRS, mas também com a Lei n° 9.605/98 de 12 de fevereiro de 1998, que prevê, em seu art. 54, inciso I, como sendo crime ambiental a poluição causada pelo lançamento de resíduos sólidos em discordância com as exigências estabelecidas em regulamentos ou leis. Os responsáveis por dispor os resíduos sólidos inadequadamente poderão ser penalizados com uma multa de R\$ 5 mil a R\$ 50 milhões de reais, de acordo com os artigos 61 e 62 do Decreto 6.514/08, que regulamenta a lei de crimes ambientais.

Por outro lado, 2.200 municípios brasileiros dispõem seus resíduos sólidos urbanos coletados em aterros sanitários, individuais ou compartilhados por mais de um município, segundo informações levantadas pelo Ministério do Meio Ambiente em 2014, junto às Unidades da Federação.

Foram disponibilizados pelo Governo Federal, entre 2012 e 2014, R\$ 1,2 bilhão para a execução da PNRS, mas boa parte desses recursos, segundo o Ministério do Meio Ambiente não foi aplicada pelos estados e municípios (MMA, 2014). Esse Ministério, juntamente com o Ministério das Cidades e a Fundação Nacional de Saúde encontram-se incumbidos da manutenção de programas de apoio a iniciativas relacionadas a resíduos sólidos. Mesmo assim, a Confederação Nacional de Municípios (CNM, 2014), ao elencar alguns fatores considerados como causadores do descumprimento dos prazos, destacou, dentre outros, a falta de recursos e acesso a verba federal, bem como de capacidade técnica e gerencial qualificada na elaboração dos planos municipais.

Quanto a esse apoio financeiro e técnico, a CNM sinaliza ainda que, para cumprir a Lei dos Resíduos Sólidos, os governos municipais contam com pouco auxílio da União, considerando uma escassez nas fontes de recursos:

Por meio do Ministério das Cidades, foram feitos 91 contratos de elaboração de Planos no valor de R\$ 67,7 milhões. Outros oito planos foram financiados, com R\$ 12 milhões. Portanto, 161 municípios foram atendidos por esta pasta. A Fundação Nacional de Saúde (Funasa) fez 606 convênios de elaboração de planos, no valor total contratado de R\$ 131,6 milhões. Mas, segundo a Funasa, 635 municípios foram atendidos. Entre 2011 e 2013, o Ministério do Meio Ambiente recebeu 577 propostas, mas apenas 96 se transformaram em contratos e oito estão em execução. Estes contratos somam R\$ 6,1 milhões aplicados. Trinta e nove contratos são de consórcios que abrangem 686 municípios. Contudo, a maioria não consegue assinar o contrato porque algum município está negativado no Serviço Auxiliar de Informações para Transferência da União (Cauc) (CNM, 2014, p. 1).

A afirmação é de que contingenciamento do orçamento e entraves burocráticos inviabilizam a execução das políticas. A Confederação Nacional de Municípios ainda afirmou, com base em dados da execução orçamentária da União, que até o final do mês de junho de 2014, somente R\$ 308,6 milhões foram desembolsados nos programas relacionados a Resíduos Sólidos no país (CNM, 2014).

Diante dessa realidade, têm sido pensadas posturas mais incisivas que vão da extensão do prazo para o cumprimento da lei, até a punição imediata.

O Congresso brasileiro deliberou a prorrogação do prazo por um período de 1 ano para que fossem implantadas a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos. Esse prazo encerrou recentemente, em agosto de 2015, e diante da falta de empenho dos municípios e percebendo-se a ineficácia da medida, a decisão do Senado Federal foi de estender o tempo

determinado para que os prefeitos se adéquem à meta da Política, sendo considerado que o fechamento de um lixão trata-se de uma tarefa complexa e dispendiosa, especialmente para os municípios menores e mais carentes, haja vista depender da implementação de ações tais como a coleta seletiva, campanhas educativas, tratamento de resíduos de construção civil, criação de aterros sanitários e áreas de transbordo, entre outras (SENADO FEDERAL, 2015).

Foi então aprovado o Projeto de Lei 425/2014, sendo definidos os seguintes prazos para extinção dos lixões: 31 de julho 2018 para capitais e municípios de regiões metropolitanas; 31 de julho de 2019 para municípios de fronteira e os que contam com mais de 100 mil habitantes, com base no Censo de 2010; 31 de julho de 2020 para municípios com 50 a 100 mil habitantes. Já os municípios com menos de 50 mil habitantes o prazo será até 31 de julho de 2021. Ficou previsto também a edição, pela União, de normas complementares sobre o acesso a recursos federais relacionados ao tema. O Projeto encontra-se em andamento, estando sujeito à análise da Câmara dos Deputados (SENADO FEDERAL, 2015).

Apesar dessa proposta de prorrogação, a disposição inadequada dos resíduos sólidos é crime desde 1998 e, portanto, o adiamento do prazo não isenta municípios de seu dever constitucional de combater a poluição em qualquer de suas formas e proteger o meio ambiente (PORTAL BRASIL, 2014).

Por fim, de um modo geral, se acredita que a Política Nacional de Resíduos Sólidos seja bem definida quanto aos objetivos, princípios, instrumentos, diretrizes, responsabilidades do poder público e dos geradores. Contudo, segundo a ABETRE (2014), é ineficiente quanto ao estabelecimento de prazos e acompanhamento da implementação, indefinida quanto a incentivos financeiros, fiscais e creditícios e quanto aos instrumentos econômicos. A proposta do Acordo Setorial ainda é tida como confusa, não sendo expressa a responsabilidade individualizada.

A ABETRE (2014) apresenta como sugestões para uma melhor gestão da implementação da PNRS e do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, a articulação, mobilização e vinculação dos compromissos, entre todos os entes federados, no que se refere às metas, diretrizes e estratégias, estabelecimento de novos regulamentos e de revisões de vários vigentes, nas três esferas, bem como a definição de quais incentivos - fiscais, financeiros e/ou creditícios - serão disponibilizados.

4.2 Políticas públicas estaduais e gestão de resíduos sólidos urbanos no estado da Bahia

Além da Política Nacional de Resíduos Sólidos, a nova legislação sugere a elaboração de planos de resíduos sólidos que vão do nível nacional ao municipal, conforme já explicitado. No caso da Bahia, foi criada a Lei n.º 12.932 de 07 de janeiro de 2014, que institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos. A mesma integra a Política Estadual do Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade – Lei n.º 10.431/2006, assim como a Política Estadual de Saneamento Básico – Lei n.º 11.172/2008, articulando-se com as políticas de educação ambiental; promoção da inclusão social; desenvolvimento urbano; desenvolvimento econômico; saúde pública; recursos hídricos e mudanças climáticas (CUNHA, 2014).

De um modo geral, pode se dizer que seus principais aspectos consistem em:

Responsabilidade compartilhada; articulação com outras leis; planejamento e gestão; Logística Reversa; produção e consumo sustentáveis; educação ambiental; gestão associada (consórcios públicos); valorização dos resíduos sólidos; articulação do sistema de informação; controle social e resíduos sólidos como um bem econômico e social (CUNHA, 2014, p. 26).

Posteriormente deverá ser elaborado o Plano Estadual de Resíduos Sólidos, mediante processo de mobilização e participação social, incluindo a realização de consulta e audiências públicas. O mesmo deverá contemplar, conforme consta no art. 19 da Lei n.º 12.932/2014, diretrizes para as atividades de gestão de resíduos sólidos, assim como para planos governamentais específicos e para leis orçamentárias, identificando as fontes de custeio e financiamento.

Contudo, além do Plano Estadual de Resíduos Sólidos, o estado da Bahia ainda poderá dispor dos planos regionais de resíduos sólidos; planos microrregionais de resíduos sólidos; planos de resíduos sólidos de regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas; planos intermunicipais de resíduos sólidos; planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos e dos planos de gerenciamento de resíduos sólidos, em conformidade com o art. 18 da Lei n.º 12.932/2014.

Ao que se refere especificamente à cidade de Vitória da Conquista/BA, há o Plano Municipal de Saneamento Ambiental, elaborado no período compreendido entre julho de 1997 à julho de 1998. O mesmo incluiu projetos locais de saneamento ambiental, resultando do esforço da Prefeitura Municipal no sentido de planejar, organizar e prestar os serviços de saneamento ambiental.

Esta cidade ainda não possui Plano Municipal de Resíduos Sólidos. A Prefeitura informou que a viabilização do mesmo ainda não se tornou possível devido a ausência de profissionais qualificados técnica e administrativamente para o elaborarem. Contudo, possíveis articulações estão sendo estudadas nesse sentido.

Serão explanadas a seguir, detalhadamente, as formas de gerenciamento dos resíduos sólidos no município de Vitória da Conquista.

4.3 Gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos em Vitória da Conquista/BA

De um modo geral, os serviços públicos de limpeza urbana são de atribuição municipal, ficando sob a responsabilidade dos municípios apenas os resíduos urbanos – resíduos domiciliares e de limpeza urbana (FIGURA 13). Contudo, na prática os municípios acabam por assumir o gerenciamento de outros resíduos que, apesar de não se enquadrarem como limpeza urbana, inevitavelmente a impactam (FIGURA 14).

Figura 13: Responsabilidade de gerenciamento dos resíduos sólidos, segundo a Política Nacional de Resíduos Sólidos – 2014.



Fonte: ABETRE, 2014

Figura 14: Responsabilidade pelo gerenciamento dos resíduos sólidos, na prática – 2014.



Fonte: ABETRE, 2014

Em Vitória da Conquista, a realidade não é diferente. Nesta cidade há geração de uma média de 200 mil quilos de resíduos sólidos diariamente. Contudo, há uma variação que se dá com relação aos dias da semana: nas segundas e terças-feiras, geralmente o volume é maior devido ao acúmulo dos finais de semana, podendo chegar a até 310 toneladas. No decorrer da semana a capacidade vai reduzindo. Cabe à Secretaria de Serviços Públicos disciplinar e fiscalizar o manejo, tratamento e as formas de disposição dos resíduos sólidos urbanos na cidade. Para execução de serviços de coleta na sede municipal, foi contratada a Torre, empresa que efetua a coleta dos resíduos domiciliares, comerciais, industriais, de feiras e mercados, em dias alternados nos vários bairros da cidade, conforme declara o coordenador de Limpeza Pública da Secretaria Municipal de Serviços Públicos.

A coleta convencional abrange os resíduos domésticos de 100% dos domicílios da cidade. O lixo hospitalar é encaminhado para a incineração, havendo um caminhão próprio para esse fim. O lixo comercial só é coletado quando em quantidades pequenas. Já o lixo proveniente de processos industriais, a própria empresa/indústria deve se encarregar de

encaminhá-lo ao aterro sanitário ou providenciar outra forma de descarte ambientalmente correta, isso de acordo com o supervisor geral da coleta domiciliar da cidade.

Nas áreas mais íngremes e de difícil acesso para veículos de coleta convencional, os serviços são realizados fazendo-se o uso de carroças de tração animal, através da Cooperativa dos Carroceiros de Vitória da Conquista (COOPCAR), sendo a mesma contratada pela Prefeitura Municipal. Esse trabalho é efetivado em dias alternados e os resíduos coletados são colocados em contêineres localizados em pontos por onde passam os caminhões coletores da empresa Torre. Todo o material (lixo urbano) coletado pela mencionada empresa é encaminhado ao aterro sanitário da cidade, que se localiza na BA-262, km 08, a uma distância de nove quilômetros do centro comercial principal de Vitória da Conquista, de acordo com informações do responsável pela Gerência de Limpeza do município.

A implantação do Projeto do aterro em questão - em atendimento à Portaria nº 225, de 14 de maio de 2003, do Ministério da Saúde - resultou dos esforços do município na tentativa de melhorar as condições de vida das populações mais fragilizadas, tanto social quanto economicamente, bem como pela necessidade de assegurar ao município estruturas de saneamento. Assim sendo:

A Prefeitura Municipal estabeleceu, em junho de 1997, um convênio com a Universidade Federal da Bahia - UFBA, com a interveniência da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, sediada em Vitória da Conquista, para dotar o município de Plano Municipal de Saneamento Ambiental. O primeiro passo consistiu da elaboração do Plano Municipal de Saneamento com base nos seguintes elementos: fornecimento de água potável em qualidade e quantidade compatível com as necessidades de consumo da população da cidade, de vilas e distritos mais importantes; sistema de esgotamento sanitário com tratamento dos efluentes, incluindo a zona rural; coleta e processamento de resíduos sólidos; drenagem das águas fluviais. Em 1998, foi assinado um convênio entre a Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista e o Governo do Estado para a realização desse Projeto. Em 2004, com o apoio financeiro do Governo Federal, por meio da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, finalmente o município assistiu a implantação do Projeto do Aterro Sanitário (OLIVEIRA, M. A. A. L., 2011, p. 04).

Desde então, todo o material coletado pela Torre é pesado (FIGURA 15) e encaminhado para o aterro sanitário (FIGURA 16). O gasto da Prefeitura Municipal com a disposição final do lixo é de R\$ 90,00 por tonelada coletada, de acordo com informações da gerência de Limpeza Pública da Secretaria Municipal de Serviços Públicos da cidade.

Figura 15 - Pesagem do material coletado pelo caminhão da Torre, na balança rodoviária do aterro sanitário de Vitória da Conquista – 2014.



Fonte: Adma Viana Santos / Pesquisa de campo, janeiro a março de 2014.

Figura 16 - Disposição do lixo no Aterro Sanitário de Vitória da Conquista – 2014.



Fonte: Adma Viana Santos / Pesquisa de campo, janeiro a março de 2014.

A coordenadora do aterro sanitário de Vitória da Conquista acredita que com a logística reversa⁵¹, implementada com a Lei nº 12.350/2010, a tendência é que cada vez mais as indústrias destinem seus próprios resíduos, entendendo-se que:

O gerador é obrigado a destinar o seu resíduo; aquele que gera é obrigado a dar o destino, devendo-se atentar para o cuidado que se deve ter com o descarte adequado de cada tipo de material, considerando-se, sobretudo, a questão ambiental.⁵²

A área total cedida pela Prefeitura Municipal para implantação do aterro, possui a extensão de 100.000 metros quadrados. Em parte dessa área foi feita uma primeira vala com 100 metros de largura e 200 metros de comprimento. A mesma foi ativada em 2009, sendo que a previsão inicial de uso era de 12 meses, contudo, conseguiu-se estender a sua utilização até os primeiros 30 meses de existência do aterro, de acordo com a coordenadora do Aterro Municipal da cidade. Essa vala já foi coberta por uma grande quantidade de lixo, sendo colocados no local, em sua superfície, quatro drenos verticais com tambores para drenagem do gás metano (FIGURA 17) e, na parte subterrânea, um dreno horizontal para o chorume, que se constitui em um líquido escuro e fétido que contém alta carga poluidora, proveniente de material orgânico em decomposição.

Figura 17 - Drenos verticais com tambores para drenagem do gás metano – 2014.



Fonte: Adma Viana Santos / Pesquisa de campo, março de 2014.

⁵¹ Logística reversa: instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada (BRASIL, Artigo 3º, inciso XII da Lei nº 12.350 de 2 de agosto de 2010).

⁵² Pesquisa de Campo, abril de 2014.

A área da atual vala do aterro possui 10 metros de profundidade, 100 metros de largura e 100 metros de comprimento (FIGURA 18); a previsão de uso da mesma é até 2016. Posteriormente, se pretende fazer uma nova vala com 10 metros de profundidade, 100 metros de largura e 300 metros de comprimento.

Figura 18 - Área da atual vala do aterro – 2014. Vista interna da área do aterro (A); Detalhe da rampa que dá acesso a valeta (B); Caminhão descarregando lixo (C) e Trator compactando o lixo depositado (D).



Fonte: Adma Viana Santos / Pesquisa de campo, março de 2014.

A Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista tem a pretensão de nos próximos 15 anos, fazer um novo aterro nas proximidades do atual, o qual não possuirá mais o formato de vala, mas sim, de rampa. Segundo o coordenador de Limpeza Pública, naquela terra dá para se trabalhar durante muito tempo, visto que há ainda um amplo espaço disponível.

A atual coordenadora do aterro sanitário acrescentou que o interessante é que o trator nunca pare, porque há uma necessidade constante do uso do mesmo, uma vez que diariamente provém de várias partes da cidade, uma quantidade de lixo bastante expressiva. O papel do trator é compactá-lo, objetivando diminuir o volume dos resíduos de modo a possibilitar a utilização da vala do aterro por um período de tempo maior, conforme declara o coordenador do setor de limpeza pública da Secretaria de Serviços Públicos:

Desse modo, trabalha-se o tempo todo; assim que chega um lixo ele já é compactado; após esse processo, joga-se um pouco de terra para diminuir a umidade e facilitar a continuidade do trabalho do tratorista, pois se deixar acumular uma grande quantidade o trabalho é dificultado⁵³.

Contudo, observou-se que o trator utilizado encontra-se quebrado, sendo preciso alugar a máquina que está em uso no momento, o que indica a necessidade de se ter trator reserva. Três operadores ficam responsáveis por esse trabalho de compactação do lixo com o uso do trator, sendo disponibilizados aos mesmos máscaras e botas, de modo a propiciar-lhes certa proteção.

Quanto à presença de aves no local, a coordenadora do aterro sanitário municipal declarou não haver problemas com abutres, mas sim com garças e andorinhas, sendo as mesmas constantemente dispersas com a utilização de fogos de artifício nas proximidades do local e isso com certa constância, visto que voam baixo e retornam rápido ao lugar onde se encontravam.

Pôde-se observar ainda a existência de uma grande quantidade de pneus, que está acumulada no local há cerca de 6 meses, tendo-se como referência a data da realização da pesquisa de campo. Os mesmos são recolhidos por algumas empresas de cimento da região, que dispõem de fornos especiais que lhes permitem realizar a queima desse material para que possam, assim, ser usados na fabricação de combustível. Esses pneus são encaminhados para duas empresas recicladoras localizadas nas cidades de Feira de Santana e Goiânia, que os utilizam para a fabricação de tapetes de carro, jarros para flores, dentre outros objetos.

Há ainda no referido aterro sanitário uma estação de tratamento biológico (FIGURA 19), composta por três lagoas de estabilização, sendo, pois, a primeira com 4 metros, a segunda com 2 metros e a terceira com 1,5 metro de profundidade, para onde é direcionado o chorume. As mesmas dispõem de uma lona impermeável de modo que o solo não venha a ser contaminado.

⁵³ Entrevista cedida em março de 2014.

Essa primeira etapa do processo dura um período de, no mínimo, 29 dias. Logo após, o chorume é conduzido para uma estação citoquímica (FIGURA 20), na qual se realizará o tratamento físico-químico; depois passará por um filtro onde ocorrerá a separação entre a parte sólida e líquida do produto (a parte sólida fica por cima do filtro e a líquida vai ser bombeada para outra lagoa). O material tratado já pode ir para o meio ambiente ou então é utilizado para irrigação.

Figura 19 - Estação de tratamento biológico – 2014.



Fonte: Adma Viana Santos / Pesquisa de campo, março de 2014.

É importante enfatizar que as técnicas que se aplicam no tratamento do chorume se assemelham com as utilizadas no tratamento de esgotos, mediante o uso de lagoas anaeróbias e facultativas, onde ocorre a remoção da carga orgânica do chorume pela ação das bactérias. Após o tempo em que fica retido na lagoa (tempo de detenção) o líquido deve estar em condições de ser lançado no lençol freático sem risco de contaminação. O coordenador do setor de Limpeza Pública aponta para necessidade da existência dessas estações de tratamento

em todo aterro sanitário, uma vez que o chorume apresenta altas concentrações de matéria orgânica, bem como quantidades consideráveis de metais pesados.

Figura 20 - Estação citoquímica – 2014.



Fonte: Adma Viana Santos / Pesquisa de campo, janeiro a março de 2014.

A realização de visitas ao referido aterro sanitário são restritas, sendo necessário para tanto a apresentação de autorização, por escrito, concedida pela coordenação do mesmo.

Por fim, o Supervisor Geral da coleta domiciliar na cidade, acredita que o tempo de vida útil do aterro possa vir a ser estendido conforme ocorra o avanço da coleta seletiva, de modo a auxiliar na redução da quantidade de resíduos encaminhados para o aterro sanitário, por meio do reaproveitamento dos materiais. Ainda é citada como pontos positivos da coleta seletiva, a questão dos benefícios sociais e econômicos possibilitados por essa prática.

5.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se que a percepção da categoria trabalho como elemento emancipador é de fundamental importância, assim como a sua abordagem por meio dos processos de precarização e do desemprego, visto que esses se apresentam como evidências da ativação dos limites do capital, constituindo-se em reflexo da atual crise estrutural do sistema capitalista. Essa crise, somada ao processo de reestruturação produtiva do capital, acaba por repercutir em profundas mudanças no mundo do trabalho, na medida em que gera impactos diretos nas formas de utilização e exploração dos trabalhadores, conduzindo ainda ao crescimento das taxas de desemprego, bem como a expansão do trabalho informal, fato que contribui para o surgimento e expansão de atividades precarizadas, como as dos catadores de resíduos sólidos, por exemplo.

Entende-se que a atividade de catação se apresenta como forma de trabalho desenvolvida pelos sujeitos no intuito de superar as dificuldades de sobrevivência, ao mesmo tempo em que contribui para a reprodução do capital, possibilitando a continuidade do ciclo acumulativo das relações capitalistas.

Observa-se a tendência à organização dos catadores em cooperativas/associações, que se caracterizam como sociedades autônomas, sem fins lucrativos, democrática, devendo ainda, na condição de empreendimentos econômicos solidários, serem marcadas pela autogestão, cooperação, solidariedade, de modo a proporcionar aos catadores cooperados maiores benefícios sociais e econômicos e, desse modo, melhorar as condições de trabalho e de vida destes. Contudo, em grande parte, esse processo organizativo suscita agrupamentos fragilizados de trabalhadores catadores, incidindo em condições econômicas, políticas e infraestruturais precárias. Tudo isso acaba por tornar esse processo organizativo difícil, dificultando a efetivação dos mesmos com maior autonomia.

Assim, verifica-se que ainda são muitas as questões que se apresentam como problemas relativos à organização dos catadores em cooperativas/associações, fato que contribui para que a mesma só se realize a partir do apoio direto do poder público municipal ou de outros agentes da comunidade, na maioria dos casos. Esse estímulo à organização e formalização da ocupação de catador de resíduos sólidos, apesar de representar significativa melhora das condições de vida e de trabalho para esses catadores, não os retiram da condição de trabalhadores precarizados, instáveis, submetidos a um processo excludente.

Especificamente com relação aos catadores organizados coletivamente, em Vitória da Conquista pôde-se observar um processo de territorialização do trabalho de catação, por meio

da Cooperativa Recicla Conquista. Essa territorialização se manifesta mediante a própria organização coletiva, contrastando com os catadores individuais; sua articulação enquanto movimento social; as disputas internas; influências de ONGs e do poder público. É interessante ainda pensar que o conceito de territorialização possibilitou entender o circuito econômico, em sentido restrito, combinado as articulações políticas, tanto na relação dos catadores *versus* poder público, quanto na relação catadores cooperados *versus* catadores individuais.

Ao que se refere à precarização das condições de trabalho, observou-se que os sujeitos sociais que compõem a Cooperativa Recicla Conquista, encontram-se expostos às mais diversas vicissitudes, verificando-se que a maioria desses catadores tem renda inferior a um salário mínimo e destina esse recurso para fins de sobrevivência. Da mesma forma que não concluíram o Ensino Fundamental e permanecem na catação por não conseguirem outra colocação, atuando em situações precárias (em condições insalubres, sem seguridade social, licença maternidade, férias remuneradas, aposentadoria, seguro-acidente de trabalho, com pagamento por produção, entre outros. Observou-se ainda uma série de conflitos permeando a relação entre os cooperados e o corpo administrativo da Recicla Conquista, de modo que se divergem a conquista de interesses entre os mesmos.

Esses aspectos remetem à conclusão de que a atividade do catador (ainda que na condição de cooperado) não tem propiciado a sua inserção na sociedade com qualidade de vida e saúde.

Além disso, observou-se que os catadores se encontram inseridos em uma complexa trama de relações que configura o circuito econômico da indústria da reciclagem, cuja territorialização envolve outros agentes (empresas, indústrias, órgãos públicos e cidadãos), cada qual atuando no sentido de cumprir seus objetivos e defender seus interesses. Os catadores se encontram na base desse processo e se constituem no elo precarizado e mais frágil da cadeia produtiva da reciclagem de resíduos sólidos.

Esta se trata de uma atividade econômica bastante rentável, por meio de processos que surgem como possibilidades concretas de mercantilização das formas de reciclagem dos resíduos, de modo a se observar a preponderância da perspectiva econômica, em detrimento da ambiental e social, no desenvolvimento dessa atividade no país. Assim, se identifica a relação entre a atividade de catação e o processo de acumulação de capital relacionado com o setor da reciclagem.

Por fim, pode-se constatar a atuação do poder público sobre o trabalho dos catadores de recicláveis, compreendendo-se que as políticas públicas voltadas para o sistema cooperativo, para a economia solidária, bem como para a gestão e gerenciamento dos resíduos sólidos, constituem-se nas principais formas de regulação do poder público sobre a atividade de catação, do âmbito nacional ao local, legitimando-a, a exemplo da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Sem a intenção de menosprezar a função redistributiva dessas políticas de cunho social que certamente trazem benefícios para os catadores, é significativo pensar ainda no papel das mesmas no sentido de subsídio ao funcionamento do setor, uma vez que o Estado é também garantidor dos processos de acumulação e reprodução do capital, enfim, da ordem capitalista. Não há condições de se afirmar categoricamente, mas os indícios apontam para a necessidade destes subsídios estatais para a viabilização econômica da reciclagem. Esta projeta-se, assim, como uma questão fundamental.

No caso específico da Cooperativa Recicla Conquista, além da influência das políticas nacionais, se verificou a atuação direta do poder público municipal em relação à organização administrativa e territorial do trabalho. A Prefeitura Municipal e a OSCIP Pangea atuam diretamente na organização, administração e coordenação da Recicla Conquista, ficando sob o encargo destas o repasse do pagamento aos cooperados, a distribuição dos mesmos em seus locais de trabalho, a captação de recursos, a promoção de cursos de capacitação profissional, entre outros. Esta total dependência do auxílio de intervenções externas, demonstra que os cooperados não conquistaram autonomia necessária à efetivação da autogestão, característica de um cooperativismo dito verdadeiro, de modo que a Cooperativa Recicla Conquista não se enquadra na totalidade dos princípios cooperativistas descritos.

A análise de todo o exposto conduz a percepção da amplitude e complexidade desses processos que permeiam a atividade de catação e o circuito econômico da indústria da reciclagem, uma vez que abarca uma gama de relações de cunho político, social, econômico e ambiental, envolvendo os mais diversos atores, inclusive os catadores. Assim, se julga importante a continuidade do estudo dessa temática em pesquisas a serem realizadas a *posteriore*, de modo a se buscar uma compreensão mais aprofundada da mesma em seus diferentes aspectos.

Em termos de perspectivas de aprofundamento teórico e de pesquisa, apresenta-se como um aspecto relevante, enquanto trabalhos que podem ser explorados, o estudo do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), de modo a se

compreender as formas de organização, territorialização do mesmo nas diferentes regiões do país, bem como sua força de atuação política. Ressalta-se que a Recicla Conquista encontra-se articulada a esse Movimento.

Além do aspecto social, acredita-se também ser interessante a busca por parcerias no sentido de problematizar questões também na geografia econômica e ambiental.

Uma interessante proposta de pesquisa, com abordagem econômica, seria a de analisar a estruturação/organização da indústria da reciclagem, observando a territorialização dos processos econômicos, o porte das empresas recicladoras e suas articulações em redes; com o detalhamento dos principais ramos das indústrias recicladoras no país, bem como se aprofundar na investigação da disponibilidade de fontes de financiamento (políticas públicas) para essa atividade econômica.

Na área ambiental, propostas interessantes seriam a de realizar a análise da composição química do chorume, no sentido de viabilizar formas adequadas de tratamento; quantificar o biogás gerado no processo de decomposição do lixo, pensando-se em formas de utilização do mesmo na geração de energia do próprio aterro sanitário; caracterização dos resíduos por meio da composição gravimétrica - pois muitos municípios não realizam essa classificação, como é o caso de Vitória da Conquista - de modo que seja possível avaliar o potencial de reciclagem dos componentes e o melhor gerenciamento dos resíduos.

Enfim, essas são apenas possíveis propostas de pesquisas no sentido de enriquecer o aprofundamento teórico e metodológico na abordagem da temática em questão.

6.0 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, B. R. de. Um olhar sobre a cidade média de Vitória da Conquista. In: Anais do Simpósio Cidades Médias e Pequenas da Bahia. In: II SIMPÓSIO CIDADES MÉDIAS E PEQUENAS DA BAHIA. **Anais...** 2011. Vitória da Conquista, 2011.

AGÊNCIA EUROPEIA PARA A SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHADOR. Perturbações músculo-esqueléticas: Fatos essenciais. Disponível em: <https://osha.europa.eu/pt/topics/msds/index_html/facts_html>. Acesso em: set. 2014.

ALENCAR, M. do C. B. de.; CARDOSO, C. C. O.; ANTUNES, M. C. Condições de trabalho e sintomas relacionados à saúde de catadores de materiais recicláveis em Curitiba. **Revista Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 10, n. 1, p. 36-42, jan./abr. 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rto/article/view/14054/15872>>; Acesso em: ago, 2014.

ANDRIGHI, F. N. Autonomia do direito cooperativo. In: KRUEGER, Guilherme (Coord.). **Cooperativismo e o novo Código Civil**. Belo Horizonte: Melhoramentos, 2003, p. 49-57.

ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 8ª Ed. São Paulo: Cortez, 2002. 200 p.

ANTUNES, R. **O caracol e sua concha:** ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005. 136 p.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho:** Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2º ed. São Paulo: Boitempo, 2009. 261 p.

AQUINO, I. F. de. Proposição de uma rede de associações de catadores na região da grande Florianópolis: alternativa de agregação de valor aos materiais recicláveis. 2007. 238 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007.

ARAÚJO, D. M. de. Os dilemas do princípio do poluidor-pagador na atualidade. **Revista Internacional Planeta Amazônia:** Macapá, n. 3, p. 153-162, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS – ABRELPE. Panorama dos resíduos sólidos no Brasil, 2013. Disponível em: <<http://www.abrelpe.org.br/Panorama/panorama2013.pdf>>; Acessado em: nov. 2014.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS – ABETRE. **Política Nacional de Resíduos Sólidos:** balanço 2014. Disponível em: <[http://www.abetre.org.br/biblioteca/publicacoes/publicacoes-abetre/A BETREPNRS Balano201405092014paraESPM.pdf](http://www.abetre.org.br/biblioteca/publicacoes/publicacoes-abetre/A%20BETREPNRS%20Balano201405092014paraESPM.pdf)>; Acesso em: ago. 2015.

BIALOSKORSKI, N. S. Aspectos Econômicos das Cooperativas. Belo Horizonte: Mandamentos, 2006.

BRAGAGNOLO, C. Cooperativismo e Associações Cooperativistas I. (Curso de curta duração ministrado/Especialização), 2013.

BRASIL, Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9605.htm>; Acesso em: abr. 2015.

BRASIL, Projeto de Lei nº 1223 de 16 de outubro de 2007.

BRASIL, Decreto 6.514 de 22 de julho de 2008. Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/D6514.htm>; Acesso em: mai. 2015.

BRASIL, Lei Municipal nº 2.913, de 09 de novembro de 2009. Institui, no âmbito do Município de Diadema, a Campanha Permanente de Incentivo às Cooperativas de Catadores de Material Reciclável, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.cmdiadema.sp.gov.br/leis_integra.php?chave=291309>; Acesso em: mar. 2015.

BRASIL, Política Nacional de Resíduos Sólidos. Lei federal nº. 12.305 de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>; Acesso em: fev. 2015.

BRASIL, Decreto 7.404 de 23 de dezembro de 2010. Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Decreto/D7404.htm>; Acesso em: mar. 2015.

BRASIL, Projeto de Lei nº 0036, de 1º de abril de 2011.

BRASIL, Lei nº 12.690 de 19 de julho de 2012. Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho - PRONACOOOP; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12690.htm>; Acesso em: mar.2015.

BRASIL, Lei nº 12.932 de 07 de janeiro de 2014. Institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.legislabahia.ba.gov.br/verdoc.php?id=80648&voltar=voltar>>; Acesso em: mar. 2015.

BRASIL, A. de S. GUSMÃO, N. A. P. Sociedade cooperativa: aspectos jurídicos e sua evolução. Revista Conexão Eletrônica, v. 10, p. 1372-1387, 2013.

BRASIL COOPERATIVO. **Evolução alicerçada na legislação**. Disponível em: <<http://www.brasilcooperativo.coop.br/site/cooperativismo/legisla%C3%A7%C3%A3o.asp>>; Acessado em: mai. 2015.

BUSNELLO, R. Reestruturação produtiva e flexibilização dos direitos trabalhistas. **Revista Direito em Debate**. Rio grande do Sul, v. 9, n. 14, p. 25-45, 2000.

CANTÓIA, S. F. Coleta seletiva municipal, educação ambiental e organizações de catadores de materiais recicláveis na vertente paulista da Bacia do Rio Paranapanema. 2012. 325 f. Tese (Doutorado em Geografia) – UNESP, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2012.

CARTA DE CAXIAS DO SUL. In: **I Congresso Sulamericano de Catadores**. Caxias do Sul/RS: Jan/2003. Disponível em: <http://www.mncr.org.br/box_1/principios-e-objetivos/carta-de-caxias-do-sul>; Acesso em: out. 2014.

CARVALHO, P. A crise estrutural do capitalismo, Entre dois fogos: a sobreprodução e a queda das taxas de lucro. *Revista Seara Nova*, nº 1702, 2007.

CARVALHO, M. C. Autogestão, Economia Solidária e Cooperativismo: uma análise da experiência política da Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão. 2012. 119 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Juiz de Fora, 2012.

CASTRO, et al. **A indústria da reciclagem, o lixo e os catadores**: um estudo em Anápolis/GO. In: *Revista Anápolis Digital*, Vol. 2, n.1, 2011.

COLOGNESE, S. A.; MÉLO, J. L. B. de. A técnica de entrevista na pesquisa social. **Cadernos de Sociologia**: Porto Alegre, 1998, v. 9, p. 143 – 159.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS – CNM. CNM divulga pesquisa sobre o cumprimento da Lei de Resíduos Sólidos. Disponível em: <<http://www.cnm.org.br/noticias/exibe/cnm-divulga-pesquisa-sobre-o-cumprimento-da-lei-de-res%C3%AAduos-s%C3%B3lidos>>; Acesso em: jul. 2015.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA (CONTAG). Nota de repúdio DA CONTAG pela aprovação e sanção da lei federal que permite a criação de cooperativa de trabalho. Disponível em: <<http://www.contag.org.br/imagens/f2214f1702notaderepudiodacontagcontraleiquecriacooperativadetrabalho1.pdf>>; Acesso em: fev. 2015.

COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA RECICLAGEM – CEMPRE. **CEMPRE Review 2013**. Disponível em: <file:///C:/Users/Adma/Documents/Downloads/o_195a6bo8q14sdk611n6o1sulq0la.pdf>; Acesso em: dez. 2014.

CONCEIÇÃO, A. L. A Geografia do Espaço da Miséria. **Revista Scientia Plena**, Sergipe, v.1, n.6, p. 166-170, set. 2005. Disponível em: <<http://www.scientiaplena.org.br/sp/article/view/573/226>>; Acesso em: out. 2014.

CUNHA, M. A. **A política estadual de resíduos sólidos (PERS/BA) lei nº 12.932/2014 e a logística reversa**. Salvador, 2014. Disponível em: http://www.cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/palestra_mateus_almeida_cunha.pdf; Acesso em: ago. 2015.

DAGNINO, R. de S.; DAGNINO, R. P. Políticas para inclusão social de catadores de materiais recicláveis. **Revista Pegada Eletrônica**, São Paulo, vol. Especial, p. 66-93, jul. 2011. Disponível em: < <http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADAESP2011/04DAGNINOESP2011.pdf>>. Acesso em: jul. 2012.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006, p.15-42.

DIAS, M. D. do A. **A saúde de trabalhadores jovens como indicador psicossocial da dialética exclusão/inclusão: estudo de caso com jovens operárias em indústrias de confecção**. 2007, 192 f. Tese (Doutorado), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2007.

DURÃES, B. J. R.. Novas Configurações no Mundo do Trabalho: o que há de novo na informalidade de rua?. **Pegada Eletrônica**, São Paulo, vol. 8, n.1, p.101-128, jun. de 2007.

FAGUNDES, D. da C. Gerenciamento de resíduos sólidos urbanos em Tarumã e Teodoro Sampaio-SP. 2008. 168 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Programa de Pós-Graduação, 2008.

FEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE ENERGIA, TELEFONIA E DESENVOLVIMENTO RURAL DO RIO GRANDE DO SUL – FECOERGS. Disponível em: <<http://www.fecoergs.com.br/pagina.php?cont=historia.php&sel=2>>; Acesso em: fev. 2015.

FERRAZ, M. S.; F. O conceito de saúde. **Revista Saúde Pública**, v. 31, nº 5, São Paulo, out. 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101997000600016>; Acesso em: set. 2014.

FERRAZ, A. E. de Q. **O urbano em Construção**. Vitória da Conquista, Bahia: Edições UESB: 2001.

FIGUEIREDO, F. F. O desenvolvimento da indústria da reciclagem dos materiais no Brasil: motivação econômica ou benefício ambiental conseguido com a atividade? **Revista Scripta Nova**, v. XVI, nº 387, jan. 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/Adma/Documents/Downloads/O%20desenvolvimento%20da%20ind...eguid%20com%20a%20atividade_.pdf>; Acesso em: ago. 2013.

FRANCO, M. A. C.; FRIGOTTO, G. As faces históricas do trabalho: como se constroem as categorias. **Revista Brasileira Estudos Pedagógicos**, Brasília, v.74, n.178, p.529-554, set./dez de 1993.

FRIGOTO, F. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (Org.). Metodologia da pesquisa educacional. 6º ed. São Paulo: Cortez, 2000, p. 69-88.

FRIGOTTO, G. A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 40, p. 168-194, jan./abr. 2009.

GOMES, A. C. da S. PENEDO, A. S. T. Círculo de controle de qualidade como ferramenta para diminuição de custo numa indústria de fiação de algodão na cidade de Ituverava. **Revista Científica Nucleus**, São Paulo: v. 5, n. 1, p. 134-142, 2008.

GONÇALVES, M. A. A territorialização do trabalho informal: um estudo a partir dos catadores de papel/papelão e dos camelôs em Presidente Prudente – SP. 2000. 224 f. Dissertação (mestrado em Geografia) – UNESP, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2000.

GONÇALVES, M. A. Reestruturação produtiva e precarização das relações de trabalho. **Revista Pegada Eletrônica**, São Paulo, v. 2, n.1, p. 1-9, out. 2001.

GONÇALVES, M. A. **O trabalho no lixo**. 2006. 310 f. Tese (Doutorado). UNESP, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2006.

GONÇALVES, M. A. **Cooperativas e associações de catadores**: formação e organização do trabalho na raia divisória SP– PR– MS. **Revista Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente, v. 4, n. 6, dez. 2009.

GUTIERREZ, R. F.; ZANIN, M. Empreendimentos econômicos solidários de catadores do estado de São Paulo: um panorama a partir do sistema nacional de informação em economia solidária. **Revista Pegada Eletrônica**, São Paulo, Vol. Especial, julho de 2011. ISSN: 1676-3025.

HABERMAS, J. A Nova Intransparência: A Crise do Estado de Bem Estar Social e o Esgotamento das Energias Utópicas. In: **Revista Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, nº 18, 1987.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. 1º ed. São Paulo: Annablume, 2005. 241 p.

HUPFFER, H. M.; WEYERMÜLLER, A. R.; WACLAWOVSKY, W. G. Uma análise sistêmica do princípio do protetor -recebedor na institucionalização de programas de compensação por serviços ambientais. **Revista Ambiente e Sociedade**: vol.14 n.1 São Paulo Jan./Jun. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X2011000100006&script=sci_arttext>; Acesso em: ago, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Estimativa da população residente no Brasil e unidades da Federação com data de referência em 1º de julho de 2014. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2014/estimativa_dou_2014.pdf>. Acesso em mai. 2015.

INSTITUTO ETHOS. **Até quando haverá lixões?** Disponível em: <<http://www3.ethos.org.br/cedoc/ate-quando-havera-lixoes/#.VdsVAvlViko>>; Acesso em: jun. 2015. 2014

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Relatório de pesquisa sobre pagamento por serviços ambientais urbanos para gestão de resíduos sólidos, 2010. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/253/_arquivos/estudo_do_ipea_253.pdf>; Acesso em: nov. 2013.

IKUTA, F. A. **Resíduos sólidos urbanos no Pontal do Paranapanema – SP:** Inovação e desafios na coleta seletiva e Organização de catadores. 2010. 244 f. Tese (Doutorado) – UNESP, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2010.

KLEIN, F. J. Análise jurídica e econômica das sociedades cooperativas no Brasil. 2010. 58 f. Monografia (Especialização em Direito e Economia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Gramado, 2010.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. O cinismo da reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental. In. **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania.** Orgs.: LOUREIRO, F.; LAYRARGUES, P.; CASTRO, R. São Paulo: Cortez, 2002, 179-220

LEITE, M. de P. Cooperativas e trabalho: um olhar sobre o setor de reciclagem e fábricas recuperadas em São Paulo. In: GEOGRES, I.; LEITE, M. (orgs.), *Novas configurações do trabalho e Economia Solidária.* São Paulo: Annablume, 2009, p. 227-268.

LENIN, V. *Obras escolhidas.* Vol. I-III. 3 ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1986.

LESBAUPIN, I. A questão do trabalho nos tempos atuais. In: **O desmonte da nação em dados** (LESBAUPIN, I; MINEIRO). Petrópolis, Vozes, 2002. p. 77-83.

LIMA, A. K. T. de. Principais pontos da Política Nacional de Resíduos Sólidos para a gestão 20 de resíduos municipais. In: EL-DEIR, S. G. (Org.). **Resíduos sólidos: Perspectivas e desafios para a gestão integrada.** Pernambuco: EDUFRPE, 2014, p. 20-29.

LOGAREZZI, A. Contribuições conceituais para o gerenciamento de resíduos sólidos e ações de educação ambiental. In: LEAL, A. C; et all. **Resíduos Sólidos no Pontal do Paranapanema.** Presidente Prudente: Centelha, 2004, p. 219 – 246.

LUZ, A. Em dez anos, PIB de Conquista cresceu mais de 340%. Disponível em: <<http://www.blogdorodrigoferraz.com.br/v1/2014/08/13/em-dez-anos-pib-de-conquista-cresceu-mais-de-340>>. Acesso em: fev. 2015.

MAGERA, M. **Os empresários do lixo - um paradoxo da modernidade:** análise interdisciplinar das cooperativas de reciclagem de lixo. Campinas: Editora Átomo, 2005, 193 p.

MAIA, M. R. Zoneamento geoambiental do município de vitória da conquista-BA: um subsídio ao planejamento. 2005. 169 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências - Universidade Estadual da Bahia. Salvador, 2007.

MARX, K. O capital. V. I, tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. 17 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. Livro 1. V. 1.

MARX, Karl; Manuscritos econômico-filosóficos..., São Paulo: Boitempo, 2004, 175 p.

MARX, K. O capital: crítica da economia política (Livro 1 - processo de produção do capital). São Paulo: Boitempo, [1867] 2013.

MAY, T. **Pesquisa social:** questões, métodos e processos. Porto Alegre: Artmed, 2004, 288 p.

MAYER, J. A. Relações precárias em cooperativas de trabalho: estudo de caso em Pelotas – RS. 2009. 142 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2009.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital.** Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. Campinas, São Paulo: Boitempo, 2002.

MENEZES, S. O. **De “supérfluos” a sujeitos históricos na contramão do capital: a Geografia do (des)trabalho.** 2007. 382 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Núcleo de Pesquisa em Geografia-NPGeo – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2007.

_____. Para além do desemprego. In: **XV Encontro Nacional de Geógrafos.** O Espaço Não Pára. Por Uma AGB em Movimento. São Paulo/SP, 2008.

MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE – MMA. Política de Resíduos Sólidos apresenta resultados em 4 anos. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/informma/item/10272-pol%C3%ADtica-de-res%C3%ADduos-s%C3%B3lidos-apresenta-resultados-em-4-anos>>; Acesso em: mai. 2015.

MIRANDA, F. **Cooperativas de trabalho:** aspectos jurídicos e temas atuais. Disponível em: <<http://www.saitoassociados.com.br/cooperativas-de-trabalho-aspectos-juridicos-e-temas-atuais/>>; Acesso em: jul. 2015.

MOURA, A. A. S. de B. F. de . Riscos ambientais à saúde ocupacional do catador de recicláveis em Goiânia. 2010. 139 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais e Saúde) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2010.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS – MNCR. **Mulheres são maioria entre Catadores de Materiais Recicláveis.** (Notícias nacionais, 2014). Disponível em: <http://www.mnccr.org.br/box_2/noticias-regionais/mulheres-sao-maioria-entre-catadores-organizados-em-cooperativas>. Acesso em: fev. 2015.

MULLER, H. P. Trabalho, profissão e “vocação”: o conceito de trabalho em Max Weber. In: MERCURE, D; SPURK, J. (orgs.). **O Trabalho na História do Pensamento Ocidental.** Petrópolis/ RJ: Vozes, 2005, 280 p.

NASCIMENTO, M. L. da S. et al. De catador de lixo a agente ambiental: educação ambiental na qualidade de vida. **Revista O Mundo da Saúde**, São Paulo, v. 4, p. 581-587, out/dez. 2006.

NETO, J. F. de M. **O trabalho**: sua centralidade no mundo contemporâneo. Disponível em: <http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/producao_academica/artigos/pa_a_centralidade_do_trabalho.pdf>. Acesso em: set.2014.

NOSELLA, P. Trabalho e educação. In: FRIGOTTO, G. (Org.) **Trabalho e conhecimento**: dilemas na educação do trabalhador. São Paulo: Cortez, 1987.

OFFE, C. Trabalho: A Categoria Chave da Sociologia? In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 4, 1989.

OLIVEIRA, C.R. **História do trabalho**. São Paulo: Ática, 2001.

OLIVEIRA, D. A. M. de. Percepção de riscos ocupacionais em catadores de materiais recicláveis: estudo em uma cooperativa em Salvador/BA. 2011. 175 f. Dissertação (Mestrado) - UFBA, Faculdade de medicina da Bahia, Salvador/BA, 2011.

OLIVEIRA, M. A. A. L. Produtos reciclados fonte de Geração de Renda e Inclusão Social: um relato de Experiência da Cooperativa de Catadores Recicla Conquista em Vitória da Conquista/Bahia/Brasil. In: Fórum Internacional MEDAMERICA, 2011, Barcelona-Espanha. Foro Internacional MEDAMERICA, 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS – OCB. O cooperativismo no mundo. Brasília: Denacoop, 1995, 28 p.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS – OCB. O cooperativismo no Brasil. Brasília: Denacoop, 1996, 40 p.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS – OCB. Promoção e defesa dos interesses das cooperativas. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/site/ocb/>>; Acesso em: jan. 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS – OCB. Apresentação OCB, 2010. Disponível em: <http://www.brasilcooperativo.coop.br/GERENCIADOR/ba/arquivos/apresentacao_ocb_portugues_2010_numeros_2009.pdf>; Acesso em: jun. 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS – OCB. Apresentação institucional: Sistema cooperativista, 2011. Disponível em: <http://www.brasilcooperativo.coop.br/GERENCIADOR/ba/arquivos/140411_apresentacaoinstitucional2010_1.pdf>; Acesso em: abr. 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS – OCB. Relatório Anual, 2013. Disponível em: <http://srvrepositorio.brasilcooperativo.coop.br/arquivos/gecom/relatorio_gestao_OCB_2013.pdf>; Acesso em: fev. 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS – OCB. Relatório Anual, 2014. Disponível em: <http://www.brasilcooperativo.coop.br/site/agencia_noticias/noticias_detalhes.asp?CodNoticia=17632>; Acesso em: jun. 2015.

PAZ, F. O trabalho dos catadores de lixo reciclável. **Jornal online Coletivo Passa Palavra**, Brasil, 05 mai., 2010. Disponível em: <<http://passapalavra.info/?p=23016>>. Acesso em: mai. 2014.

POCHMANN, M. **O trabalho sob fogo cruzado**: exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 1999. 205 p.

POCHMANN, M.. **Qual Desenvolvimento?** Oportunidades e dificuldades do Brasil contemporâneo. São Paulo: Publisher Brasil, 2009, 176 p.

PORTAL BAIANO DAS COOPERATIVAS. História do cooperativismo: nascimento de uma grande ideia. Disponível em: < <http://www.bahiaoperativo.coop.br/historia-do-cooperativismo>>; Acessado em; mar. 2015.

PORTAL BRASIL. Tire suas dúvidas sobre a Política de Resíduos Sólidos. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2014/08/tire-suas-duvidas-sobre-a-politica-de-residuos-solidos>>; Acesso em: abr. 2015.

PORTAL RESÍDUOS SÓLIDOS - PRS. Acordo setorial no setor de resíduos sólidos <http://www.portalresiduossolidos.com/acordo-setorial-setor-de-residuos-solidos/>>; Acesso em: jul. 2015.

PORTO, et al. Lixo, trabalho e saúde: um estudo de caso com catadores em um aterro metropolitano do Rio de Janeiro, Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 6, p. 1503-1514, nov./dez. 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA – PMVC. Cidade de Vitória da Conquista: economia. Disponível em: <<http://www.pmvc.ba.gov.br/v2/economia/>>; Acesso em: set. 2014.

RANIERI, J. **A câmara escura**. Alienação e estranhamento em Marx. São Paulo: Boitempo, 2001.

RAMOS, D. A. R.; SOUZA, J. R. de. A composição orgânica do capital e seus efeitos sobre a mobilidade da força de trabalho assalariada no setor sucroalcooleiro no município de Sertãozinho - SP. **Revista Pegada Eletrônica**, São Paulo, Vol. 7, nº 2, nov. de 2006, p. 43-62.

RIBEIRO, J. C. de F. R. *et al.* Catadores de materiais recicláveis: estudo de caso de uma cooperativa na cidade do Rio de Janeiro. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO. **Anais...** Niterói, 2009. Acesso em: ago. 2015. Disponível em: <http://www.excelenciaemgestao.org/portals/2/documents/cneg5/anais/t8_0139_0557.pdf>.

RIBEIRO, S. Q. A territorialização e a organização do Movimento Nacional dos catadores de material reciclável em municípios da região oeste do Paraná. 2012. 197 f. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências Humanas, Francisco Beltrão/PR, 2012.

RODRÍGUEZ, C. À procura de alternativas econômicas em tempos de globalização: o caso das cooperativas de recicladores de lixo na Colômbia. In: SANTOS, B. S. (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p.329-367.

ROMANO, R. T. O problema do fim dos lixões . **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 20, n. 4423, 11 ago. 2015. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/41597>>. Acesso em: ago. 2015.

SAVTCHENKO, P. **Que é o trabalho?** Moscovo: Edições Progresso, 1987. 239 pgs.

SENADO FEDERAL. Senadores aprovam prorrogação do prazo para fechamento dos lixões. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/07/01/senadores-aprovam-prorrogacao-do-prazo-para-fechamento-dos-lixoes>>; Acesso em: ago. 2015.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO – SESCOOP. Capacitação e aperfeiçoamento para as cooperativas. 2008. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/site/sescoop/>>; Acesso em: fev. 2015.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO – SESCOOP. História do cooperativismo: nascimento de uma grande ideia. In: Portal Baiano das Cooperativas. 2011. Disponível em: <<http://www.bahiacooperativo.coop.br/historia-do-cooperativismo>>; Acesso em: abr. 2015.

SÍCOLI, J. L. Potencialidades e limites da autogestão ao nível da organização do trabalho e suas repercussões à saúde dos trabalhadores: Estudo etnográfico da Coopermape - Cooperativa de Reciclagem de Matéria-Prima de Embu. 2007. 280 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, USP, São Paulo, 2007.

SILVA, J. J. da. Cooperativismo e redes sociais: a organização do trabalho na Cooperlix de Presidente Prudente. 2007. 190 f. Tese (doutorado) – UNESP, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2007.

SILVA, P. G. da. SEVERO, V. S. O caso dos catadores de materiais recicláveis: a angústia de quem pretende um cooperativismo verdadeiro. 2013. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 19, n. 3866, 31 jan. 2014. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/26571>>. Acesso em: jun. 2015.

SINGER, P.; SOUZA A. R. de. **Economia Solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo, Contexto, 2003.

SOARES, M. A. T. **Trabalho informal**: da funcionalidade à subsunção ao capital. Vitória da Conquista, BA: Edições UESB, 2008. 152 p.

SOUZA, C. M. A. de. **A Relevância da categoria trabalho como base ontológica central para Lukács**. Disponível em: <<http://web.intranet.ess.ufrj.br/monografias/104061732.pdf>>. Acesso em: Jan. 2012.

THOMAZ JÚNIOR, A. Por uma geografia do trabalho. **Revista Tamoios**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 38-51, janeiro/junho, 2005.

THOMAZ JUNIOR, A. Degradação e centralidade do trabalho: As contradições da relação capital x trabalho e o movimento territorial de classe. **Revista Pegada Eletrônica**. São Paulo, v. 13, n. 2, p. 4-19, dez. 2012.

THOMPSON, P. Entrevista. In: **A voz do passado: história oral**. São Paulo: Paz e Terra, 1998, p. 254-278.

TURRA NETO, N. Pesquisa qualitativa em Geografia. In: XVII Encontro Nacional de Geógrafos, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, 2012a.

TURRA NETO, N. Vivendo entre jovens: a observação participante como metodologia de pesquisa de campo. **Terra Plural**, Ponta Grossa, v.6, n.2, p. 241-255, jul/dez. 2012b.

VALLE, G. H. M. do. Repensando o cooperativismo de trabalho. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 14, n. 2368, dez. 2009. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/14088>>; Acesso em: mai. 2015.

VALE, M. G.; GONÇALVES, R. M. de P.; LOPES JÚNIOR, A. D. O trabalho e a formação do ser social: a aparência da autonomia. In: **XV Encontro Nacional da Abrapso**. Psicologia Social e Políticas de existência, 2009, Maceió, 2009.

WALDMAN, M. Reciclagem, catadores e gestão do lixo: dilemas e contradições na disputa pelo que sobra. Disponível em: In: Encontro sobre Destinação dos Resíduos Sólidos: Reflexões e Propostas sobre o Lixo Urbano – SESC-SANTOS - 19 a 22 de maio de 2011 - Santos/SP. Disponível em: Acesso em: ago. 2015.

APÊNDICES

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
PROFESSOR/ORIENTADOR: MARCELO DORNELLIS CARVALHAL
DISCENTE: ADMA VIANA BEZERRA

QUESTIONÁRIO I
(QUESTIONÁRIO APLICADO AOS COOPERADOS)

1- Nome: _____ **Sexo:** _____

2- Estado civil

- () solteiro () casado
() viúvo () desquitado
() outros. Qual? _____

3- Origem:

- () Vitória da Conquista () Outra cidade da Bahia () Outro estado
Qual? _____ Qual? _____

4 – Faixa etária

- () 18 a 25 anos () 34 a 41 anos () 50 a 57 anos
() 26 a 33 anos () 42 a 49 anos () acima de 57 anos

5 - Formação escolar:

- () Ensino fundamental incompleto () Ensino Médio completo
() Ensino Fundamental completo () Ensino Superior incompleto
() Ensino Médio incompleto () Ensino Superior completo

6 - O senhor(a) já participou de algum curso profissionalizante? Em caso afirmativo, especificar qual (quais)?

7- Com relação a sua cidade de residência e de trabalho, você:

- () Reside e trabalha na cidade de Vitória da Conquista
() Reside em outra cidade e trabalha em Vitória da Conquista

8- Há quanto tempo o senhor(a) trabalha na Cooperativa?

- a) () menos de 1 ano d) () Outros (acima de três anos)
b) () 1 a 2 anos e) () Desde a formação inicial.
c) () 2 a 3 anos

9- Qual sua ocupação antes de entrar na Cooperativa?

- () Trabalhava no lixão.
() Não trabalhava.
() Outro. Qual? _____

10. Se trabalhava no lixão:

10.1 Quantas tempo trabalhou no lixão? _____ anos _____ meses

10.2 Como eram as condições de trabalho no lixão?

11- Qual a maior vantagem do trabalho de catação (Cooperativa)?

- a) () flexibilidade de horário b) () ausência de patrão
c) () maior salário d) () outros _____

12- Qual a maior desvantagem do trabalho de catação (Cooperativa)?

- a) () sem benefícios futuros (FGTS, seguro desemprego, etc.)
b) () insegurança financeira
c) () fiscalização
d) () outros _____

13- Como surgiu a oportunidade de trabalhar na Cooperativa?

- a) () conhecidos já trabalhavam b) () ex-trabalhadores do lixão
c) () ultima opção (desemprego) d) () outros

14- Antes de trabalhar na cooperativa, o senhor(a) exercia algum outro tipo de atividade (ocupação anterior)? Especificar qual (quais)?

15- Dentro da organização do trabalho da Cooperativa, qual o seu local de atuação?

- a) () Galpão de materiais pré-selecionados
b) () Galpão de materias não-selecionados (esteira)
c) () Ecopontos - cooperado fixo
d) () Demais Pontos de apoio (cooperado fixo)

16- No caso de você atuar como cooperado fixo, qual o seu ponto de atuação (ecoponto)?

- a) () B. Candeias b) () B. Recreio c) () B. Brasil d) () B. Jurema
e) () B. Patagônia f) () B. Centro g) () B. Bateias h) () B. Felícia

17. Na sua opinião as funções estão bem definidas na Cooperativa?

- () Sim () Não Por que? _____
-

18- O senhor(a) paga algum plano de previdência?

19- O trabalho de catação é sua única fonte de renda ou há a realização de outras atividades? (Em caso afirmativo, especificar quais).

- a) () sim b) () não

20- Qual a sua renda Mensal:

- a) () Menos de 1 salário mínimo
b) () 1 salário mínimo
c) () 2 salários mínimos
d) () 3 salários mínimos
e) () outros (acima de três salários mínimos)

21- Qual o rendimento médio mensal que você consideraria ideal na Cooperativa?

R\$ _____

22. O que você considera importante fazer para obter esse rendimento na Cooperativa?

23- Você sabe para quem é vendido o material coletado pela Recicla Conquista?

() Sim () Não

24- Você tem conhecimento do preço de venda do produto coletado?

() Sim () Não () Em parte

25 - Os trabalhadores recebem programas de assistência social e ações beneficentes (cestas básicas, entre outros), por parte do poder público municipal ou de outras entidades da sociedade civil?

26 - Participam de programas sociais de distribuição de renda dos governos federal e estadual (bolsa família e o Renda, Por exemplo)?

27 - Vocês acreditam em melhorias nas condições de trabalho e no nível de renda? Se sim, a curto, médio ou longo prazo? _____

28 - Você trocaria seu trabalho na Cooperativa por um emprego formal?

a) () sim b) () não c) () talvez

Por quê? _____

29 - Quais são os principais problemas enfrentados no dia-a-dia:

- a) () Fiscalização
- b) () Condições de trabalho na Cooperativa
- c) () Violência
- d) () Infraestrutura
- e) () Relacionamento com colegas cooperados
- f) () Relacionamento com catadores não cooperados
- g) () Condições de trabalho nas ruas

30- O senhor(a) faz uso de algum tipo de equipamento de proteção/segurança?

a) () sim b) () não c) () as vezes

Se a resposta for positiva, de quais? _____

31- Quantos dias trabalha na semana?

a) () 1 b) () 2 c) () 3 d) () 4 e) () 5 f) () 6 g) () 7

32- Quantas horas você trabalha por dia? (Jornada de trabalho diária):

- a) () 4 a 7 horas
- b) () 8 a 9 horas
- c) () 10 a 12 horas
- d) () Mais de 12 horas

33- O Sr. (a) teve alguma tipo de problema de saúde nos últimos quinze dias?

() Sim. () Não () Qual _____

34- O que o Sr. (a) acha que causou sua doença?

35- Quando adoece, quem o sr. (a) procura para se tratar?

Posto saúde () Hospital () Auto-medicação ()

36- De onde consegue os medicamentos necessários?

TRABALHO COOPERATIVO

37- O que acha da forma de organização/funcionamento da Cooperativa da sua categoria?

a) () Não sabe, não conhece

b) () Avaliação positiva (atuante, ajuda, é bom...)

c) () Atuação comprometida com a Prefeitura

d) () É ruim. A Cooperativa não ajuda no reconhecimento do trabalho da categoria

e) () outros

38- Na sua opinião cooperativismo é:

a) () Trabalho participativo de todos

b) () Trabalho onde alguém toma as decisões

c) () Distribuição de rendas igual para todos

d) () Recebe de acordo com a produção

39- Você acha que aqui na Recicla Conquista tem alguém que manda mais que os outros? Há um patrão ou hierarquias?

40- Há reuniões periódicas (mensais) para discutir assuntos sobre a Cooperativa? Em caso afirmativo, você participa dessas reuniões?

41- O que é discutido nestas reuniões?

() Assuntos do dia-a-dia

() Metas da cooperativa

() Problemas de relacionamento

() Faltas ao trabalho

() Preço do material coletado

() Admissão de novos membros

() Desligamento de cooperados

() Expansão da coleta seletiva

42 - Para você, quais são as principais dificuldades da Recicla Conquista, enquanto instituição?

43 - Na sua opinião como estes problemas poderiam ser resolvidos?

44 - O que falta para que a Recicla Conquista tenha “vida própria”? De que maneira?

45- Atualmente, o que é necessário para a expansão da coleta seletiva?

45 - Vocês concebem o trabalho na catação como uma colaboração para a solução de problemas ambientais?

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
PROFESSOR/ORIENTADOR: MARCELO DORNELLIS CARVALHAL
ALUNA: ADMA VIANA BEZERRA

ROTEIRO DE ENTREVISTA I

(REALIZADA COM AS LIDERANÇAS DA COOPERATIVA RECICLA CONQUISTA)

***Cooperativa Recicla Conquista:**

- Ano de fundação;
- Entidades de apoio e fomento;
- Forma de organização administrativa (cargos e funções);
- Viabilidade econômica;
- Principais contribuições/benefícios desse empreendimento para a cidade de Vitória da Conquista;

*** Liderança**

- Trajetória ocupacional (origem) da coordenação;
- Instâncias de participação política
 - * Movimento social?
 - * Movimento sindical? Ajuda? Em que sentido?
- Administração das Finanças;

*** Organização dos trabalhadores catadores / condições de trabalho:**

- História da Cooperativa;
- Acesso a Cooperativa;
- Treinamento;
- Quantidade atual de cooperados e perfil socioeconômico dos mesmos;
- Existência de grupos (critérios de divisão);
- Responsabilidades, direitos e deveres de cada cooperado;
- Distribuição dos cooperados quanto aos locais de atuação;
- Formas de participação dos catadores no processo de organização do trabalho, bem como na gestão administrativa;
- Qualificação da renda;
- Carga horária de trabalho (diária/semanal);
- Principais regras estabelecidas;
- Disposição de uniformes e equipamentos de proteção individual;
- Suporte e apoio por parte da Prefeitura e/ou de outras entidades da sociedade civil;
- Principais questões que aparecem como problema para os trabalhadores cooperados e seu empreendimento;
- Relação da Recicla Conquista com o MNCR.

*** Infraestrutura e estrutura produtiva:**

- Situação fundiária;

- Quantidade de galpões;
- Equipamentos;
- Ecopontos e demais Pontos de apoio;
- Gastos fixos e variáveis;
- Patrimônio atual da Cooperativa;

***Processo de coleta (recolhimento) do material, triagem, beneficiamento e comercialização de resíduos sólidos;**

- Realização da coleta seletiva (organização; locais; tipos de materiais e quantidade coletada mensalmente);
- Transporte do material;
- Destinação dos resíduos coletados (comercialização): responsáveis; período de realização; procedimentos necessários; principais compradores/atrevessadores; dificuldades centrais;
- Relação da Cooperativa com os sucateiros locais e com outros catadores não cooperados.
- Se o comerciante doa já para a Cooperativa ou pra outros catadores? (Questão do conflito).

***Principais dificuldades**

- a) Em sua opinião quais as principais dificuldades vivenciadas pela Recicla Conquista atualmente?
- b) Como estes problemas poderiam ser equacionados?
- c) Quais as principais dificuldades encontradas para equacioná-los?
- d) Quais as ações primordiais para o fortalecimento da Recicla Conquista?

Apoiadores:

- Quais são os parceiros e apoiadores da Recicla Conquista?
- Quais os motivos que levaram esses parceiros e apoiadores a se envolverem com a Cooperativa (averiguar);
- A Cooperativa recebe algum auxílio da Prefeitura? _____
- Gostaria que outras instituições participassem ou apoiassem a Recicla Conquista? Quais? _____
Por quê? _____

Considerando a participação da OSCIP PANGEA, quais as contribuições quanto:

- a) organização dos cooperados:
- b) estruturação física:
- c) expansão da coleta:
- d) formação profissional da equipe:
- e) Educação Ambiental:
- f) outras:

- Em sua opinião o que falta para que a Recicla Conquista adquira maior independência com relação a seus apoiadores?

() aumentar a coleta seletiva na cidade.

() ter mais um caminhão.

() ter mais cooperados

() outros _____

De que maneira? _____

***Indústria de reciclagem – circuito da comercialização (localização/concentração, características);**

- Esquema do circuito da indústria;

- Principais produtos;

- Atravessadores.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
PROFESSOR/ORIENTADOR: MARCELO DORNELLIS CARVALHAL
ALUNA: ADMA VIANA BEZERRA

ROTEIRO DE ENTREVISTA II:
(COMERCIALIZAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS RECICLÁVEIS DA
COOPERATIVA RECICLA CONQUISTA)

- Qual a quantidade (media diária, semanal, mensal) de resíduos que chegam aos galpões da Cooperativa?

- Tipo de material que recebe?

- Materiais vendidos mensalmente: quantidade/kg; preço/kg;

Material vendido	Quantidade/kg	Preço/kg
Alumínio em geral		R\$
Ferro		R\$
Litros em geral		R\$
Papel misto		R\$
Papelão		R\$
PEAD branco		R\$
PEAD colorido		R\$
PEAD óleo		R\$
PET		R\$
PET óleo		R\$
Plástico duro		R\$
Plástico filme		R\$
PP		R\$

* Mercado comprador:

-Quem são os principais compradores/atravesadores? Quantas toneladas de material cada uma deles compra mensalmente da Cooperativa?

- Como é realizado o transporte desse material? De quem é o custo desse transporte?

- Há indústrias de transformação na cidade?

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
PROFESSOR/ORIENTADOR: MARCELO DORNELLIS CARVALHAL
ALUNA: ADMA VIANA BEZERRA

ROTEIRO DE ENTREVISTA III:
PRINCIPAIS COMPRADORES (ATRAVESSADORES/INTERMEDIÁRIOS) DA
COOPERATIVA RECICLA CONQUISTA

- Empresa:

- Materiais comercializados e preços praticados:

MATERIAIS VENDIDOS	PREÇO / Kg
Alumínio em geral	\$
Ferro	\$
Litros em geral	\$
Papel misto	\$
Papelão	\$
PEAD branco	\$
PEAD colorido	\$
PEAD óleo	\$
PET	\$
PET óleo	\$
Plástico duro	\$
Plástico filme	\$
PP	\$

Quantidade de materiais comprados mensalmente da Recicla Conquista (em toneladas):

Quantidade de material total processada mensalmente pela empresa (em toneladas):

Número de trabalhadores envolvidos na realização da triagem desses materiais:

Sobre infraestrutura e equipamentos utilizados:

Principais exigências aos fornecedores:

Principais dificuldades e limitações na realização desse tipo de atividade:

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
PROFESSOR/ORIENTADOR: MARCELO DORNELLIS CARVALHAL
ALUNA: ADMA VIANA BEZERRA

ROTEIRO DE ENTREVISTA IV:
COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE SERVIÇOS PUBLICOS
(PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA – PMVC)

Considerando que o estado corresponde à instância fiscalizadora dos municípios, na Bahia cabe à que órgão disciplinar e fiscalizar o manejo, o tratamento e as formas de disposição dos resíduos sólidos urbanos (através do licenciamento ambiental)?

Referente às políticas públicas, comente sobre o Plano de Gerenciamento de resíduos sólidos do município?

Na cidade, há uma produção de quantas toneladas de lixo (média diária, semanal, mensal)?

Além da quantidade produzida, há também um levantamento da quantidade reciclada e disposta em aterros?

Desde a criação de Vitória da Conquista, quantas foram as áreas no município que desempenharam a função de 'lixão', em períodos anteriores à implantação do aterro sanitário?

De que modo se dá a execução de serviços de coleta na sede municipal?

Qual o percentual dos domicílios do município que têm o seu lixo coletado?

Quantidade de caminhões de lixo trazidos diariamente pela Torre (toneladas)?

Qual o gasto da Prefeitura Municipal com a disposição final do lixo por tonelada coletada?

Composição dos resíduos sólidos urbanos (percentual):

- Resíduos convencionais (“lixo doméstico”) _____ t/dia;
- Resíduos comerciais _____ t/dia;
- Varrição de ruas _____ t/dia;
- Resíduo séptico (“lixo hospitalar”) _____ t/dia;
- Resíduos de construção e demolição _____ t/dia
- Matéria orgânica _____ t/dia

A Prefeitura coleta o lixo dos serviços de saúde? Em caso positivo, essa coleta ocorre em veículo destinado a coletar o lixo comum? Para onde esse material é encaminhado?

Quando e como ocorreu a implantação do Programa de coleta seletiva em Vitória da Conquista?

Quais os benefícios da Prefeitura com a implantação desse Programa?

Quantos bairros da cidade são beneficiados com a coleta seletiva? Em sua opinião, quais as dificuldades de expansão do sistema?

Há a coleta seletiva, através da implantação de Bags em instituições públicas e privadas da cidade?

Atualmente, há um comprometimento por parte da Prefeitura ao que se refere a questão da educação ambiental?
